

COLLECÇÃO DAS LEIS
DA
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
DE
1924

VOLUME I
ACTOS DO PODER LEGISLATIVO
(JANEIRO A DEZEMBRO)



INDICE

DOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1924

	Página
N. 4.784 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COM-MERCIO — Decreto de 2 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Com-mercio, o credito de 279:000\$, para attender ás despesas com a representação do Brasil na proxima Exposição de Borracha e outros pro-ductos tropicaes, a realizar-se na cidade de Bruxellas em maio de 1924.....	1
N. 4.785 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De-creto de 2 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 32:000\$ (trinta e dous contos de réis), suplementar á sub-consignação “Pessoal” — da verba orça-mentaria da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.....	1
N. 4.786 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1924 — Reco-nhece como instituição de utilidade publica o Circulo de Imprensa, com séde no Districto Federal.....	2
N. 4.787 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1924 — Considera de utilidade publica a Associação dos Empre-gados no Commercio do Rio de Janeiro.....	2
N. 4.788 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1924 — Reco-nhece de utilidade publica a Associação Nautica Brasileira, com séde nesta Capital.....	3

	Pags.
N. 4.789 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a adquirir a casa em que residiu o senador Ruy Barbosa, com mobiliario, bibliotheca, archivo, etc.....	3
N. 4.790 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1924 — Define os direitos autoraes e dá outras providencias...	4
N. 4.791 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1924 — Publica a resolução do Congresso Nacional que fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na legislatura de 1924 a 1926.....	5
N. 4.792 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1924 — Manda que os officiaes do Exercito, declarados aspirantes em 7 de janeiro de 1922, guardarão, para todos os effeitos, nas armas a que pertencerem, a mesma collocação, que, por merecimento intellectual, tinham entre si como aspirantes.....	6
N. 4.793 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1924 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1924.....	6
N. 4.793 A — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 51:500\$, para pagamento do premio devido a Vicente dos Santos Caneco & Comp. pela construcção do navio de explosão "Bragança".....	63
N. 4.794 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1924 — Fixa a Força Naval para 1924 e dá outras providencias.....	63
N. 4.794 A — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 150:000\$, suplementar á verba 22ª do orçamento de 1923, e que se refere á ajuda de custo dos funcionarios do mesmo ministerio.....	66
N. 4.795 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito necessario para pagar differenças de vencimentos ao engenheiro José Antonio Martins Romeu.....	66

- N. 4.795 A — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 174:231\$203, para pagamento a D. Marianna Cunha de Vasconcellos e filhos..... 67
- N. 4.796 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de réis 247:050\$503, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, para pagamento de indenizações á Companhia de Seguros Anglo Sul-Americana..... 67
- N. 4.797 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os creditos especiaes de 76:157\$500 e 529\$331, respectivamente, para liquidação dos compromissos assumidos pelo Governo com a realização dos funeraes e das exequias do senador Ruy Barbosa e para pagamento de addicionaes sobre seus vencimentos a um empregado da Secretaria da Camara dos Deputados..... 68
- N. 4.798 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 2:593\$548, ou a fazer as necessarias operações de credito, até essa quantia, para pagamento da pensão que compete a D. Iréne Pas dos Santos, no periodo de julho de 1922 a 31 de dezembro de 1923... 69
- N. 4.799 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 976\$, ou a fazer as necessarias operações de credito, para pagamento de pensões a D. Maria Pereira Toja, no periodo de 27 de abril a 31 de dezembro de 1923..... 69
- N. 4.800 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os creditos especiaes de 1:059\$677 e 580\$645, para pagamento, no anno de 1923, das pensões que

	Pags
competem, respectivamente, aos guardas civis Bartholomeu Araponga e Amaro Jacome de Araujo.....	70
N. 4.800 A — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1924 — Concede a D. Anna de Serpa, viuva do Dr. Justiniano de Serpa, uma pensão mensal de um conto de réis.....	70
N. 4.801 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COM- MERCIO, FAZENDA E VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a amparar a exploração industrial siderurgica e carbonifera existente e dá outras providencias.....	71
N. 4.801 A — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1924 — Autoriza a abertura do credito de 36:685\$833, para pagamento ao collector fe- deral Augusto de Azevedo, em virtude de sen- tença judiciaria.....	73
N. 4.802 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COM- MERCIO E FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1924 — Regula a importação de adubos e fertilizantes para applicação na agri- cultura.....	74
N. 4.803 — GUERRA — Decreto de 9 de janeiro de 1924 — Fica relevada a prescripção em que incorreu o direito do major reformado Justi- niano Fausto de Araujo á contagem em dobro do tempo de serviço decorrido de 2 de abril de 1867 a 14 de maio de 1869, para os effeitos da melhoria de reforma.....	75
N. 4.803 A — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, um credito de 100:000\$, supple- mentar á verba 31ª, "Substituições", do orça- mento passado e dá outras providencias.....	75
N. 4.804 — GUERRA — Decreto de 11 de janeiro de 1924 — Os sargentos aos quaes se refere o art. 1º do decreto n. 4.653, de 17 de janeiro de 1923, ficam considerados reformados no posto de 2º tenente.....	76
N. 4.805 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — De- creto de 11 de janeiro de 1924 — Manda contar ao engenheiro civil Conrado Alvaro de Campos Penafiel o tempo em que esteve afastado do cargo de ajudante de chefe de linha da Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguayana.....	76

- N. 4.806 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1924 — Approva os Protocollos relativos ás emendas aos artigos 6º, 16º e 26º do Pacto da Liga das Nações..... 77
- N. 4.807 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1924 — Approva o Tratado de 3 de maio de 1923, assignado em Santiago, tendo por fim evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos..... 77
- N. 4.808 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1924 — Approva a Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros, assignada na cidade de Santiago em 3 de maio de 1923..... 78
- N. 4.809 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1924 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 527:283\$869, ouro, suplementar ás verbas 6ª, 7ª, 8ª, 11ª e 13ª, do orçamento de 1923..... 78
- N. 4.810 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1924 — Approva a Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e dos nomes commerciaes, assignada em Santiago do Chile, em 1923 79
- N. 4.811 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 16 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de \$ 87.250 (oitenta e sete mil duzentos e cincoenta dollars), ouro americano, para pagamento á The Baldwin Locomotive Works.... 79
- N. 4.812 — **FAZENDA** — Decreto de 16 de janeiro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2.000:000\$, ouro, e o de 22.000:000\$, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos..... 80
- N. 4.813 — **FAZENDA** — Decreto de 16 de janeiro de 1924 — Isenta do pagamento de direitos aduaneiros e quaesquer taxas o material importado pelo Estado do Maranhão, destinado á instalação de varios serviços..... 80
- N. 4.814 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de janeiro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da

Justiça e Negocios Interiores, creditos supplementares, na importancia total de 420:018\$165, para supprir deficiencias dos consignados nas verbas 20, 28, 17, 18 e 41 do art. 2º da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, e os creditos especiaes de 70:186\$, para pagamento da reimpressão dos Annaes da Constituição Republicana, e de 270\$, 105\$ e 58\$500, para pagamento de addicionaes sobre os respectivos vencimentos de tres empregados da Secretaria da Camara dos Deputados.....	81
N. 4.815 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1924 — Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 3:209\$037, ouro, para pagamento á The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited, dos juros de 9 % ao anno, sobre o capital empregado nos trabalhos de esgoto de Copacabana, Leme e Ipanema, relativos aos sete ultimos dias do mez de dezembro de 1922	82
N. 4.816 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de janeiro de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito especial de 649:114\$913 (seiscentos e quarenta e nove contos cento e quatorze mil novecentos e trese réis), para pagamento do resgate da Estrada de Ferro do Bananal.....	82
N. 4.817 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito especial de 1.537:258\$030, ou fazer as necessarias operações de credito, para attender ao pagamento de despesas realizadas por esse ministerio, nos exercicios de 1920, 1921 e 1922.....	83
N. 4.818 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1924 — Approva a Convenção Especial sobre a propriedade litteraria e artistica entre o Brasil e Portugal.....	83
N. 4.819 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1924 — Autoriza o Governo a offerrecer ao Mexico um monumento de Gonçalves Dias, abrindo para isso os necessarios creditos.....	84

Pags.

- N. 4.820 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1924 — Fixa os vencimentos de todos os funcionarios da Policia do Districto Federal.... 84
- N. 4.821 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1924 — Reconhece de utilidade publica a sociedade "Deus e Mar"..... 85
- N. 4.822 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1924 — Considera de utilidade publica a Associação dos Merceeiros..... 85
- N. 4.823 — FAZENDA — Decreto de 26 de janeiro de 1924 — Autoriza a concessão de um premio de 100:000\$ aos aviadores Pinto Martins e Walter Hinton..... 85
- N. 4.824 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 1.761:183\$851, para liquidação das dividas contrahidas pelo Fluminense Foot-ball-Club..... 86
- N. 4.825 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1924 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, do credito suplementar de 113:668\$193, a diversas consignações da verba 15ª do art. 2º da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923..... 86
- N. 4.826 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito de 20:000\$, suplementar ao da consignação "Material — Custeio e conservação de dous automoveis", da verba n. 12 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923..... 87
- N. 4.826 A — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1924 — Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 4.793, de 7 do corrente, que fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1924..... 87
- N. 4.826 B — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1924 — Autoriza a conceder a D. Clara Brand, e a seus filhos, viuva do photographo Ehrard Brand, morto no desastre do encou-

	Pags
raçado "Aquidaban", uma pensão mensal de 165\$, nos termos da lei n. 3.505, de 29 de janeiro de 1918.....	90
N. 4.826 C — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1924 — Manda pagar a D. Maria Luiza Machado da Costa o meio soldo a que tem direito e dá outras providencias.....	91
N. 4.826 D — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1924 — Corrige engano com que foi publicada a lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, que fixa a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1924.....	91
N. 4.827 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1924 — Reorganiza os registros publicos instituidos pelo Código Civil.....	92
N. 4.828 — FAZENDA — Decreto de 13 de fevereiro de 1924 — Autoriza a abertura de um credito especial até 30:000\$, para auxiliar o tenente Gastão Goulart no aperfeiçoamento de um apparelho, destinado a contensão de animaes.....	95
N. 4.829 — FAZENDA — Decreto de 20 de fevereiro de 1924 — Concede a D. Julieta de Lamare o montepio deixado por seu fallecido irmão, o capitão de mar e guerra Rodrigo Antonio de Lamare.....	96
N. 4.830 — MARINHA — Decreto de 3 de junho de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de frs. 32:816, 80, para pagamento do material e consumo existentes a bordo dos navios mineiros adquiridos ao governo francez.....	96
N. 4.831 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 50:000\$ para o custeio do Congresso Nacional Luso-Brasileiro.....	97
N. 4.832 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1924 — Publica a resolução do Congresso Nacional que approva o estado de sitio decretado pelo Poder Executivo e por elle prorogado até 31 de dezembro de 1923.....	97
N. 4.833 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1924 — Publica a	

resolução do Congresso Nacional que approva os actos do Poder Executivo praticados na constancia do estado de sitio decretado pelo Poder Legislativo e por elle mesmo prorogado, até á data da mensagem daquelle primeiro Poder de 14 de novembro de 1922.....	98
N. 4.834 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de junho de 1924 — Approva a prestação de contas feita pela Estrada de Ferro Central do Brasil, da quantia de 9.999:933\$447, para pagamento de compromissos com a aquisição urgente de combustivel.....	98
N. 4.834 A — FAZENDA — Decreto de 27 de junho de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a mandar construir, na capital do Estado do Maranhão, um edificio, dependencias e armazens apropriados para o serviço da Alfandega e dá outras providencias.....	99
N. 4.835 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de junho de 1924 — Declara feriado nacional, no corrente anno, o dia 2 de julho.....	99
N. 4.836 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1924 — Declara o estado de sitio por 60 dias, na Capital Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e de S. Paulo.	100
N. 4.837 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de julho de 1924 — Estabelece as condições para a aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal Federal.....	100
N. 4.838 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERIO — Decreto de 17 de julho de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito especial de 196:260\$, para occorrer, no exercicio de 1923, ao pagamento das vantagens permanentes de que trata o § 1º do art. 150, da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, aos funcionarios publicos que percebem vencimentos inferiores a 180\$ mensaes.....	101
N. 4.838 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1924 — Autoriza o Governo a mandar fazer o lastramento do trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil de Murtinho a Bello Horizonte.....	101

	Pags.
N. 4.839 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 42:054\$217, para indemnizar a Administração dos Correios de Joazeiro e varias collectorias federaes os supprimentos de dinheiro que lhes eram dirigidos e foram subtrahidos na Administração Postal da Bahia.....	102
N. 4.840 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1924 — Proroga até 31 de dezembro de 1924 o prazo a que se refere o art. 1º do decreto n. 4.624, de 28 de dezembro de 1922, e dá outras providencias	102
N. 8.841 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COM-MERCIO — Decreto de 23 de julho de 1924 -- Considera de utilidade publica a Sociedade Entomologica do Brasil.....	103
N. 4.842 — FAZENDA — Decreto de 28 de julho de 1924 — Releva da prescripção em que incorreu o direito de D. Maria Emilia Martins de Carvalho, para receber a pensão de meio soldo, deixada por seu marido, o tenente do Exercito Anacleto Anapurú Alves Carvalho.....	103
N. 4.842 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1924 — Approva a Convenção sobre a uniformidade da nomenclatura para a classificação de mercadorias, assignada em Santiago em 1923.....	104
N. 4.842 B — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 60:000\$ para pagamento á Empresa Fluvial Piauihyense, pelo augmento de sua subvenção...	104
N. 4.843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1924 — Estabelece a moratoria no Estado de São Paulo por 45 dias e dá outras providencias	105
N. 8.843 A — MARINHA — Decreto de 7 de agosto de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 465 pesos, ouro, uruguayo, ou a fazer as necessarias operações de credito, para pagamento á Companhia de Minas e Viação de	

Matto-Grosso, e bem assim o de 688:755\$267, para pagamento definitivo de vencimentos..	106
N. 4.844 — MARINHA — Decreto de 5 de agosto de 1924 — Considera de utilidade publica a Asso- ciação Beneficente do Corpo de Sub-Officiaes da Armada, a Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino e a Pro-Matre.....	107
N. 4.845 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De- creto de 9 de agosto de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 209:642\$431, para liquidação de despesas com o material e pessoal da Estrada de Ferro de S. Luiz a Therezina, relativas ao exercicio de 1921.....	107
N. 4.845 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1924 — Autoriza a contagem de tempo, sómente para effeitos da aposentadoria, a funcionarios da Secretaria do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.	108
N. 4.846 — MARINHA — Decreto de 11 de agosto de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de oitenta contos de réis (80:000\$), ou a fazer as necessarias operações de credito, para reforço da verba 8ª — Material — sub- consignação “Expediente, impressões e en- cadernações, para a esquadra”, no orçamento do mesmo ministerio para o exercicio de 1923	108
N. 4.847 — MARINHA — Decreto de 11 de agosto de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de noventa e sete contos e trinta e cinco mil duzentos e dezesete réis (97:035\$217) á verba 13ª, do orçamento de 1923, ou a fazer as neces- sarias operações de credito até aquella impor- tancia.....	109
N. 4.848 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1924 — Provi- dencia sobre o processo e julgamento dos crimes de sedição.....	109
N. 4.849 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito es- pecial até a quantia de 3.000:000\$, destinado	

	Pags
a soccorros publicos nos Estados ultimamente assolados por inundações e cujos governos soliditarem o auxilio da União.....	111
N. 4.849 A — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2:467\$741, para attender ao pagamento a que tem direito o agente fiscal do imposto de consumo da circumscriptção do Districto Federal José Borges Ribeiro da Costa Junior.....	112
N. 4.849 B — GUERRA — Decreto de 29 de agosto de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito de 2:628\$, para pagamento ao operario Francisco Alfredo Pires, em virtude de sentença judicial.....	112
N. 4.850 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1924 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até 3 de novembro do corrente anno.....	113
N. 4.851 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1924 — Autoriza a abrir o credito especial necessario para occorrer ás despesas com a recepção do principe herdeiro da Italia.....	113
N. 4.851 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto 5 de setembro de 1924 — Autoriza a abertura do credito especial de 6:909\$077, para occorrer ao pagamento dos vencimentos devidos ao Dr. Rodolpho Chapot Prevost.....	114
N. 4.852 — MARINHA — Decreto de 6 de setembro de 1924 — Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 2:535\$085, para pagamento da differença de vencimentos ao 1º tenente-machinista reformado Antonio Carlos de Siqueira.....	114
N. 4.853 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, FAZENDA E RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1924 — Veda a aposentadoria ou reforma em mais de um cargo e com vencimentos maiores que os da actividade.....	115

N. 4.854 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1924 — Autoriza a abertura do credito de 42:000\$, ouro, para o resgate de quarenta e duas apolices, ouro, pertencentes ao interdicto Luciano Arnaldo Teixeira Leite.....	115
N. 4.855 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1924 — Isenta, por tres annos, de direitos de importação, nas regiões do Amazonas e Matto Grosso, banhadas pelos rios Madeira e Mamoré, o gado vaccum procedente da Bolivia	116
N. 4.856 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 52:605\$989, para pagamento a D. Delmira de Souza Almeida, viuva do ex-collector federal de Tatuhy Francisco Xavier de Almeida.....	116
N. 4.857 — GUERRA — Decreto de 19 de setembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 1:028\$160, para pagamento ao operario do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul Mathias Fortunato Corrêa.....	117
N. 4.858 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1924 — Approva os decretos ns. 16.526 A, de 14 de julho, 16.535, de 27 de julho, 16.536, de 26 de agosto, 16.579, de 3 de setembro, e 16.602, de 17 de setembro, todos do corrente anno.....	117
N. 4.859 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1924 — Declara feriado nacional o dia 1 de maio.....	118
N. 4.860 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1924 — Autoriza a intervenção do Governo Federal no Estado do Amazonas e dá outras providencias	118
N. 4.861 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1924 — Dispõe sobre a prescrição da acção e da condemnação nos crimes politicos e dá outras providencias.....	119
N. 4.862 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1924 — Concede ao Dr. Alvaro Freire de Vilalba Alvim a medalha de distincção de 1ª classe.....	120

	Pags.
N. 4.863 — GUERRA — Decreto de 8 de outubro de 1924 — Autoriza a abertura do credito especial de 271:509\$197, para pagamento de differença de soldo a officiaes reformados, beneficiados pelo decreto n. 4.691, de 19 de fevereiro de 1923	120
N. 4.864 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de francos belgas 1.842.198,33 para pagamento á Societé Metallurgique de Sambre-et-Moselle	121
N. 4.865 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1924 — Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até 31 de dezembro do corrente anno...	121
N. 4.865 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1924 — Autoriza o Governo a educar, gratuitamente, como alumno interno, no Collegio Militar ou Pedro II, o menor Alvaro Francisco da Silva, e a conceder-lhe matricula gratuita no estabelecimento de ensino superior, por elle preferido.....	122
N. 4.866 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 200:000\$, destinado ao Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural no Estado de Sergipe, durante o segundo semestre de 1924.....	122
N. 4.866 A — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de novembro de 1924 — Approva a applicação dada ao supprimento de 200:000\$, feito ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, em 1921	123
N. 4.867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1924 — Institue o dia 12 de outubro para ter logar em todo o territorio nacional o dia da festa da criança.....	123
N. 4.868 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1924 — Regula o consumo do café nos mercados internos do paiz.....	124

	Pags.
N. 4.869 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1924 — Decreta a moratoria de 30 dias para o Estado de Matto Grosso e dá outras providencias.....	124
N. 4.870 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 38:256\$700, para pagamento á Rio de Janeiro Lighterage Company Limited, e dá outra providencia.....	125
N. 4.871 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1924 — Manda abonar, no exercicio de 1925, aos funcionarios, mensalistas, diaristas e jornaleiros, da União, os augmentos provisorios de que tratam o art. 150 e seus paragraphos, da lei n. 4.555, de 1922, e dá outras providencias.....	125
N. 4.872 — MARINHA — Decreto de 8 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito supplementar de 8.085:293\$676, destinado á compra de generos alimenticios, verduras, fructas e á dieta do pessoal dos navios, corpos e estabelecimentos de Marinha.....	127
N. 4.872 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 969:121\$692, para attender, no anno de 1923, ao pagamento do accrescimo definitivo de vencimentos que compete aos empregados das repartições dependentes do mesmo ministerio.....	127
N. 4.873 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1924 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, dos seguintes creditos especiaes: de 1:440\$, para pagamento da pensão devida ao guarda civil de 2ª classe Antonio José Fernandes Filho, relativa ao anno de 1923; de 2:700\$, para pagamento de gratificação adicional a Idibaldo Colombo Martins de Souza, revisor-chefe da Secretaria da Camara dos Deputados.....	128
N. 4.874 — MARINHA — Decreto de 19 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir,	

	pelo Ministerio da Marinha, o credito supplementar de 1.743:523\$935, para pagamento de rações, em dinheiro, ás forças navaes.....	Pags. 129
N. 4.875 —	JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 13:469\$287, ouro, para pagamento a The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, dos juros de 9 % sobre o capital empregado nos bairros de Copacabana, Leme e Ipanema, no segundo semestre do anno de 1923.....	129
N. 4.876 —	JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 4:677\$837, para pagamento de vencimentos a que têm direito os Drs. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, João Baptista da Costa Carvalho Filho e Francisco Vieira de Mello, respectivamente, juizes sectionaes em Sergipe e Paraná e substituto tambem em Sergipe.....	130
N. 4.877 —	JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 767\$741, para pagamento da differença de vencimentos a que tem direito o substituto do juiz federal na secção do Districto Federal, Dr. Henrique Vaz Pinto Coelho...	130
N. 4.878 —	VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de \$ 41.700,00, ouro americano, para attender ao pagamento de duas locomotivas fornecidas á Estrada de Ferro Central do Piauhy.....	131
N. 4.879 —	VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 393:218\$200, para attender ao pagamento de contas de transportes effectuados no anno de 1922, para a construcção da Estrada de Ferro de Goyaz.....	131

- N. 4.880 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 21 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de \$5:447\$556, ouro, para pagamento da indenização devida á The Western Telegraph, Company, Limited..... 132
- N. 4.881 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 22 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 3.345:663\$137, para attender aos pagamentos devidos á firma Janot Pacheco & Comp. pelos trabalhos executados na construção da Estrada de Ferro de Petrolina a Therezina, em 1921 e 1923..... 132
- N. 4.882 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 22 de novembro de 1924 — Approva o Tratado relativo á solução judicial das controversias que venham a surgir entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suissa..... 133
- N. 4.883 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de novembro de 1924 — Approva a despesa registrada sob protesto pelo Tribunal de Contas, referente ao pagamento, em 1922, com a locação de predios para repartições de policia do Districto Federal, e serviços em favor do Instituto Nacional de Musica..... 133
- N. 4.884 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Pro- roga até 31 de dezembro de 1925 o prazo estabelecido no art. 1º do decreto n. 4.624, de 28 de dezembro de 1922..... 134
- N. 4.885 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.500:000\$, para occorrer ás despesas com a reparação da via-permanente da Estrada de Ferro Central do Brasil..... 134
- N. 8.886 — Não foi publicado.
- N. 4.887 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da

	Pags.
Viação e Obras Publicas, o credito especial de 19:628\$515, para liquidar reclamações de perdas e avarias de mercadorias no exercicio de 1923.....	135
N. 4.888 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 4:690\$, para pagamento aos praticantes addidos da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes Virgilio Brandão e Euthalio Cyro de Castro	135
N. 4.889 — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Estabelece que o "Premio Almirante Jaceguay" deve constar dos assentamentos dos officiaes premiados.....	136
N. 4.890 — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de noventa e sete contos tresentos e vinte e quatro mil setecentos e onze réis (97:324\$711), para pagamento de differença de agio sobre consignações estabelecidas em 1920.....	136
N. 4.891 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, no Ministerio da Guerra um credito especial de 188:753\$200, destinado ao pagamento das vantagens que competem aos sargentos reservistas do Exercito, auxiliares de escripta das juntas permanentes de alistamento militar nesta Capital e nos Estados.....	137
N. 4.892 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1925.....	137
N. 4.893 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 240:000\$, para attender aos pagamentos, ainda não effectuados, que deviam correr por conta da sub-consignação "Diversos servicos — Vencimentos a officiaes reformados e honorarios, etc.", da verba 8ª — Soldos e gratificações de officiaes — do orçamento de 1923.....	139
N. 4.894 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 915:200\$302,	

	Pags.
para pagamento das gratificações e porcentagens concedidas aos mensalistas e diaristas das repartições desse ministerio.....	139
N. 4.895 — MARINHA — Decreto de 3 de dezembro de 1924 — Fixa a força naval para 1925 e dá outras providencias.....	140
N. 4.895 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1924 — Approva o acto do Governo Federal, mandando registrar, sob protesto, o credito de 2.695:936\$005, relativo á construcção das Obras do porto da Bahia, requisitado pelo aviso do Ministerio da Viação e Obras Publicas, sob n. 1.399, de 8 de julho de 1911.....	143
N. 4.895 B — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de nove mil quatrocentos e quatorze contos oitocentos e cincoenta mil quatrocentos e quarenta e oito réis (9.414:850\$448), para occorrer aos pagamentos devidos aos serventuários da União, com exercicio naquelle ministerio, nos termos do art. 150, § 1º, do decreto n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....	144
N. 4.896 — JUSTIÇA — Decreto de 15 de dezembro de 1924 — Perdôa o bacharel José Gonçalves Neves da pena imposta pelo Supremo Tribunal Federal.....	144
N. 4.896 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça, o credito especial de 1:569\$774, para pagamento da pensão que compete ao guarda civil Cornelio Soares de Azevedo, no periodo de 12 de março a 31 de dezembro do corrente anno.....	145
N. 4.896 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1924 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 492:554\$172, para indemnização á Imprensa Nacional de despesas realizadas em 1923, com a impressão e publicação dos trabalhos do Congresso Nacional, excidentes aos creditos abertos para aquelle fim	145

	Page.
N. 4.897 — MARINHA — Decreto de 24 de dezembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de cento e cincoenta e nove contos cento e quarenta e um mil réis (159:141\$), preciso ás verbas 2ª e 5ª do orçamento do mesmo ministerio, de 1923	146
N. 4.898 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1924 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, do credito especial de 553\$548, para pagamento de pensão a D. Laura Gomes Nogueira, viuva do guarda civil Manoel Joaquim Nogueira	146
N. 4.899 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIÓ, GUERRA, RELAÇÕES EXTERIORES, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 2:041\$700, para occorrer ao pagamento que é devido a Luiz Macedo & Comp. e manda vigorar, para o exercicio de 1925, os orçamentos de 1924, si até 31 de dezembro corrente não estiverem ultimadas as votações dos Orçamentos da Receita e da Despesa Geraes da Republica e até que o Congresso Nacional ultime as respectivas votações....	147
N. 4.900 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1924 — Determina a substituição de algumas clausulas dos contractos firmados com os Estados do Paraná e de Santa Catharina, respectivamente, para construcção das obras dos portos de Paranaguá e de S. Francisco	147
N. 4.900 A — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1924 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito de 19.175:327\$200, suplementar á verba 10ª do orçamento de 1924	149
N. 4.901 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas um credito suplementar de cinco contos quinhentos e vinte mil	

réis (5:520\$000), para pagamento de vencimentos dos inspectores da rêde telegraphica adquirida ao Estado do Rio Grande do Sul, Arthur Gabriel Godinho e Manoel Caetano Pereira	149
N. 4.902 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1924 — Autoriza o Poder Executivo a dar ao Estado do Rio de Janeiro concessão para construir e explorar os portos de Nictheroy e Angra dos Reis	150
N. 4.903 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1924 — Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 4:428\$340, para attender ao pagamento de tres lampadas "Aldis", destinadas ao serviço de aviação naval	150
N. 4.904 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COM-MERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1924 — Revigora para o exercicio de 1925, e nos exercicios seguintes, até a conclusão dos trabalhos, os saldos dos creditos abertos pelos decretos ns. 14.065, de 16 de fevereiro de 1920, 14.515, de 2 de dezembro de 1920, 14.674, de 16 de fevereiro de 1921, 14.952, de 17 de agosto de 1921 e 15.368, de 15 de fevereiro de 1922, nos terinos do decreto legislativo n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920, que autorizou o Governo a proceder ao Recenscamento geral da Republica, até a importancia de 907:633\$216	152

APPENDICE

N. 4.772 A — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1923 — Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 9.508:615\$974, para pagamento de despesas que excederam ás verbas de ns. 13 e 14 do orçamento de 1922	155
--	-----

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1924

DECRETO N. 4.784 — DE 2 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito de 279:000\$, para attender ás despesas com a representação do Brasil na proxima Exposição de Borracha e outros productos tropicaes, a realizar-se na cidade de Bruxellas em maio de 1924

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito especial de 279:000\$, para attender ás despesas com a representação do Brasil na proxima Exposição de Borracha e outros productos tropicaes, a realizar-se na cidade de Bruxellas em maio de 1924, podendo fazer operações de credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 4.785 — DE 2 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 32:000\$ (trinta e dois contos de réis), supplementar á sub-consignação "Pessoal" — da verba orçamentaria da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito sup-

plementar de 32:000\$ (trinta e dous contos de réis), para supprir deficiencias da sub-consignação "Pessoal" da consignação "Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte" — n. VII — verba 6ª — art. 92 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.786 — DE 2 DE JANEIRO DE 1924

Reconhece como instituição de utilidade publica o Circulo de Imprensa, com sede no Districto Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' reconhecido como instituição de utilidade publica o Circulo de Imprensa, com sede no Districto Federal, fundado em 8 de julho de 1922.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º de Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.787 — DE 2 DE JANEIRO DE 1924

Considera de utilidade publica a Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' considerada de utilidade publica a Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º de Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.788 — DE 2 DE JANEIRO DE 1924

Reconhece de utilidade publica a Associação Nautica Brasileira, com sede nesta Capital

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço sabêr que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º É reconhecida de utilidade publica a Associação Nautica Brasileira, com sede nesta Capital.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º de Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.789 — DE 2 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a adquirir a casa em que residiu o senador Ruy Barbosa, com mobiliario, bibliotheca, archivo, etc.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, separadamente, ou em conjuncto:

a) a casa á rua S. Clemente n. 134, em que residiu, nesta cidade, o Sr. senador Ruy Barbosa;

b) o mobiliario, a bibliotheca, os manuscritos e o archivo;

c) a propriedade intellectual das obras do eminente brasileiro.

Paragrapho unico. Realizada a acquisição, o Governo fundará, no edificio, e com as installações adquiridas, um museu-bibliotheca; podendo dar-lhes, não obstante, os destinos que julgar mais adequados ao culto nacional pela memoria do grande cidadão.

Art. 2.º O Governo nomeará uma commissão de tres membros, escolhidos dentre os mais notaveis homens de sciencias juridicas e litterarias, para examinar, catalogar e classificar as obras existentes na referida casa.

Art. 3.º As obras de Ruy Barbosa, depois de classificadas pela referida commissão, serão mandadas publicar pelo Governo, pertencendo ao Estado os respectivos direitos autoraes, publicando-se tambem os manuscritos, cuja divulgação, dada a importancia dos mesmos, fôr considerada util.

Art. 4.º Para a execução da presente lei, fica o Governo autorizado a abrir os créditos necessários ou a fazer as operações de credito precisas, comtanto que a despeza a effectuar-se não exceda de quatro mil contos.

Art. 5.º Na fundação de qualquer natureza que se fizer em virtude desta lei, haverá na bibliotheca, constituida pela livraria que pertenceu ao senador Ruy Barbosa, uma secção especial, composta de todas as obras delle adquiridas pela União, e a essa secção será dada a denominação de "Secção D. Maria Augusta", em honra á veneranda viuva do immortal brasileiro.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.790 — DE 2 DE JANEIRO DE 1924

Definc os direitos autoraes e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º O registro das composições theatraes ou musicas de qualquer genero, na Bibliotheca Nacional, será feito mediante cópia impressa ou dactylographada, rubricada pelo autor.

Art. 2.º Nenhuma composição musical, tragedia, drama, comedia ou qualquer outra producção, seja qual fôr a sua denominação, poderá ser executada ou repersentada em theatros ou espectaculos publicos, para os quaes se pague entrada, sem autorização, para cada vez, do seu autor, representante, ou pessoa legitimamente subrogada nos direitos daquelle.

Art. 3.º O autor, editor, cessionario, traductor devidamente autorizado, ou pessoa subrogada nos direitos destes, poderá requerer, á autoridade policial competente, a interdicção do espectaculo ou representação de peça que não tenha sido devidamente autorizada.

§ 1.º O requerimento, para esse fim, será instruido com o jornal em que se faz o annuncio, cartazes, avulsos ou outros meios de publicação.

§ 2.º A autoridade policial a quem for dirigido o requerimento prohibirá a sua representação ou execução, até ser exhibida a autorização respectiva.

Art. 4.º Salvo as obras cuja propriedade tenha sido adquirida pelo editor, toda obra litteraria, didactica ou scientifica editada em virtude de contracto ou por conta do autor, será numerada, seguidamente, em cada um dos exemplares de que se compuzer a edição.

Paragrapho unico. E' considerada contrafacção, sujeito o editor ou impressor a pagamento de perdas e damnos, qualquer repetição de numero, bem como exemplar sem numeração, ou que apresente numeração excedente da tiragem contractada.

Art. 5.º Nos contractos de edição, sejam quaes forem as condições quanto á remuneração do autor pelo editor, é este obrigado a facultar ao autor o exame da respectiva escripturação.

Art. 6.º E' permittido ao titular de um direito autoral requerer a apprehensão das receitas brutas da representação ou exhibição, si a execução ou representação se fizer sem a autorização a que se refere o art. 2.º.

Paragrapho unico. A apprehensão será decretada pela autoridade judiciaria competente, e, nos casos urgentes, pela autoridade policial a quem incumbe o serviço de theatros e casas de diversões, mediante as formalidades referidas no art. 3.º, §§ 1.º e 2.º, e, no caso excepcional de mudança de programma, á ultima hora, pela autoridade que presidir ao espectáculo.

Art. 7.º A acção penal do art. 25 e seu paragrapho da lei n. 496, de 1 de agosto de 1898, contra o empregario, será iniciada dentro de cinco dias uteis após a apprehensão.

§ 1.º A receita bruta apprehendida será depositada nos cofres publicos, até decisão final da acção penal ou accôrdo entre as partes.

§ 2.º Si a acção penal não for proposta dentro de cinco dias, ficará sem effeito a apprehensão.

Art. 8.º O processo e o julgamento da contrafacção dos direitos autoraes são regulados pelo decreto n. 707, de 9 de outubro de 1850.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.791 — DE 4 DE JANEIRO DE 1924

Publica a resolução do Congresso Nacional que fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na legislatura de 1924 a 1926

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no art. 22 da Constituição Federal, resolve:

Artigo unico. Na legislatura de 1924 a 1926, será de 125\$ o subsidio diario de cada senador ou deputado, durante as

sessões, e de 1:000\$ a ajuda de custo, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.792 — DE 4 DE JANEIRO DE 1924

Manda que os officiaes do Exercito, declarados aspirantes em 7 de janeiro de 1922, guardarão, para todos os effeitos, nas armas a que pertencerem, a mesma collocação que, por merecimento intellectual, tinham entre si como aspirantes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.° Os officiaes do Exercito, que foram declarados aspirantes em 7 de janeiro de 1922, guardarão, para todos os effeitos, nas armas a que pertencerem, a mesma ordem de collocação que, por merecimento intellectual, tinham entre si como aspirantes.

Art. 2.° Da execução desta lei nenhuma vantagem pecuniaria advirá para os officiaes cujas antiguidades forem por isso alteradas.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

LEI N. 4.793 — DE 7 DE JANEIRO DE 1924

Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1924

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1°. A despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1924, é fixada em 87.351:641\$089, ouro, e..... 916.320:303\$217, papel, distribuida pelos respectivos Ministerios, da forma seguinte:

Art. 2°. E' o Poder Executivo autorizado a despender, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, as quantias de 3.375:312\$285,

ouro, e 94.331.848\$947, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

Verbas	Total
1ª — Subsidio do Presidente da Republica:	
Fixa-papel.....	120 :000\$000
2ª — Subsidio do Vice-Presidente da Republica:	
Fixa-papel.....	72 :000\$000
3ª — Gabinete do Presidente da Republica:	
Fixa-papel.....	161 :496\$000
4ª — Despesa com o Palacio do Presidente da Republica:	
Fixa-papel.....	96 :000\$000
Variavel-papel.....	194 :000\$000
5ª — Subsidio dos Senadores:	
Fixa-papel.....	968 :625\$000
6ª — Secretaria do Senado:	
Fixa-papel.....	876 :972\$000
Variavel-papel.....	545 :688\$500
7ª — Subsidio dos Deputados:	
Fixa-papel.....	3.259 :500\$000
8ª — Secretaria da Camara dos Deputados:	
Fixa-papel.....	1.110 :293\$000
Variavel-papel.....	637 :995\$018
9ª — Ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional:	
Fixa-papel.....	275 :000\$000
10ª — Secretaria de Estado:	
Fixa-papel.....	669 :900\$000
Variavel-papel.....	127 :483\$118
11ª — Gabinete do Consultor Geral da Republica:	
Fixa-papel.....	33 :600\$000
Variavel-papel.....	5 :600\$000
12ª — Justiça Federal:	
Fixa-papel.....	2.756 :475\$200
Variavel-papel.....	1.041 :430\$118
13ª — Justiça do Districto Federal:	
Fixa-papel.....	2.979 :150\$000
Variavel-papel.....	385 :056\$118
14ª — Ajudas de custo aos magistrados:	
Variavel-papel.....	5 :500\$000
15ª — Policia do Districto Federal:	
Fixa-papel.....	5.711 :704\$950
Variavel-papel.....	2.209 :400\$500
16ª — Policia Militar:	
Fixa-papel.....	8.182 :950\$669
Variavel-papel.....	5.400 :470\$430

Verbas	Total
17ª — Casa de Detenção:	
Fixa-papel.....	162 :600\$000
Variavel-papel.....	851 :656\$118
18ª — Casa de Correção:	
Fixa-papel.....	166 :188\$360
Variavel-papel.....	579 :056\$118
19ª — Archivo Nacional:	
Fixa-papel.....	184 :278\$400
Variavel-papel.....	20 :796\$118
20ª — Assistencia a Alienados:	
Fixa-papel.....	1.002 :891\$966
Variavel-papel.....	2.977 :046\$724
21ª — Departamento Nacional de Saude Publica:	
Variavel-ouro.....	3.356 :617\$885
Fixa-papel.....	11.633 :556\$450
Variavel-papel.....	11.610 :633\$000
22ª — Secretaria do Conselho Superior do Ensino:	
Fixa-papel.....	36 :800\$000
Variavel-papel.....	3 :806\$000
23ª — Subvenções a Institutos de Ensino:	
Variavel-ouro.....	2 :100\$000
Fixa-papel.....	59 :760\$000
Variavel-papel.....	6.714 :370\$250
24ª — Escola Nacional de Bellas Artes:	
Variavel-ouro.....	12 :394\$400
Fixa-papel.....	260 :590\$752
Variavel-papel.....	120 :982\$236
25ª — Instituto Nacional de Musica:	
Variavel-ouro.....	4 :200\$000
Fixa-papel.....	376 :920\$000
Variavel-papel.....	97 :365\$256
26ª — Instituto Benjamin Constant:	
Fixa-papel.....	338 :748\$100
Variavel-papel.....	207 :811\$118
27ª — Instituto Nacional de Surdos-Mudos:	
Fixa-papel.....	89 :310\$000
Variavel-papel.....	84 :376\$118
28ª — Bibliotheca Nacional:	
Fixa-papel.....	453 :871\$500
Variavel-papel.....	185 :121\$118
29ª — Obras:	
Fixa-papel.....	58 :200\$000
Variavel-papel.....	685 :100\$000
30ª — Serviço Eleitoral:	
Fixa-papel.....	348 :650\$000
Variavel-papel.....	300 :000\$000
31ª — Corpo de Bombeiros:	
Fixa-papel.....	2.275 :043\$966
Variavel-papel.....	2.298 :003\$350

Verbas	Total
32ª — Administração, Justiça e outras despesas no Territorio do Acre:	
Fixa-papel.....	1.688 :288\$000
Variavel-papel.....	1.502 :619\$168
33ª — Instituto Oswaldo Cruz:	
Fixa-papel.....	671 :880\$000
Variavel-papel.....	837 :640\$000
34ª — Serventuários do Culto Catholico:	
Fixa-papel.....	30 :000\$000
35ª — Magistrados em disponibilidade:	
Fixa-papel.....	50 :400\$000
36ª — Substituições:	
Fixa-papel.....	150 :000\$000
37ª — Subvenções:	
Variavel-papel.....	5.226 :970\$000
38ª — Eventuaes:	
Variavel-papel.....	80 :000\$000
39ª — Limites Interestaduaes:	
Fixa-papel.....	304 :600\$000
Variavel-papel.....	55 :000\$000
40ª — Museu Historico:	
Fixa-papel.....	123 :600\$000
Variavel-papel.....	61 :450\$000
41ª — Instituto Medico Legal:	
Fixa-papel.....	216 :240\$000
Variavel-papel.....	94 :620\$000
42ª — Gabinete de Identificação e Estatistica:	
Fixa-papel.....	207 :420\$000
Variavel-papel.....	123 :133\$000
43ª — Escola Quinze de Novembro:	
Fixa-papel.....	275 :535\$140
Variavel-papel.....	622 :770\$000

Art. 3.º E' o Presidente da Republica autorizado:

I — A abrir creditos até a importancia de 140:000\$ para execução da diligencia determinada pelo Supremo Tribunal Federal e por elle considerada imprescindivel para o julgamento da questão de limites Amazonas-Pará.

II — A pagar ao Lyceu Franco Brasileiro, S. Paulo, as subvenções consignadas nas leis ns. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, art. 2º, consignação n. 38, e 4.632, de 6 de janeiro de 1923, art. 2º, verba 37ª, e 4.555, de 10 de agosto de 1922, art. 2º, verba 37ª, as quaes se acham escripturadas, em deposito, no Thesouro Nacional.

III — A crear o logar de professor de virtuosidade para o ultimo anno de piano no Instituto Nacional de Musica, sem augmento de despesa.

IV — A adeantar á Directoria da Escola de Bellas Artes até a importancia de 200:000\$, para impressão polychromica de

um catalogo-album da sua galeria de quadros, o qual deverá ser exposto á venda pelo preço do custo, revertendo, então, a importância apurada nesta venda aos cofres do Thesouro.

V — A mandar imprimir, dentro do exercício desta lei, na Imprensa Official, uma edição de dous mil (2.000) exemplares da obra "A Constituição Federal interpretada pelo Supremo Tribunal Federal", trabalho do Dr. José Affonso Mendonça de Azevedo, acompanhado da traducção para o portuguez das Constituições americana e argentina, devendo quinhentos (500) exemplares reverter sem onus ao Governo.

VI — A abrir os necessarios creditos para occorrer ao pagamento de vencimentos integraes dos ajudantes medicos, desde 1922, da Inspectoria de Prophylaxia Maritima, do Departamento Nacional de Saude Publica, Drs. Oscar de Lucena e Ernesto Crissiuma Paranhos, assim como ao 3º official do mesmo Departamento Dr. Antonio Carvalho Guimarães, que exercem funcções interinas pelo afastamento em commissão ou cargo electivo.

VII — A reorganizar a Fundação do Orphanato Osorio para o fim de assegurar-lhe autonomia administrativa, como pessoa juridica distincta de outras.

VIII — A reorganizar o ensino secundario e superior, attendendo as necessidades reconhecidas pela pratica, podendo:

a) crear o Departamento Nacional da Instrucção Publica, com a necessaria acção para resolver os assumptos peculiares ao ensino e dirigir os serviços a elle relativos;

b) remodelar o Conselho Superior do Ensino e o Conselho Universitario e crear o Conselho Nacional de Instrucção, como órgão de fiscalização e superintendencia do ensino e de consulta nas materias a elle attinentes mantendo, nos termos da lei, a autonomia didactica dos institutos de ensino superior e secundario;

c) estabelecer o concurso de provas como meio exclusivo para as nomeações de professores dos cursos superiores e secundarios;

d) supprimir os cargos de professores substitutos, respeitadas os direitos adquiridos;

e) supprimir o regimen dos exames parcellados e instituir o de seriação obrigatoria no curso secundario;

f) dividir, fundir, supprimir e crear cadeiras nos institutos de ensino superior e secundario;

g) restringir a equiparação aos officiaes dos institutos de ensino superior, estabelecendo normas rigorosas para esse fim e em nenhuma hypothese podendo gosar regalias de equiparação institutos de ensino que se filiem a corporações estrangeiras ou dependam de autoridades estranhas ao Brasil;

h) officializar institutos de ensino superior nos Estados, desde que estes os subvencionem convenientemente e que os mesmos institutos possuam patrimonio julgado sufficiente e corpo docente de competencia reconhecida pelo Conselho Nacional de Instrucção;

i) crear bancas examinadoras para, nos institutos de ensino secundario da Capital Federal e dos Estados aos quaes for concedida essa regalia, procederem ao exame por série dos alumnos matriculados que cursaram os mesmos institutos;

j) crear no Collegio Pedro II um curso que será denominado Faculdade de Lettras, conferindo aos nelle formados o grão de bacharel em lettras;

k) conferir aos directores dos institutos federaes de ensino superior e secundario, os quaes serão sempre escolhidos dentre os professores cathedricos effectivos, em disponibilidade ou jubilados, todas as funcções administrativas inherentes á regularidade dos serviços escolares, havendo de suas decisões, neste particular, recurso para o Ministro da Justiça e dos Negocios Interiores.

§ 1.º Para a execução desta reforma o Governo fará a necessaria revisão das consignações votadas no orçamento, das subvenções e das rendas escolares e poderá abrir creditos até 300:000\$000.

§ 2.º O Governo organizará e executará um plano de diffusão do ensino primario nos Estados, directamente ou por accôrdo com os respectivos governos, podendo abrir creditos até a importancia de 500:000\$000.

IX — A pagar ao Dr. Elpidio de Mesquita como premio e compensação dos trabalhos que realizou por nomeação do Governo na elaboração dos decretos e regulamentos ns. 15.788, de 8 de novembro de 1922 e 15.807, de 11 de novembro do mesmo anno, a quantia que for accordada, tendo em vista a opinião dos jurisconsultos que foram ouvidos, abertos os creditos necessarios.

X — A conceder á Confederação Brasileira de Desportos até a quantia de 350:000\$, para a representação do Brasil nas Olympiadas deste anno, em Paris.

XI — A adiar para 3 de maio do corrente anno, ou para data que fôr mais conveniente, as eleições para o Congresso Nacional no Estado do Rio Grande do Sul, podendo permittir que tenham voto os eleitores alistados até 30 dias antes e expedindo as necessarias instrucções.

§ 1.º Nesse caso, o prazo de inicio da apuração fica reduzido a 15 dias e a 10 o prazo para o seu encerramento.

XII — A crear mais um batalhão de infantaria, na Policia Militar do Distrito Federal, e um quadro de sargentos aspirantes, formado exclusivamente por sargentos que tenham o curso da Escola Profissional, e bem assim mais dous logares de medicos e um de pharmaceutico no corpo de saude, sendo um capitão e dous primeiros tenentes.

§ 1.º No regulamento que expedir para a Escola Profissional, o Governo estabelecerá as preferencias para a admissão no quadro dos sargentos aspirantes e as regalias de que estes gozarão, modificando para isso o regimen de promoções de officiaes.

§ 2.º Os professores da Escola Profissional terão a gratificação mensal de 300\$; o official encarregado da escola e o preparador da aula de Physica e Chimica terão a de 150\$ mensaes.

§ 3.º Fica o Governo autorizado a reorganizar a Guarda Civil, a 4.ª Delegacia Auxiliár e a Inspectoria de Vehiculos, para dar mais efficiencia aos serviços que lhes competem, podendo despende até á quantia de 700:000\$ com o pessoal e material resultante da reforma.

§ 4.º Ficam abertos os creditos para a execução dos artigos antecedentes, na importancia maxima de 2.300:000\$ e o de 500:000\$ para auxiliar a construcção do novo hospital da Policia Militar, podendo, para este ultimo fim, fazer as necessarias operações de credito.

§ 5.º Os sargentos terão duas etapas.

XIII — A modificar o regulamento dos serviços domesticos, para o fim de excluir os empregados de hotéis e estabelecimentos semelhantes das respectivas exigencias, podendo expedir regulamento especial para os referidos empregados, comminando multas de 50\$ a 500\$000.

XIV — A empregar os saldos dos creditos abertos para a Exposição Internacional e o das respectivas rendas em obras de construcção e installação de um ou mais pavilhões da Escola 15 de Novembro.

XV — A abrir o credito de 96:705\$230 para liquidar a divida de fornecimento de gaz, luz, energia electrica, telephones, telegrammas e transportes para os Palacios da Presidencia da Republica de 1920 a 1923, e bem assim o credito de 350:000\$ para obras a executar nos referidos palacios.

XVI — A vender, mediante prévia avaliação, em hasta publica, o edificio onde actualmente funciona o *Forum*, podendo abrir um credito equivalente ao producto da venda, afim de applicar no mobiliario e decorações para o Palacio da Justiça.

XVII — A pôr em execução, até que o Congresso Nacional os approve ou modifique, o Codigo do Processo Civil e Commercial e o do Processo Criminal do Districto Federal, já apresentados á sua consideração, podendo fazer-lhes as modificações resultantes de leis posteriores á sua apresentação e á reforma da organização judiciaria, e as que forem aconselhadas pela experiencia, com o objectivo de accelerar a marcha e decisão final das causas.

XVIII — A, na refoma da Policia Civil, introduzir as seguintes providencias:

A' 4ª delegacia auxiliar da Policia do Districto Federal, além das attribuições que lhe forem dadas pelo chefe de Policia e as que lhe cabem em virtude do regulamento que baixou o decreto n. 14.079, de 25 de fevereiro de 1920 e as constantes do decreto n. 15.848, de 20 de novembro de 1922, ficam affectos os encargos relativos ao policiamento do littoral, á repressão do lenocinio, do anarchismo e outras doutrinas subversivas e a da vadiagem.

XIX — A applicar a quantia de 6.000:000\$ do fundo especial instituido pela lei n. 4.440, de 31 de dezembro de 1921, e decreto n. 15.442, de 14 de abril de 1922, em obras e adaptações do Hospital Nacional de Alienados, á installação do Hospital de Tuberculoços do Districto Federal, e á Assistencia Hospitalar das Crianças enfermas, no mesmo Districto, podendo para isso entrar em accôrdo com a Prefeitura para o effeito de ser aproveitado para hospital de crianças o edificio do Hotel Sete de Setembro; e bem assim no serviço de prophylaxia da lepra, das doenças venereas e do cancer no Districto Federal e nos Estados.

XX — A transferir para o Ministerio da Viação e Obras Publicas o serviço contractado com a Rio de Janeiro City Improvements e a respectiva fiscalização, assim como as respectivas dotações.

Art. 4.º Fica revogado o dispositivo da lettra c do n. I do art. 37 da lei n. 3.208, de 27 de dezembro de 1916.

Paragrapho unico. Entre os funcionarios de que trata a letra f dos citados n. 1 e art. 37 não se comprehendem os de funcções temporarias não remuneradas por meio de dotações orçamentarias.

Art. 5.º Substitua-se o art. 26 e seu paragrapho unico do regulamento que baixou com o decreto n. 15.776, de 5 de novembro de 1922, para o seguinte:

«A venda dos penhores vencidos será feita em leilão realizado na propria casa de penhores por leiloeiros publicos desta Capital, de escolha do proprietario do estabelecimento».

Art. 6.º No § 4.º do art. 17, capitulo III, do decreto numero 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, onde se diz: "Quando esses funcionarios, tendo percorrido toda a escala de acesso, contarem mais de 35 annos de serviço publico federal, sem goso de licença e não tendo mais de 30 faltas justificadas, etc.", diga-se: sem goso de licença por mais de 30 dias, etc.

Art. 7.º O Instituto Nacional de Musica poderá emprestar, com as devidas garantias, as musicas de que necessitar a Sociedade de Concertos Symphonicos.

Art. 8.º E' prorogado por mais um anno o prazo para validade dos concursos realizados em 1921, no Departamento Nacional de Saude Publica.

Paragrapho unico. Os prazos a que se refere o art. 5.º da lei n. 4.428, de 28 de dezembro de 1921, que providencia sobre a construcção de sanatorios para tuberculosos, e alterados pela lei n. 4.632, no art. 10, serão contados respectivamente para inicio das construcções e conclusão das obras, da data do registro de cada contracto pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º As consignações votadas no orçamento do Ministerio do Interior, e destinadas á execução dos accórdos celebrados entre a União e os Estados para o serviço do saneamento e prophylaxia rural, serão distribuidas, integralmente, ás delegacias fiscaes, no começo de cada exercicio, e entregues mediante requisições dos chefes das respectivas commissões federaes, quer se trate de pessoal, quer de material, como adeantamentos, aos funcionarios por estes designados. Os documentos comprobatorios da applicação desses adeantamentos serão presentes ao julgamento do Tribunal de Contas, por intermedio das delegações deste em cada um dos Estados, observado o disposto nos arts. 70 e 71, do Código de Contabilidade e 287 e seguintes do seu respectivo regulamento.

Paragrapho unico. A parte das contribuições com que concorrem os Estados será escripturada como deposito nas delegacias fiscaes e terá a applicação que os chefes das mesmas commissões julguem conveniente de accôrdo com as instrucções expedidas pelo Ministerio do Interior. Da applicação dada a esses depositos os referidos chefes das commissões prestarão contas directamente ao Ministro do Interior, por intermedio do Departamento Nacional de Saude Publica e independente de approvação do Tribunal de Contas.

Art. 10. A reforma do 1.º tenente medico da Brigada Policial, Dr. Luiz Figueira Machado, será regulada, de ora avante, pela parte final do art. 53, do regulamento approved pelo decreto n. 12.014, de 29 de março de 1916.

Art. 11. Todos os sargentos da Policia Militar do Districto Federal servirão por tempo indeterminado, não ficando, portanto, sujeitos a engajamento ou reengajamento, desde que tenham mais de dez annos de serviço na corporação e sejam de bom comportamento, segundo o conselho de disciplina.

Art. 12. Vagando, por qualquer circumstancia, um dos cargos de escrivão do Juizo Federal da Bahia, que não seja o criminal, ficará suppresso o cargo, e attribuido ao outro escrivão restante o respectivo serviço, unificados, pois, os dous cartorios, actualmente existentes.

Art. 13. São fixados em quatro o numero de censores das casas de diversões publicas, creados pelo decreto numero 14.529, de 9 de dezembro de 1920, em virtude da lei n. 4.003, de 7 de janeiro do mesmo anno, sendo conservados, entretanto, os oito censores actualmente em exercício e não se preenchendo as vagas occorrentes, até que o numero se reduza ao minimo estabelecido neste artigo.

Art. 14. Ficam resalvados os direitos de acesso ao posto de tenente-coronel medico e major pharmaceutico aos officiaes do Serviço de Saúde do Corpo de Bombeiros desta Capital, nomeados antes da suppressão dos respectivos postos.

Art. 15. O actual dentista do Corpo de Bombeiros do Districto Federal terá o posto de 2º tenente e as vantagens e vencimentos a elle inherentes, feita a necessaria correcção na tabella respectiva e abrindo-se o respectivo credito.

Art. 16. Ficam revigoradas as disposições contidas no art. 18 do decreto n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, as quaes serão applicadas aos funcionarios em igualdade de condições e que tenham sido anteriormente designados para exercerem commissões nos Estados.

Art. 17. Todos os editaes de concurrencia de todas as Secretarias de Estado e repartições publicas serão publicados no *Diario Official* uma só vez, com os pormenores e especificações de costume; as reproducções deverão apenas fazer referencia ao numero e data do *Diario Official* em que tiver sido feita a primeira publicação pormenorizada.

Art. 18. Fica prorogado até 31 de dezembro do corrente anno o prazo a que se refere o art. 1º da lei n. 4.624, de 28 de dezembro de 1922.

Art. 19. Ficam revigorados, afim de serem empregados no pagamento dos accórdos relativos ao exercício de 1923, os saldos das dotações destinadas ao serviço de saneamento e prophylaxia rural pela lei n. 4.632, de 6 de janeiro, que fixou a despesa para o referido exercício.

Art. 20. O ultimo concurso actualmente em vigor, realizado para preenchimento das vagas de 2º tenente pharmaceutico e medico da Policia Militar, fica prorogado pelo prazo de mais um anno.

Art. 21. É facultado aos alumnos das escolas superiores da Republica, dependentes de uma só materia, e que tiverem sido ouvintes do anno immediato, fazerem, em 2ª época, o exame que lhes falta e, si approvados, os do anno seguinte, pagas as taxas respectivas.

Art. 22. Os engenheiros, comprehendidos os engenheiros architectos e os engenheiros agronomos, formados por escolas estrangeiras, cujos diplomas sejam validos para o exercício de sua profissão no paiz em que foram conferidos, e que ti-

verem iniciado os respectivos cursos de engenharia até o anno lectivo de 1915, inclusive, poderão, no corrente exercicio, fazer o registro official de seus titulos, independente das disposições do art. 108 do decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915.

Art. 23. Continuam em vigor os arts. 3, n. XIX, 6, 8, 9, 11, 15 e 21 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 24. A eleição para a renovação do terço do Senado e para a Camara dos Deputados na legislatura de 1924 a 1926 realizar-se-ha no dia 17 de fevereiro de 1924.

§ 1.º No Districto Federal, os livros de actos de eleições federaes e municipaes serão entregues no Juizo Federal da 2ª Vara, mediante termo, aos respectivos presidentes de mesa até ao 3º dia antes da eleição, sendo expedidos, pelo modo que este juizo julgar mais conveniente, os que não forem reclamados até esse dia referido. O juizo designará por edital, publicado no *Diario Official*, os dias e horas em que attenderá os presidentes da mesa.

§ 2.º O presidente de mesa que não puder vir a juizo, dentro do prazo estabelecido neste artigo, officiará, dando as razões e a prova do impedimento.

§ 3.º Quando, por qualquer motivo, no Districto Federal, a mesa não receber a urna ou as urnas para a eleição, poderá ser utilizado nesse fim um recipiente que assegure o segredo do voto, mencionando-se tal circumstancia na respectiva acta.

§ 4.º Nos Estados, os juizes municipaes ou outros juizes preparadores togados dos termos annexos ás comarcas são competentes para o preparo do alistamento eleitoral cujo julgamento continúa a competir aos juizes de direito, e terão as mesmas attribuições destes na organização das mesas eleitoraes, quando a séde da comarca pertencer a districto eleitoral diverso.

Art. 25. Ficam amnistiadas todas as pessoas envolvidas no ultimo movimento revolucionario do Rio Grande do Sul, salvo nos crimes puramente communs não connexos com o referido movimento.

Art. 26. Fica revigorada a autorização constante do parographo unico do art. 1º do decreto legislativo n. 4.381 A, de 6 de dezembro de 1921, para o fim de poder o Governo abrir o credito que for necessario, em moeda corrente ou mediante operação de credito, destinado ao custeio das despesas com as obras de construcção, adaptação e installações no Pavilhão Monroe, para funcionamento do Senado da Republica.

Paragrapho unico. Todas as obras e installações serão feitas por intermedio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, ouvida a Mesa do Senado, podendo ser realizadas pela fórmula que for julgada mais conveniente, independentemente de concorrência publica ou administrativa e a juizo do mesmo ministerio.

Art. 27. Fica revigorado o saldo do credito decorrente da autorização do n. II do art. 3º da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, podendo o Governo realizar operações de credito até 2.400:000\$ para a conclusão, decorações, installações e mobiliario do edificio do *Forum* da justiça local do Districto Federal, destinando-se especialmente aos serviços de juros e

amortização o producto da taxa judiciaria que para esse fim foi creada.

Art. 28. Das sentenças proferidas sobre liquidação nas causas em que for parte a Fazenda, haverá recurso necessario para o Supremo Tribunal Federal.

O recurso subirá nos proprios autos no prazo improrogavel de oito dias, tendo as partes o direito de juntar na instancia inferior as suas razões, para o que se lhes concederá vista por 48 horas.

O processo do recurso na instancia superior será o dos aggravos.

Art. 29. Fica prorogado por mais um anno o prazo concedido pelo art. 1.172, do regulamento n. 14.508, de 1 de dezembro de 1920, aos sargentos da Policia Militar, para satisfazerem as condições previstas no art. 17 de mesmo regulamento e concernente ao accesso a 2º tenente.

Paragrapho unico. Vigorará por mais seis mezes o concurso a que se refere o art. 19 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro deste anno, realizado na Policia Militar para medico dessa corporação.

Art. 30. Ficam approvados o decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923, que approva o regulamento da assistencia e protecção aos menores abandonados e delinquentes, e o decreto n. 16.273, da mesma data, que reorganiza a justiça do Districto Federal.

Art. 31. Para cumprimento do disposto no art. 338 do decreto n. 16.273, de 1923, fica o Governo autorizado a abrir os necessarios creditos.

Art. 32. As percentagens que caibam aos membros do Ministerio Publico da justiça local do Districto Federal passam a ser arrecadadas como renda do Thesouro Nacional.

Art. 33. Fica revigorado para o corrente exercicio o saldo de 319:328\$863 do credito de 400:000\$, aberto de accôrdo com o art. 1º da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 (verba 40ª — Serviço de Prophylaxia Rural no Districto Federal e nos Estados) e distribuido pela Directoria da Despesa Publica á Delegacia Fiscal do Estado da Paralyha do Norte pelas ordens ns. 46 e 56, respectivamente, de 23 de junho e 29 de outubro de 1922.

Art. 34. As percentagens de 8 e 2 % de que trata a lettra a do art. 37 do decreto n. 10.902, de 20 de maio de 1914, abonadas aos procuradores da Republica no Districto Federal, pela cobrança da divida activa da União, ficam substituidas por uma quota certa, mensal, que não exceda a média dessas percentagens nos ultimos cinco annos e fixados, em consequencia, os vencimentos mensaes desses funcionarios em réis 3:400\$, rectificada a respectiva tabella.

Paragrapho unico. Taes percentagens passarão a constituir renda da União, resalvados os direitos dos procuradores ás percentagens relativas a dividas já ajuizadas, si afinal for vencedora a Fazenda.

Art. 35. As percentagens de 4 e 1 ½ % de que trata a lettra a do art. 39 do decreto 10.902, de 20 de maio de 1914, abonadas aos solicitadores da Fazenda Nacional junto aos juizes federaes no Districto Federal, pela cobrança da divida activa da União, ficam substituidas por uma quota certa, men-

sal, que não exceda a média dessas percentagens nos ultimos cinco annos, e fixados, em consequencia, os vencimentos mensaes desses funcionarios em 1:500\$, rectificada a respectiva tabella.

Paragrapho unico. Taes percentagens passarão a constituir renda da União, resalvados os direitos dos solicitadores ás percentagens relativas a dividas já ajuizadas, si afinal for vencedora a Fazenda.

Art. 36. Continuam em vigor os dispositivos da lei numero 4.632, de 6 de janeiro de 1923, seguintes: Art. 3º, ns. IV, V, VI, VII, XI, XIII, XVII, XVIII, XX; arts. 6º, 8º, 9º, 17 e 20.

Art. 37. O Presidente da Republica é autorizado a despende, pelo Ministerio das Relações Exteriores, com as verbas abaixo designadas, as quantias de 5.868 :957\$851, ouro, e 2.685 :644\$000, papel:

Verbas	Total
1ª — Secretaria de Estado:	
Fixa-papel.....	846 :144\$000
Variavel-papel.....	629 :500\$000
2ª — Corpo Diplomatico:	
Fixa-ouro.....	1.315 :000\$000
Variavel-ouro.....	666 :805\$555
3ª — Corpo Consular:	
Fixa-ouro.....	1.311 :800\$000
Variavel-ouro.....	590 :132\$223
4ª — Recepções officaes:	
Variavel-papel.....	250 :000\$000
5ª — Congressos e conferencias:	
Variavel-ouro.....	325 :000\$000
6ª — Serviço telegraphico:	
Variavel-ouro.....	200 :000\$000
Variavel-papel.....	200 :000\$000
7ª — Repartições internacionaes:	
Variavel-ouro.....	398 :220\$073
8ª — Ajudas de custo:	
Variavel-ouro.....	350 :000\$000
9ª — Extraordinarias no Exterior:	
Variavel-ouro.....	400 :000\$000
10ª — Expansão economica:	
Variavel-ouro.....	310 :000\$000
Variavel-papel.....	70 :000\$000
11ª — Commissões de limites:	
Variavel-papel.....	760 :000\$000

Art. 38. E' o Presidente da Republica autorizado:

I. A reorganizar, com os recursos existentes nas respectivas verbas dos orçamentos dos Ministerios das Relações Exteriores e Agricultura, Industria e Commercio, sem augmento do pessoal, os serviços de Propaganda e Expansão Economica do paiz no exterior.

II. A nomear, independentemente de concurso e de outras formalidades regulamentares, para as vagas de consules de segunda classe, os actuaes consules honorarios, brasileiros natos, que contarem mais de 10 annos de serviços ao paiz e que os tiverem prestado tambem na guerra, os actuaes auxiliares de consulado que nessa qualidade ou em outros empregos tenham mais de 10 annos de serviço.

III. A revêr os decretos ns. 14.056, 14.057 e 14.058, dando novos regulamentos á Secretaria de Estado, ao Corpo Diplomatico e ao Consular, sem nenhum augmento nos totaes da despesa fixada no presente orçamento e sem nenhum accrescimento do pessoal ora existente, mas com liberdade para remodelar do melhor modo os quadros com o pessoal ora existente e as verbas ora fixadas, podendo, sempre que julgar conveniente aos interesses superiores do paiz, decretar a disponibilidade dos agentes diplomaticos e consulares que, havendo completado ou não o tempo necessario para a sua aposentadoria, estejam em exercicio no exterior, fixando em taes casos os pagamentos em papel e constituindo verba separada no orçamento. O Governo terá o cuidado de consagrar na presente reforma as disposições existentes sobre redução de pessoal.

Art. 39. Fica revigorada a autorização contida no n. 1 do art. 26 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, para a reorganização do Serviço de Expansão Economica, subordinada, porém, ao Ministerio do Exterior, dentro dos limites da verba propria, e nas bases estabelecidas pelo n. 7 do art. 99 da lei que fixou a despesa para o exercicio de 1922.

Art. 40. A partir de primeiro de fevereiro de 1924 ficam sem vencimentos e sob as penas legais todos os funcionarios do Corpo Diplomatico e do Corpo Consular que se acharem no Brasil fóra do disposto no art. 41 do decreto numero 14.057, de 11 de fevereiro de 1920 (licença especial de 10 e 20 annos de serviço publico), exceptuando-se os que se acharem servindo no Gabinete da Presidencia da Republica e no gabinete do Ministro do Exterior, dentro dos respectivos quadros regulamentares, os quaes terão os seus vencimentos integraes, descontados apenas da gratificação que couber aos seus substitutos.

Art. 41. A contar da data desta lei, ficam divididos em duas partes as verbas destinadas neste orçamento á representação dos embaixadores e dos ministros plenipotenciarios e residentes. Uma parte, compreendendo o terço do quantitativo fixado para cada um, será attribuido ao decoro pessoal da função que os mesmos desempenham e esse terço independerá de prestação de contas; a outra parte abrange os dous terços restantes e se considerará como despesa do proprio paiz deferida aos seus agentes diplomaticos para que o representem condignamente onde estiverem acreditados. Esta ultima parte poderá ser sacada por trimestres adiantados, mas de qualquer forma os embaixadores, assim como os ministros plenipotenciarios e residentes, ficam obrigados a prestar contas á Delegacia do Thesouro em Londres e á Secretaria de Estado do que houverem despendido no trimestre anterior com recepções, ou gentilezas de outra ordem. Os saldos verificados em cada trimestre dos dous terços referidos poderão ser levados ao trimestre seguinte, mas nenhuma das duas partes da verba annual respectiva poderá ser excedida, ficando prohibido conceder-se, por outras rubricas extraordinarias, qualquer recurso para a representação, salvo em cir-

cumstancias excepcionaes e por autorização expressa do Presidente da Republica.

Art. 42. Continúa em vigor o art. 27 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.

Art. 43. Até que o Governo reorganize o Serviço de Expansão Economica, será mantido, com uma dotação de 20:000\$, destacada da verba ouro respectiva, o Serviço de Propaganda da Herva-Matte, na Europa.

Art. 43. O Presidente da Republica é autorizado a despende, pelo Ministerio da Marinha, as quantias de 1.000:000\$,ouro,e89. 677:509\$393, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

Verbas	Total
1ª — Repartições de Marinha:	
Fixa-papel.....	3.682 :834\$540
Variavel-papel.....	2.454 :580\$000
2ª — Officiaes e sub-officiaes:	
Fixa-papel.....	18.344 :340\$000
Variavel-papel.....	1.112 :000\$000
3ª — Marinheiros, foguistas e taifas:	
Fixa-papel.....	9.468 :412\$680
Variavel-papel.....	17 :800\$000
4ª — Batalhão Naval:	
Fixa-papel.....	988 :523\$000
Variavel-papel.....	5 :500\$000
5ª — Arsenaes, Directoria do Armamento e Aviação:	
Fixa-papel.....	6.178 :866\$848
Variavel-papel.....	847 :120\$000
6ª — Ajudas de custo, Representações, Commissions de saques, etc.:	
Variavel-papel.....	650 :000\$000
7ª — Ensino Naval:	
Fixa-papel.....	1.761 :122\$000
Variavel-papel.....	150 :300\$000
8ª — Fardamento e instrumentos de musica:	
Variavel-papel.....	5.533 :200\$000
9ª — Addidos:	
Fixa-papel.....	175 :652\$160
10ª — Pesca e saneamento do littoral:	
Variavel-papel.....	530 :800\$000
11ª — Munição de bocca:	
Variavel-papel.....	11.123 :600\$000
12ª — Classes inactivas:	
Fixa-papel.....	4.797 :852\$165
Variavel-papel.....	100 :000\$000
13ª — Despesas extraordinarias:	
Variavel-papel.....	650 :000\$000
14ª — Munições de guerra:	
Variavel-papel.....	200 :000\$000
15ª — Sobresalentes e mobiliarios:	
Variavel-papel.....	4.900 :000\$000

Verbas	Total
16ª — Material de construção naval:	
Variavel-papel.....	2.500 :000\$000
17ª — Combustivel:	
Variavel-papel.....	7.000 :000\$000
18ª — Obras :	
Variavel-papel.....	1.000 :000\$000
19ª — Conservação e reparos da esquadra:	
Variavel-papel.....	4.500 :000\$000
20ª — Serviços accessorios:	
Variavel-papel.....	1.005 :000\$000
21ª — Despesas em ouro:	
Variavel-ouro.....	1.000 :000\$000

Art. 44. E' o Governo autorizado a despender até cem mil contos de réis, por meio de operações de credito, podendo ser parte em ouro, até a base de mil e quinhentos contos, ouro, para:

a) aquisição, quando julgar mais opportuno, das unidades navaes que considerar indispensaveis ao serviço da esquadra, inclusive um navio-escola, um para o serviço hydro-graphico e outro para o de pharões, além das unidades menores para os serviços dos portos;

b) continuação das obras no dique e officinas da ilha das Cobras e seu consequente equipamento industrial, bem assim as construcções para Escola Naval, no Corpo de Marinheiros Nacionais, no Batalhão Naval, Hospital de Marinha e nas obras novas do edificio para o Ministerio da Marinha;

c) despesas com a reorganização da Marinha, inclusive melhoramentos indispensaveis e pessoal contractado para as respectivas obras;

d) organização definitiva do serviço de aviação naval na ilha do Governador e outros pontos convenientes ao longo do littoral, a juizo da administração;

e) para aquisição, construção e reconstrucção de pharões e das suas dependencias e montagem de signaes para cerração.

Art. 45. E' o Governo autorizado:

I. A realizar contractos além do exercicio, por tempo não excedente de tres (3) annos, quando versarem sobre construcções, aquisição e reparos de material de guerra, combustiveis, força e luz, alugueis de casa e locação de serviços.

II. A rever, sem augmento de despesa, os regulamentos das diversas repartições e estabelecimentos do Ministerio da Marinha.

III. A realizar permuta ou venda, em hasta publica, no todo ou em parte, relativamente aos terrenos ou propriedades nacionaes da Aramação, ou outros que forem julgados desnecessarios aos serviços da Marinha de Guerra.

IV. A contractar technicos competentes para ministrar aos pescadores o ensino do preparo e conservação de peixes, principalmente aquelles que mais se prestem a substituir em nossos mercados o bacalhão.

V. A fazer entrega da importancia de 25:000\$ em apo-lices ao capitão de mar e guerra Alvaro Nunes de Carvalho,

como premio de seu trabalho dos inventos entregues e adoptados na Marinha de Guerra, de accordo com o parecer do Almirantado, n. 136, de 1923 e aviso n. 1.546, de 2 de abril de 1923.

VI. A mandar reverter, em favor de D. Adelaide Augusta de Paula Brandão e D. Esther Candida Silviano Brandão, desde a morte de seu irmão, o Vice-Almirante Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão, o meio soldo deixado por esse official reformado da Marinha de Guerra, o qual falleceu sem deixar herdeiros necessarios, e abrindo-se o credito necessario para execução desta lei.

VII. A mandar construir um ossuario commum para os quatorze maritimos brasileiros mortos no serviço dos Allados, podendo, para esse fim, abrir o credito necessario.

VIII. A effectuar o pagamento da differença de vencimentos que deixaram de receber no exercicio de 1923, por deficiência de verba, os professores da Escola Naval transferidos para o Quadro Extraordinario da Armada, em virtude dos arts. 17 da lei n. 4.626, de 3 de janeiro de 1923 e 44 da lei n. 4.632 desse mez e anno, com o saldo que fôr verificado na verba 2^a — Officiaes e sub-officiaes — do orçamento da Marinha para o anno de 1923.

IX. A empregar, na vigencia desta lei, as verbas votadas nas diversas tabellas para o pessoal subalterno do serviço de machinas (machinistas-auxiliares, mecanicos, serralheiros, caldeiros de cobre e ferro, auxiliares especialistas e foguistas), pelos effectivos que forem estabelecidos de accordo com as novas denominações a que se refere o decreto n. 16.213, de 28 de novembro de 1923, ou por aquellas que melhor attenderem ás necessidades do serviço, não podendo, porém, em qualquer caso, exceder o total consignado para o referido pessoal.

X. A desapropriar por utilidade publica uma área de terreno de 50^m x 20^m, necessaria á construcção de uma Escola Profissional da Pesca e sede social para a Colonia de Pescadores Z-8 de S. Christovão, nesta Capital, correndo a construcção do edificio por conta da referida Colonia, que se obrigará tambem a manter alli um mercado de venda directa dos productos das suas pescarias á população da cidade.

XI. A installar no extremo sul da praia de Copacabana, no porto da Igrejinha, na curva da costa junto ao forte, si a isto não se oppuzerem as conveniencias militares, um posto de Soccorro Naval, o qual servirá simultaneamente de abrigo ás embarcações e aos pescadores da Colonia "Aimbire" Z-14 desta Capital, dependendo até sessenta contos com a construcção desse posto.

XII. A transferir para os Serviços da Pesca do Ministerio da Marinha os empregados da extincta Inspectoria de Pesca do Ministerio da Agricultura com os mesmos vencimentos ou gratificações que percebem neste ultimo Ministerio.

XIII. A abrir os creditos que julgar necessarios ao cumprimento do disposto no art. 73, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, seja quanto ao exercicio de 1924, seja quanto ao de 1923, submettendo ao Congresso Nacional as tabellas que organizar, nos termos daquelle art. 73.

Art. 46. O montepio militar, deixado pelo official solteiro á mãe viuva, reverte, por morte desta, ás irmãs solteiras e viúvas, daquelle.

Art. 47. Fica revogado o decreto do Poder Executivo n. 4.812, de 22 de outubro de 1919, que annullou o decreto

do mesmo Poder n. 4.291, de 18 de setembro de 1919, vigorando este ultimo, para todos os effectos legais, da data desta lei.

Art. 48. As sub-consignações da verba «Pesca e Saneamento do Littoral» comprehendidas as subvenções ás escolas, serão entregues nos mezes de janeiro, abril, julho e outubro, por quotas trimestraes, á Inspectoria de Portos e Costas, do Ministerio da Marinha, que as dispenderá e applicará com as formalidades do Codigo de Contabilidade nos serviços a que se destinam, á vista de documentos que provem o seu justo emprego, e de mappas de frequencia enviados por intermedio das Capitánias de Portos e suas delegacias e agencias.

Art. 49. Dentro das verbas votadas, a Directoria da Pesca creará premios para as Colonias de Pescadores que apresentarem melhor qualidade de peixe em conserva de determinados typos.

O Governo dará preferencia ao pescado nacional para o fornecimento dos navios, estabelecimentos e Corpos da Marinha, Exército, Bombeiros, Policia e instituições por elle mantidas ou subvencionadas, só adquirindo pescado estrangeiro em falta daquelle, que deverá satisfazer ás exigencias de um typo previamente determinado pela Directoria da Pesca e Saneamento do Littoral.

Art. 50. Aos ex-officiaes de Marinha que, a pedido, obtiveram demissão do serviço da Armada no correr do anno de 1921, é permittido voltarem ao serviço activo nos postos que occupavam, como se delles não se tivessem afastado, sem prejuizo dos que passaram a occupar os seus logares, aos quaes ficarão homologos.

Art. 51. Os actuaes primeiros e segundos tenentes ajudantes machinistas da Armada passam a denominar-se primeiros e segundos tenentes machinistas.

Art. 52. Os cargos de dactylographos no Ministerio da Marinha serão exercidos por praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, habilitadas, na escola de dactylographia, do mesmo corpo, á medida que forem vagando os logares de dactylographos ora desempenhados por civis. As praças designadas para o desempenho de taes funcções terão vencimentos de especialistas, de accôrdo com o regulamento do corpo.

Art. 53. Fica revigorado o disposto no art. 116, da lei n. 4242, de 5 de janeiro de 1921.

Art. 54. Fica revigorado o decreto n. 4.655 A, de 18 de janeiro de 1923, para o fim de poder o Governo abrir o credito especial de 165:278\$996, necessario para pagamento de differença de soldo devido a officiaes reformados da Armada e em virtude do decreto n. 4.463, de 1922.

Art. 55. Ficam revigorados os saldos dos credits abertos pelos decretos n. 14.110, de 26 de março de 1920; n. 14.867, de 11 de junho de 1921, e n. 16.212, de 24 de novembro de 1923, e dos credits abertos em virtude da autorização constante do art. 30 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 56. Ficam approvados os decretos ns. 15.961, de 16 de fevereiro; 16.001, de 6 de abril; 16.022, de 25 de abril; 16.061 e 16.063, de 6 de junho; 16.099, de 13 de julho; 16.127, de 18 de agosto; 16.140 e 16.141, de 6 de setembro; 16.156 e 16.157, de 28 de setembro; 16.183 e 16.184, de 25 de outubro; 16.197, de 31 de outubro; 16.202, de 7 de no-

vembro; 16.213, de 28 de novembro; 16.237 e 16.238, de 5 de dezembro, e 16.253, de 12 de dezembro de 1923, expedidos em virtude de autorização legislativa.

Art. 57. E' o Poder Executivo autorizado a despende, pelo Ministerio da Guerra, as quantias de 200:000\$. ouro, e 171.953:796\$240, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

Verbas	Total
1ª — Administração Central:	
Fixa-papel.....	1.081.423\$875
Variavel-papel.....	315.452\$175
2ª — Directoria Geral de Intendencia da Guerra:	
Fixa-papel.....	1.594.849\$100
Variavel-papel.....	1.415.130\$583
3ª — Estado-Maior do Exercito:	
Fixa-papel.....	348.577\$125
Variavel-papel.....	955.483\$225
4ª — Justiça Militar:	
Fixa-papel.....	936.140\$000
Variavel-papel.....	203.260\$000
5ª — Instrução Militar:	
Fixa-papel.....	4.478.273\$000
Variavel-papel.....	2.819.349\$196
6ª — Arsenaes e fortalezas:	
Fixa-papel.....	2.216.518\$375
Variavel-papel.....	746.153\$455
7ª — Fabricas:	
Fixa-papel.....	1.460.334\$825
Variavel-papel.....	1.182.976\$025
8ª — Serviço de Saúde:	
Fixa-papel.....	1.868.720\$750
Variavel-papel.....	989.442\$000
9ª — Soldos e gratificações de officiaes:	
Fixa-papel.....	34.110.399\$880
Variavel-papel.....	1.400.000\$000
10ª — Soldos, etapas e gratificações de praças de pret:	
Fixa-papel.....	26.968.728\$000
Variavel-papel.....	33.871.649\$500
11ª — Classes inactivas:	
Fixa-papel.....	15.149.253\$551
Variavel-papel.....	2.500.000\$000
12ª — Ajudas de custo:	
Variavel-papel.....	400.000\$000
13ª — Empregados addidos:	
Variavel-papel.....	90.525\$600
14ª — Obras Militares:	
Variavel-papel.....	800.000\$000
15ª — Serviços geraes:	
Variavel-papel.....	33.851.256\$000

Verbas	Total
16ª — Despesas eventuaes:	
Variavel-papel	200:000\$000
17ª — Comissão em paiz estrangeiro:	
Variavel-ouro	200:000\$000

Art. 158. E' o Presidente da Republica autorizado:

I. A abrir o credito necessario para pagar os vencimentos do 3º escrivão da 6ª Circumscripção Judiciaria Militar, em exercicio desde 2 de setembro de 1922, correspondente ao anno de 1923, e que por engano não figurou na tabella orçamentaria.

II. A relevar a prescripção em que incorreram as praças reformadas do Exercito, 1º sargento Jeronymo Fernandes de Carvalho, musico de 2ª classe Francisco Rodrigues de Carvalho e o cabo de esquadra Manoel Pedro do Nascimento, para reclamarem o premio de um conto de réis (1:000\$000) a que têm direito *ex-vi* da lei n. 2.556, de 26 de setembro de 1874, abrindo para isso o necessario credito na importancia total de 3:000\$000.

III. A reorganizar o quadro medico do Corpo de Saude do Exercito, sem augmento de despesa, podendo supprimir os cargos de segundos tenentes medicos e elevar até dous o numero de officiaes generaes.

IV. A adquirir a casa pertencente á Archidiocese do Maranhão, situada á praça Gonçalves Dias, em S. Luiz, para nella ser installada a Enfermaria Militar da guarnição federal daquelle Estado, fazendo para esse fim operações de credito até a quantia de 100:000\$, inclusive despesas de adaptação.

V. A proseguir na construcção das estradas de rodagem de Miranda a Bella Vista, Aquidauana a Bella Vista e Campo Grande a Ponta Porã, no Estado de Matto Grosso, podendo, para isso, despendar até 500 contos de réis.

VI. A abrir os creditos que julgar necessarios ao cumprimento do disposto no art. 73 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, seja quanto ao exercicio de 1924, seja quanto ao de 1923, submettendo ao Congresso Nacional as tabellas que organizar, nos termos daquelle art. 73.

VII. A abrir os creditos que forem necessarios para dar execução ao disposto no art. 29 do Regulamento da Escola do Estado Maior do Exercito.

VIII. A despendar em alimentação e dieta dos doentes recolhidos aos diversos hospitaes e enfermarias do Exercito até 3\$ (tres mil réis) por dia e por doente, podendo, para isso, abrir os necessarios creditos.

Paragrapho unico. Da data desta lei em deante, e em obediencia ás disposições do Codigo de Contabilidade, deverão ser recolhidas ao Thesouro Nacional: a) a importancia das rendas recebidas pelos hospitaes e enfermarias do Exercito provenientes de descontos feitos, na fórmula das leis e regulamentos em vigor, nas folhas de soldos, etapas e gratificações dos officiaes e praças que baixarem a ditos hospitaes e enfermarias; b) as importancias que provierem de quaesquer outros recebimentos feitos, em consequencia de tratamento de doentes recolhidos aos mesmos hospitaes e enfermarias.

IX. A despendar até 200:000\$ (duzentos contos de réis) no aparelhamento e construcção das officinas de explosivos,

a montar na Fabrica de Polvora sem Fumaça do Piquete, podendo, para isso, abrir os necessarios creditos.

X. A despende nos serviços da Carta Geral da Republica e Geographico Militar, além das dotações consignadas nesta lei, até 400:000\$ (quatrocentos contos de réis) mais, afim de dar a ditos serviços o desenvolvimento que exigem, podendo, para isso, abrir os creditos necessarios.

XI. A despende até 3.000:000\$ (tres mil contos de réis), podendo, para isso, abrir os necessarios creditos, na compra de material para a Escola de Aviação Militar (aviões e peças de substituição) e na aquisição, preparo e construcção dos campos de pouso da linha de navegação aerea do Rio a Porto Alegre, cuja construcção foi determinada por lei; sendo destinada a metade daquella importancia para cada um dos dous serviços de que trata este dispositivo.

XII. A auxiliar com a quantia de 2:000\$, abrindo, para isso, o credito respectivo, a publicação dos *Annaes* do Hospital Central do Exercito.

XIII. A mandar matricular na Escola Militar do Realengo, os ex-alumnos que tenham sido desligados, ou excluidos da mesma escola, em 1922, devendo-lhes ser extensivas todas as concessões feitas aos actuaes alumnos, e, bem assim, canceladas, para todos os effeitos, as notas de desligamento ou exclusão que acaso tenham.

XIV. A despende a quantia necessaria até 200:000\$ para a installação dos serviços de agua, luz electrica, esgoto e mais trabalhos accessorios no quartel reconstruido na capital da Parahyba e destinado á força federal.

Art. 159. Os candidatos classificados nos concursos para medicos e pharmaceuticos do Exercito, que tenham sido reservistas de 1ª e 2ª categorias o actualmente sejam officiaes de 2ª classe da reserva de 1ª linha, do Corpo de Saude do Exercito, com mais de seis mezes de serviços gratuitos ao mesmo Exercito, terão preferencia a qualquer candidato nas nomeações para as vagas que se derem no decurso do anno.

Art. 160. Os alumnos dos collegios militares que desejarem continuar seus estudos na Escola Militar serão transferidos para esta, desde que tenham todos os exames que, para a matricula, são exigidos alli dos candidatos reservistas e alumnos do curso annexo á mesma escola.

Art. 161. Ficam relevados da carga que lhes foi mandada fazer de importancia relativa á gratificação de que trata o art. 150 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, os actuaes serventes da Escola de Veterinaria do Exercito.

Paragrapho unico. Aos ditos serventes fica assegurada a referida gratificação.

Art. 162. Aos alumnos que concluirem o curso das Escolas Militares, de Intendencia e de Veterinaria, como praças de 1ª e 2ª e que forem declarados aspirantes a officiaes, será concedido o abono de 1:500\$, para os seus uniformes militares, que lhes será descontado, como é de lei.

Art. 163. São extensivas aos officiaes do Exercito e Armada, reformados compulsoriamente de 1 de janeiro até 31 de maio de 1922, as vantagens constantes da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.

Art. 164. Fica incorporado á legislação permanente o art. 57 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, revigorado pelo art. 54 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 165. Ficam extensivas aos officiaes asylados antes de 1921 as disposições das leis ns. 4.555, de 10 de agosto de 1922, e 4.632, de 6 de janeiro de 1923, que mandam dar tres etapas, sem distincção de posto, aos officiaes que forem asylados e nos mesmos termos das leis citadas.

Art. 166. Fica revigorado o art. 54 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, na parte em que declarava em vigor o art. 61 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.

Art. 167. Fica revogado o art. 373 do decreto n. 15.635, de 26 de agosto de 1922.

Art. 168. Fica revigorado o dispositivo contido no artigo 38 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, substituidas as expressões «fevereiro de 1921» por «março de 1924», e accrescente-se no final o seguinte: «bem assim os alumnos que forem reprovados em quaesquer disciplinas do referido segundo periodo».

Art. 169. Os officiaes reformados do Exercito, Armada, Policia Militar do Districto Federal e Corpo de Bombeiros terão preferencia para as commissões de delegados de alistamento militar e sorteio.

Art. 170. Em obediencia ás disposições do Codigo de Contabilidade fica prohibida, em todas as repartições do Exercito, a applicação das rendas por ellas auferidas, em consequencia de serviços prestados ou de vendas realizadas, devendo ser ditas rendas recolhidas ao Thesouro Nacional.

§ 1.º O Governo poderá abrir creditos para attender ás necessidades dos serviços que até agora corriam por conta daquellas rendas, até a importancia que corresponda, no maximo, á metade da renda da mesma proveniencia arrecadada no ultimo exercicio.

§ 2.º O Governo corrigirá as tabellas da proposta do orçamento para o exercicio de 1925, no sentido de evitar a necessidade de reproduzir dispositivo analogo ao de que trata o presente artigo.

Art. 171. Da data desta lei em deante, os Arsenaes de Guerra do Exercito não mais poderão fazer obras ou reparar peças e objectos de uso privado, quaesquer que ellas sejam.

Art. 172. Fica limitado a oito o numero de internos do Hospital Central do Exercito, exclusivamente alumnos do 5º e 6º annos medicos, de accôrdo com o Regulamento do Serviço de Saude em tempo de paz.

Art. 173. Continuam em vigor:

a) o n. 4, primeira parte, do art. 49 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922;

b) o art. 46, n. XXIII, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923;

c) o art. 66 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, extensivo aos alumnos de 1923;

d) o art. 43 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, cuja disposição fica assegurada, desde a data da execução da disposição identica do decreto legislativo n. 3.589, de 4 de dezembro de 1918, de que trata o mesmo art. 43;

e) o n. XVII do art. 46 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923;

f) o n. I do art. 46 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923;

g) os arts. 47, 48 e 49 da mesma lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923;

h) o art. 51 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922;

i) o art. 46, n. XXI, e art. 54 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923;

j) a verba 28ª «Despesas Eventuaes», do art. 126 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, na parte relativa ao serviço de que trata o art. 2º da lei n. 4.152, de 13 de outubro de 1920, abrindo, se preciso, o necessario credito.

Art. 174. O Presidente da Republica é autorizado a despende, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, no exercicio de 1924, as quantias de 370.225:668\$, ouro, e 46.053:460\$322, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

Verbas	Total
1ª — Secretaria de Estado:	
Fixa-papel.....	750 :300\$000
Variavel-papel.....	276 :148\$000
2ª — Pessoal contractado:	
Variavel-papel.....	250 :000\$000
3ª — Serviço de povoamento:	
Fixa-papel.....	1.428 :666\$000
Variavel-papel.....	6.108 :640\$000
4ª — Jardim Botanico:	
Variavel-ouro.....	1 :778\$000
Fixa-papel.....	126 :480\$000
Variavel-papel.....	388 :940\$000
5ª — Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas:	
Fixa-papel.....	1.318 :160\$000
Variavel-papel.....	3.048 :340\$000
6ª — Escolas de Aprendizizes Artifices:	
Fixa-papel.....	844 :000\$000
Variavel-papel.....	1.978 :400\$000
7ª — Serviço Geologico e Mineralogico:	
Fixa-papel.....	270 :360\$000
Variavel-papel.....	2.267 :040\$000
8ª — Junta Commercial:	
Fixa-papel.....	64 :160\$000
Variavel-papel.....	32 :640\$000
9ª — Directoria Geral de Estatistica:	
Fixa-papel.....	520 :560\$000
Variavel-papel.....	142 :530\$000
10ª — Observatorio Nacional:	
Fixa-papel.....	209 :616\$000
Variavel-papel.....	187 :000\$000
11ª — Museu Nacional:	
Fixa-papel.....	314 :340\$000
Variavel-papel.....	592 :864\$000
12ª — Escola de Minas:	
Fixa-papel.....	442 :100\$000
Variavel-papel.....	248 :100\$000

Verbas	Total
13ª — Serviço de Informações:	
Fixa-papel.....	67 :920\$000
Variavel-papel.....	246 :840\$000
14ª — Serviço de Industria Pastoral:	
Variavel-ouro.....	150 :000\$000
Fixa-papel.....	3.063 :256\$000
Variavel-papel.....	5.355 :690\$322
15ª — Serviço de Protecção aos Indios:	
Fixa-papel.....	91 :800\$000
Variavel-papel.....	968 :750\$000
16ª — Ensino Agronomico:	
Fixa-papel.....	1.048 :008\$000
Variavel-papel.....	3.658 :780\$000
17ª — Estação Sericicola de Barbacena:	
Fixa-papel.....	19 :200\$000
Variavel-papel.....	126 :600\$000
18ª — Directoria de Meteorologia:	
Fixa-papel.....	864 :382\$000
Variavel-papel.....	521 :280\$000
19ª — Empregados addidos:	
Fixa-papel.....	528 :360\$000
Variavel-papel.....	14 :100\$000
20ª — Instituto de Chimica:	
Fixa-papel.....	102 :480\$000
Variavel-papel.....	377 :300\$000
21ª — Junta de Correctores:	
Fixa-papel.....	17 :760\$000
Variavel-papel.....	12 :200\$000
22ª — Subvenções e auxilios:	
Variavel-ouro.....	218 :447\$668
Variavel-papel.....	3.185 :630\$000
23ª — Obras:	
Variavel-papel.....	300 :000\$000
24ª — Escola Normal de Artes e Officios Wenceslau Braz:	
Fixa-papel.....	314 :720\$000
Variavel-papel.....	398 :690\$000
25ª — Serviço do Algodão:	
Fixa-papel.....	178 :800\$000
Variavel-papel.....	1.549 :200\$000
26ª — Directoria Geral da Propriedade Industrial:	
Fixa-papel.....	157 :800\$000
Variavel-papel.....	25 :000\$000
27ª — Instituto Biologico de Defesa Agricola:	
Fixa-papel.....	187 :800\$000
Variavel-papel.....	193 :140\$000
28ª — Serviço de Expurgo e Beneficiamento de Cereaes:	
Fixa-papel.....	48 :000\$000
Variavel-papel.....	95 :000\$000

Verbas	Total
29ª — Eventuaes:	
Variavel-papel.....	290 :000\$000
30ª — Superintendencia do Abastecimento:	
Variavel-papel.....	235 :600\$000

Art. 175. E' o Governo autorizado:

I. A despende até a importancia de 10.000 contos de réis para occorrer ás despesas de transportes de familias de immigrantes agricultores europeus, de qualquer paiz da Europa a qualquer porto brasileiro, onde estiverem organizados os serviços de recebimento, desembarque, hospedagem e sustento de immigrantes, concorrendo os Estados que os recebem, desde que os mesmos se destinem á lavoura particular, com a metade das respectivas despesas, pagas pelo Ministerio da Agricultura, de accôrdo com os respectivos Governos estaduais, e podendo para esse fim fazer as necessarias operações de credito.

II. A incrementar as pesquisas de petroleo, feitas pelo Serviço Geologico, e adquirir o material necessario para esse fim, podendo despende, com esses trabalhos, além do credito estabelecido na verba 7ª, relativa a taes serviços, até a importancia de dous mil contos de réis (2.000:000\$), para cuja despesa fará as necessarias operações de credito.

III. A conceder, pelo prazo de cinco annos, ás tres primeiras emprezas idoneas organizadas no paiz, com capital não inferior a mil e quinhentos contos de réis para cada uma, e que se obriguem: a) a incrementar a sericicultura, propagando os methodos aperfeiçoados e adequados ao seu desenvolvimento; b) a estudar os factores da producção sericigene e as epizootias que ataquem a producção, mantendo estabelecimentos e installações apropriadas e modernas para a reproducção, selecção e preparo e distribuição de um minimo de dez mil onças de sementes por anno; c) a preparar, cultivar e distribuir mudas das especies de amoreiras mais vantajosas á criação; d) a ministrar a instrucção pratica gratuita da criação do bicho de seda, mantendo, em zonas preferiveis, escolas praticas ou criações modelos, em um minimo de seis; e) a garantir a compra de todos os casulos produziços com as sementes que distribuir, mantendo um ou mais estabelecimentos de fição e torsão de fio, com capacidade sufficiente para utilizal-os, os seguintes favores, podendo o Governo, para isto fazer as necessarias operações de credito até á importancia de 200:000\$000:

1º, isenção de direitos de importação e mais taxas alfandegarias para todas as machinas, machinismos, appparelhos, laboratorios e accessorios e sobresalentes para os mesmos, destinados ás installações da empreza;

2º, um auxilio de dez mil réis (10\$), por onça de sementes seleccionadas que ceder aos criadores até o maximo de dez mil annuaes, importancia que será applicada em beneficio do criador, com a redução correspondente ao custo das sementes, que serão cedidas ao preço maximo de quinze mil réis (15\$) a onça;

3º, auxilio de cem mil réis (100\$), por milheiro de mudas de amoreiras que distribuir aos criadores e effectivamente plantadas, até o maximo de duzentas mil mudas por anno, importancia que será applicada em beneficio do criador, com a redução correspondente ao custo das mudas, que serão cedidas a cincoenta réis (\$050), cada uma;

4º, premio de tres mil réis (3\$) por kilo de fio de seda produzida com casulos nacionaes, até o maximo de vinte e cinco mil kilos por anno.

IV. A auxiliar com 500:000\$ a construcção da estrada de rodagem Rio-Petropolis, que está fazendo o Automovel Club do Brasil, e podendo abrir os necessarios creditos.

V. A fazer as necessarias operações de credito até a importancia de 1.000:000\$ para occorrer ás despesas, além da importancia consignada na verba do Serviço do Algodão, resultantes dos accórdos celebrados com os Estados para o serviço do algodão, nos respectivos territorios, nos termos do art. 2º do regulamento approved pelo decreto n. 16.122, de 11 de agosto de 1923.

§ 1.º A discriminação das quotas do «Pessoal» e «Material», quando as despesas estiverem a cargo da União, será feita por occasião da abertura destes creditos supplementares e da distribuição dos correspondentes creditos organentarios.

§ 2.º As quotas com que os Estados concorrem para essas despesas serão consideradas como «depósitos», nos mesmos termos das quotas para o Serviço de Prophylaxia Rural, no Ministerio do Interior, conforme o art. 9º desta lei.

VI. A fazer as necessarias operações de credito, até a importancia de 4.000:000\$, para attender aos pagamentos que, por falta de recursos organentarios, deixaram de ser feitos aos plantadores de eucalyptus e outras essencias, e ás municipalidades, empresas ou particulares que construíram estradas de rodagem até 31 de dezembro de 1921, desde que uns e outros tenham preenchido as condições legaes de que dependiam as concessões de premios ou auxilios concernentes a faes culturas ou construcções.

VII. A abrir os creditos que forem precisos ou a fazer as operações de credito que forem necessarias, até as importancias mencionadas nos numeros I, II, III, IV, V e VI deste artigo.

VIII. A abrir os necessarios creditos ou a fazer as necessarias operações de credito até a importancia de 174:000\$, para liquidar com o Estado do Maranhão as subvenções relativas aos annos de 1920 e 1922, destinadas ao serviço do algodão, segundo a parte final do art. 50 da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, e a letra *v* do art. 47, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, combinado com a letra *f* do art. 106, da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.

IX. A conceder os favores dos decretos ns. 12.943 e 12.944, de 30 de março de 1918, e do decreto n. 15.211, de 21 de dezembro de 1921, ás empresas que se organizarem para explorar a industria do cimento, desde que celebrem contractos com o Governo Federal, devendo este expedir o necessario regulamento.

X—A baixar novas instrucções para a Commissão Central dos Criadores do Cavallo Puro Sangue, modificando as que foram approvedas pela portaria de 8 de março de 1918, fazendo as seguintes modificações, entre outras, que a experiencia haja aconselhado: «Supprimidas as duas provas «Emulação» e elevado a dez o numero de provas «Criação Nacional»; reduzido a 20:000\$ o grande premio «Taca dos Productos» e elevado a 20:000\$ o grande premio «Presidente da Republica», que será destinado a animaes de tres annos e mais, ficando, assim, modificados os premios instituidos pela lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

Nos Estados em que não houver criação do cavallo puro sangue, será permittido á sociedade hippica que se organizar

admittir, nos primeiros cinco annos, á disputa dos premios officiaes, os animaes nacionaes de puro sangue, filhos de outros Estados, que tenham, pelo menos, um anno de permanencia alli, na época da inscripção.

XI — A abrir o credito necessario para a creação de um patronato agricola na cidade de Joazeiro, Estado do Ceará, desde que a respectiva Camara Municipal faça, para esse fim, doação de terreno e casa;

XII — A entrar em accôrdo com o Governo do Estado da Bahia para avocar a Escola Agricola de S. Bento das Lages, afim de fundar ahi um estabelecimento de ensino agronomo superior ou de transferir para ahi outro estabelecimento existente no Estado, podendo, para esse fim, abrir os necessarios creditos ou fazer as operações de credito necessarias, até a importancia de 100:000\$000;

XIII — A crear um patronato agricola no municipio de Barreiras, no Estado da Bahia, e um no municipio de Macahyba, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do regulamento approvado pelo decreto n. 13.706, de 25 de julho de 1919, subordinados ao Serviço de Povoamento, despendendo com ambos até a importancia de tresentos contos de réis, sendo 120 contos com pessoal administrativo, tecnico e operario, e 180 contos com material;

XIV — A organizar, mediante accôrdo com os governos dos Estados, o serviço geral de Estatistica em todo o territorio da Republica;

XV — A crear o registro das casas commerciaes que negociam em sementes, e a expedir o respectivo regulamento;

XVI — A promover um accôrdo entre o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio e o Ministerio da Guerra, para o fim de, reunidos os cursos de veterinaria da Escola Superior de Agricultura e o da Escola de Veterinaria do Exercito, constituir-se uma Escola Superior de Veterinaria, subordinada ao Ministerio da Agricultura, podendo aproveitar no curso de veterinaria militar ou no curso geral, conforme suas especializações e nos termos do decreto n. 716, de 13 de novembro de 1900, os professores militares da Escola de Veterinaria do Exercito, para ella designados em agosto de 1920, servindo os lentes civis nas suas actuaes cadeiras que forem conservadas, respeitados os seus direitos adquiridos;

§ 1.º A Escola Superior de Veterinaria, que deverá funcionar nas installações da actual Escola de Veterinaria do Exercito, manterá o curso de enfermeiros do Exercito e o de ferrador, bem como a gratuidade e mais regalias espeziaes da legislação militar em vigor ás praças de pret que nelle se matriculem regularmente.

§ 2.º Serão regulamentadas a Escola Superior de Agricultura e a Escola Superior de Veterinaria, e feitas, no regulamento da organização do ensino militar, as alterações necessarias á execução destas disposições, feitas igualmente as transferencias de verbas e de material consequente á presente transformação, sem augmento do numero de cadeiras ora existentes e sem augmento de despeza, com o pessoal, tudo de molde a que o novo anno lectivo se inicie sob o regimen estatuido na presente lei.

§ 3.º Serão aproveitados no ensino de cadeiras similares nas mesmas condições de seus actuaes contractos os veterina-

rios da Missão Franceza actualmente destacados na Escola de Veterinaria do Exercito;

XVII — A se entender com os governos dos Estados, afim de estabelecer um plano systematico e efficaz para desenvolver o fabrico e o consumo do pão mixto e do alcool destinado a fins industriaes.

Paragrapho unico. Para esse fim poderá o Poder Executivo celebrar os necessarios accôrdos e realizar as operações de credito que se fizerem precisas;

XVIII — A entrar em accôrdo com o Estado de Minas Geraes a respeito dos terrenos e das construcções da Escola Superior de Agricultura pertencente ao mesmo Estado, podendo realizar para esse fim as necessarias operações de credito ou a abrir os credits que forem precisos;

XIX — A firmar um accôrdo com o Estado do Rio de Janeiro sobre a cessão, ao Ministerio da Agricultura, de terrenos e dependencias do Horto Botanico do referido Estado, em Nitheroy;

XX — Facilitar a colonização no territorio da Republica, concedendo ás companhias ou sociedades legalmente constituídas, que tenham contractos com os governos dos Estados para introdução e localização de immigrants ou trabalhadores nacionaes e estrangeiros e que tenham concessões de terras devolutas, em Estados que ainda não administrem nucleos coloniaes, os favores e auxilios que pelo regulamento, do Serviço de Povoamento n. 9.081, de 3 de novembro de 1911, gosam os Estados que fundarem nucleos coloniaes sob a sua administração directa ou de accôrdo com a União, fazendo para isso as necessarias operações de credito, ou abrindo os credits que forem precisos;

XXI — A fazer as necessarias operações de credito na importancia de 196:260\$, para occorrer ao pagamento relativo ao exercicio de 1923, da gratificação mandada incorporar, pelo § 1º do art. 150 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, á remuneração dos serventuários publicos que percebem mensalmente menos de 180\$000;

XXII — A entrar em accôrdo com o Governo do Estado do Pará para o fim de avocar o Instituto Lauro Sodré para adaptar ao ensino technico profissional federal, podendo para esse fim abrir os precisos credits ou fazer as operações de credito até a importancia de 100:000\$000.

Art. 176. As publicações e impressões das dependencias do Ministerio da Agricultura que não puderem ser feitas com a necessaria presteza na Imprensa Nacional ou nas officinas typographicas das Escolas de Aprendizizes Artifices, sel-o-hão em typographias particulares, mediante autorização prévia do ministro, precedendo concorrência publica sempre que a despesa exceder de 3:000\$000.

As quantias consignadas nas differentes verbas orçamentarias para taes publicações e impressões, com a clausula de serem escripturadas como renda da Imprensa Nacional, só terão essa applicação quando os trabalhos respectivos forem effectivamente executados por aquelle estabelecimento.

No caso contrario, serão escripturadas como renda das Escolas de Aprendizizes Artifices ou applicadas nos pagamentos que forem devidos a typographias particulares, conforme os trabalhos tenham sido executados em officinas das mesmas escolas ou dessas ultimas typographias.

Na hypothese de ser confiada a uma Escola de Aprendizizes Artifices a execução de qualquer trabalho dessa natureza, a importancia destinada ao seu pagamento será entregue por antecipaçaõ ao director da escola, para ser applicada no custeio do trabalho (material e mão de obra); prestadas as contas logo após a conclusãõ do mesmo trabalho, independentemente do prazo estipulado no art. 293 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922.

Art. 177. Continúa em vigor o n. XIV do art. 28 da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, podendo o Governo, para cumpril-o, abrir os necessarios creditos.

Art. 178. Continuum em vigor as letras *a, b, c, f, r e s* do art. 47 e os arts. 51, 54, 63, 68 e 71 a 78, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, bem assim, o art. 55, com a suppressãõ das palavras «nos terrenos vagos do cães do Porto», podendo o Governo abrir os creditos precisos ou fazer as necessarias operações de credito.

Art. 179. Continúa em vigor o disposto no art. 67 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, accrescentando-se, depois de «Serviço do Algodão», o seguinte: «Campos de Sementes» e, substituindo-se o final: «ao da Fazenda», pelo seguinte: «e mediante prévia autorizaçaõ, para todo o exercicio, dada pelo Ministro da Fazenda».

Art. 180. Continuum em vigor as disposições dos ns. 3, 10, 11, 12, 15, 19 e 20 do art. 99, da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, bem assim os seus arts. 102, 109, 111, 113 e 118, ficando o Governo autorizado a fazer as necessarias operações de credito para occorrer ás respectivas despesas.

Art. 181. Continúa em vigor o disposto nos ns. 2, 6, 7 e 11 do art. 80 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, podendo para isso abrir os creditos precisos ou fazer as necessarias operações de credito.

Art. 182. Continuum em vigor os ns. 4 e 23 do art. 80 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 183. Continúa em vigor o disposto nos ns. 16, 17, 18, 20, 21 e 24 do art. 80 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, bem assim o seu art. 86, ficando o Governo autorizado a abrir os creditos precisos ou a fazer as necessarias operações de credito nas importancias de 1.000:000\$ para o n. 16; 30:000\$, para cada um dos ns. 17, 18 e 24; 800:000\$ para o n. 20; 20:000\$ para o n. 21, e 2.000:000\$ para o art. 86, não podendo o Governo crear novos servicos, mas, apenas, apparellhar convenientemente os actualmente existentes.

Art. 184. Continuum em vigor, em 1924, os saldos dos creditos das seguintes verbas do art. 79 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923: da sub-consignaçaõ 3ª do «Material» da verba 6ª, as importancias de 126:000\$, 40:000\$, 93:000\$ e 200:000\$, para o fim de attender ao pagamento das obras de installaçãõ das Escolas de Aprendizizes Artifices de Natal, Parahyba do Norte, Bahia e Bello Horizonte, respectivamente, quantias essas em quanto foram orçadas as difas obras; da 10ª, sub-consignaçaõ do «Material» da verba 12ª, na importancia de 38:000\$; da sub-consignaçaõ 6ª do «Material» da verba 14ª, a quota de 150:000\$. para a installaçãõ e construçãõ do Posto Experimental de Veterinaria em Bagé; da sub-consignaçaõ 6ª do «Material» na verba 17ª, a importancia ne-

cessaria á construcção de uma sirgaria; da 3ª sub-consignação do «Material» da verba 24ª — Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslau Braz.

Art. 185. Continúa em vigor a quota de 90:000\$ do título III, «Desenvolvimento da industria pastoril, etc.», verba 14ª, «Serviço de Industria Pastoril», art. 79 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, para uma fazenda modelo de criação em Campo Grande, Matto Grosso.

Art. 186. Fica revigorado o saldo de 50:000\$ da consignação V da verba 22ª do Orçamento do Ministerio da Agricultura para o exercicio de 1922, para o fim de ser por elle paga a subvenção de igual importancia devida ao curso de mecanica practica do Lyceu Coelho e Campos, de Sergipe, cujo pagamento deixou de ser registrado na occasião opportuna pelo Tribunal de Contas por ter sido a despeza classificada, por engano, na consignação VI.

Art. 187. Ficam revigorados os saldos dos creditos abertos nos exercicios de 1920, 1921 e 1922, em virtude do decreto legislativo n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920, que autorizou o Governo a proceder ao recenseamento geral da Republica, devendo ser os mesmos saldos applicados no pagamento das despesas com o pessoal e material necessarios á apuração e publicação dos resultados do inquerito levado a effeito em 1 de setembro de 1920. Por conta dos mesmos saldos poderão, tambem, ser pagos os compromissos do recenseamento, relativos aos mencionados exercicios, independente de processo de exercicios findos.

Art. 188. Das subvenções e auxilios destinados ás escolas de ensino technico-profissional, agronomico, veterinario, commercial e demais estabelecimentos de ensino, subvencionados pelo Ministerio da Agricultura, estipulados pelo n. IV (auxilios diversos) da verba 22ª, com excepção das decorrentes de lei especial, será deduzida a quota de 10 % para auxiliar as despesas com a inspecção e fiscalização dos mesmos estabelecimentos, de accordo com as instrucções expedidas pelo ministro.

Art. 189. A Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslau Braz e as Escolas de Aprendizizes Artifices poderão admittir operarios para o preparo de encomendas, percebendo estes o salario que fôr convencionado, a ser pago por conta dos 70 % da renda, applicaveis por parte de cada escola na compra de materia prima para as suas officinas, não sendo concedidas outras vantagens aos alludidos operarios tarefeiros. Os preços dos artefactos serão fixados de modo a não perturbar o necessario desenvolvimento licito da industria particular.

Art. 190. A disposição contida na parte final do art. 176 desta lei será extensiva a todos os trabalhos feitos nas diversas officinas das Escolas de Aprendizizes Artifices e da Escola Wenceslau Braz, em proveito de repartições federaes, por conta das respectivas verbas orçamentarias ou creditos extraordinarios.

Art. 191. Fica extinto o Posto Experimental de Veterinaria de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, devendo o Governo aproveitar todo o seu material no Posto Experimental de Veterinaria de Bagé ou em outras dependencias do Serviço de Industria Pastoril e aproveitando igualmente,

neste ultimo posto, o pessoal effectivo cujos logares são supprimidos e que, a seu juizo, mereça ser conservado.

Art. 192. Fica annexada ao Serviço de Informações a officina actualmente a cargo da Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Technico, installada no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, não só para a impressão do Boletim e mais trabalhos do mesmo Serviço, como dos de outras repartições do Ministerio, a juizo do ministro.

Paragrapho unico. As despesas necessarias ao funcionamento da officina serão custeadas pelos creditos do Serviço destinados á impressão, e pelo pagamento das encomendas feitas pelas repartições, sendo todos os seus trabalhos executados por operarios ou tarefeiros, de accôrdo com as normas estabelecidas nas officinas congeneres das Escolas de Aprendiziz Artifices pelo art. 176 desta lei.

Art. 193. Ficam comprehendidas nas disposições do artigo 23, com referencia ao art. 14 da lei n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907, as associações de fructicultores que, sob a forma de cooperativas sem capital e sem lucros, se hajam constituido ou venham a organizar-se para o beneficiamento, embalagem, transporte e collocações dos seus productos.

Art. 194. Os estabelecimentos e instituições contempladas com auxilios na verba 22 desta lei e que não requereram até agora o pagamento de auxilio porventura consignado em exercicio anterior, perderão o direito a todos esses auxilios si não requererem os pagamentos dos mesmos e satisfizerem as exigencias legais para os obter, dentro do primeiro semestre de 1924.

Art. 195. Fica approvedo o regulamento expedido pelo decreto n. 16.009, de 11 de abril de 1923, que creou o Conselho Superior do Commercio e Industria.

Art. 196. E' o Presidente da Republica autorizado a despender pelo Ministerio da Vação e Obras Publicas, com os serviços designados nas seguintes verbas, as quantias de 11.708:141\$268, ouro, e de..... 284.008:064\$806, papel:

Verbas	Total
1ª — Secretaria de Estado:	
Fixa-papel.....	643 :868\$000
Variavel-papel.....	369 :128\$000
2ª — Correios:	
Variavel-ouro.....	280 :000\$000
Fixa-papel.....	22.474 :150\$000
Variavel-papel.....	16.720 :560\$000
3ª — Telegraphos:	
Variavel-ouro.....	320 :000\$000
Fixa-papel.....	12.927 :940\$000
Variavel-papel.....	20.575 :146\$000
4ª — Subvenções:	
Fixa-ouro.....	152 :222\$222
Fixa-papel.....	7.725 :000\$000
5ª — Garantia de juros:	
Variavel-ouro.....	6.861 :804\$046
Variavel-papel.....	173 :109\$356

Verbas	Total
6ª — Estrada de Ferro Central do Brasil:	
Fixa-papel.....	17.203.720\$000
Variavel-papel.....	96.815.508\$800
7ª — Estrada de Ferro Oeste de Minas:	
Fixa-papel.....	1.703.388\$000
Variavel-papel.....	12.398.638\$000
8ª — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil:	
Fixa-papel.....	1.857.084\$000
Variavel-papel.....	16.672.000\$000
9ª — Rede de Viação Cearense:	
Fixa-papel.....	1.635.492\$000
Variavel-papel.....	6.357.440\$000
10ª — Estrada de Ferro S. Luiz a Therezina:	
Fixa-papel.....	466.152\$000
Variavel-papel.....	3.822.000\$000
11ª — Estrada de Ferro Central de Piauhv:	
Fixa-papel.....	113.400\$000
Variavel-papel.....	554.000\$000
12ª — Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte:	
Fixa-papel.....	256.320\$000
Variavel-papel.....	743.680\$000
13ª — Estrada de Ferro Petrolina a Therezina:	
Variavel-papel.....	402.000\$000
14ª — Estrada de Ferro Therezopolis:	
Fixa-papel.....	527.960\$000
Variavel-papel.....	1.457.040\$000
15ª — Estrada de Ferro de Goyaz:	
Fixa-papel.....	235.240\$000
Variavel-papel.....	2.084.760\$000
16ª — Estrada de Ferro Norte do Brasil:	
Variavel-papel.....	500.000\$000
17ª — Inspectoria Federal das Estradas:	
Fixa-papel.....	2.013.240\$000
Variavel-papel.....	426.000\$000
18ª — Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes:	
Fixa-papel.....	1.768.800\$000
Variavel-papel.....	6.087.200\$000
19ª — Inspectoria Federal de Navegação:	
Fixa-ouro.....	2.400\$000
Fixa-papel.....	297.360\$000
Variavel-papel.....	131.551\$000
20ª — Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas:	
Fixa-papel.....	586.800\$000
Variavel-papel.....	362.000\$000
21ª — Repartição de Aguas e Obras Publicas:	
Fixa-papel.....	864.000\$000
Variavel-papel.....	6.860.925\$650

Verbas	Total
22ª — Inspectoria Geral de Illuminação:	
Fixa-ouro.....	2.250:395\$000
Variavel-ouro.....	50:000\$000
Fixa-papel.....	2.443:907\$000
Variavel-papel.....	135:200\$000
23ª — Eventuaes:	
Variavel-papel.....	100:000\$000
24ª — Empregados addidos:	
Fixa-papel.....	847:565\$000
25ª — Obras contra as seccas:	
Variavel-ouro.....	1.791:320\$000
Variavel-papel.....	13.668:800\$000

Art. 197. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir creditos, ou realizar operações de creditos, para custear, com os recursos que puder obter por este modo, as despesas abaixo estipuladas no seu limite maximo:

Estrada de Ferro Central do Brasil (continuação de trabalhos)—duplicação da Linha Auxiliar nos suburbios, 1.500:000\$; construção da nova estação do Norte, 1.000:000\$; duplicação do ramal de São Paulo, 1.500:000\$; serviço de terraplenagem e construção das novas officinas de Bello Horizonte, 1.000:000\$; melhoramentos das officinas de Engenho de Dentro, e outros depositos, 1.500:000\$; augmento das actuaes e construção de novas estações, armazens, abrigos para carros, casas de turmas, etc., réis 2.400:000\$; prolongamento e ramaes, Montes Claros, Ponte Nova, Lima Duarte, Serro, Santa Barbara, 8.500:000\$000; supressão de passagens de nivel nos suburbios, 1.500:000\$000	18.500:000\$000
Estrada de Ferro Oéste de Minas (proseguimento das obras).....	4.500:000\$000
Rêde de Viação Cearense (idem).....	6.000:000\$000
Estrada de Ferro Baturité, para installação, ampliação e melhoramentos nas officinas	1.500:000\$000
Estradas de Ferro Central do Rio Grande do Norte e Mossoró (idem).....	5.000:000\$000
Estradas de Ferro no Estado do Piauhv: Central do Piauhv, Petrolina a Therezina e Therezina a Cratheús (idem)...	4.000:000\$000
Estrada de Ferro Coroaá a Tocantins (idem)	500:000\$000
Estrada de Ferro de Alagoa a Patos, no Estado da Parahyba (idem).....	2.000:000\$000
Estrada de Ferro Central de Alagoas (no prolongamento de Viçosa a Palmeira dos Indios, entre Quebrangulo e esta ultima cidade)	2.000:000\$000
Estrada de Ferro de Cruz Alta a Porto Lucena (sendo 300:000\$ para a constru-	

ção dos nove primeiros kilometros do ramal de Porto Alegre a Viamão), inclusive o ramal de Santo Angelo-S. Luiz	1.500:000\$000
Conclusão da Estrada de Ferro Therezopolis até Sebastiana	1.000:000\$000
Estrada de Ferro de Goyaz (prolongamento)	6.000:000\$000
Conclusão dos Estudos da variante de Araçatuba e Jequiá.....	200:000\$000
Melhoramentos dos portos de Fortaleza, Amarração, Natal, Parahyba e Aracajú	6.000:000\$000
Estrada de Ferro Limoeiro a Bom Jardim..	1.000:000\$000
Estrada de Ferro Rio d'Ouro (mudança das officinas da locomoção da estrada, da Ponta do Cajú para a margem da linha e instalações das mesmas em terrenos para esse fim adquiridos e sua ampliação)	859:000\$000
Continuação da Rôde Estrategica do Rio Grande do Sul, comprehendendo as linhas de Jaguary a S. Luiz e S. Bento, Basilio a Jaguarão, D. Pedrito a Livramento e Alegrete a Quarahy.....	1.500:000\$000

§ 1.º Os pagamentos em dinheiro á Companhia Ferroviaria Este Brasileiro, contractante da construcção da Rêde Bahiana (decreto n. 14.068, de 19 de fevereiro de 1920), ahí comprehendidos os decorrentes da construcção dos ramaes de Jacú, Irará, Anapolis e Salgada a Estancia, e de Capella a Lavras, bem como serviços outros complementares, autorizados pelo Governo, se realizarão, no exercicio de 1924, com recursos oriundos do credito aberto em 1923, com fundamento no art. 95 da respectiva lei da despesa, si os houver; autorizados os creditos, ou as operações de credito, para as despesas que, a juizo do Ministerio da Viação e Obras Publicas, excederem ás disponibilidades provenientes do alludido credito.

§ 2.º Para evitar a suspensão dos trabalhos, considerados no presente artigo ou as irregularidades na despesa, o Governo abrirá, no primeiro mez do exercicio, independentemente das formalidades do art. 93 doCodigo de Contabilidade da União (audiencia prévia do Ministerio da Fazenda e do Tribunal de Contas) um credito geral de 10.000:000\$, com o qual os custeará, até angariar novos recursos, na fórma estabelecida.

Art. 198. As consignações de material, fixadas no presente orçamento, para as Estradas de Ferro e outros serviços industriaes da União, serão distribuidas integralmente ás respectivas thesourarias da mesma estrada em prestações trimestraes. Por conta dessas consignações, poderá o Ministerio da Viação e Obras Publicas autorizar quaesquer adeantamentos, que, a seu juizo, se tornarem necessarios para maior regularidade dos serviços da referida estrada, observando-se, quanto á sua comprovação, o disposto noCodigo de Contabilidade e no seu Regulamento. As despesas que não forem realizadas em virtude de adeantamentos continuarão subordinadas ao regimen da concorrência publica ou administrativa.

Paragrapho unico. Para o effeito do § 1º do art. 148 do Regulamento de Contabilidade, as administrações das estradas de ferro ficam autorizadas a adquirir, mediante concorrência administrativa, si conveniente, á margem de suas linhas, os combustiveis e os materiaes de que precisam, e bem assim effectuar o pagamento das contas de gaz, luz electrica, telepho-

nes, transportes, reclamações por excesso de frete, alugueis e despesas urgentes de pessoal e material, utilizando-se de sua propria renda, até 10 % da receita do anno anterior, podendo realizar os pagamentos nas proprias estações, onde se tiver realizado o fornecimento ou os serviços.

Art. 199. Fica revigorado o art. 94 da lei da despesa para 1923, na parte em que autoriza a elevação de 10 % nas tarifas das estradas de ferro federaes, para auxiliar as despesas com as obras nas mesmas estradas.

Art. 200. As despesas com as obras contra as secças, no exercicio de 1924, ficarão limitadas ao maximo de 50.000:000\$, parte dellas custeadas pela verba orçamentaria respectiva (2 % da receita geral) e o restante por credito, ou creditos, ou operações de credito, que o Governo poderá abrir, ou realizar.

Paragrapho unico. Fica o Governo autorizado a abrir os creditos e fazer as operações de credito que julgar necessarias para pagamento dos compromissos existentes até 31 de dezembro de 1923, até 65 mil contos, resultantes da execução das obras do Nordéste, a cargo da Inspectoria Federal de Obras contra as Secças.

Art. 201. E' o Poder Executivo autorizado:

I — A abrir credito ou creditos, até o limite maximo de 20.000:000\$, para a aquisição de combustivel para as estradas de ferro federaes.

II — A abrir credito, ou creditos, ou realizar as operações necessarias, até o maximo de 2.000:000\$, para o fim especial de construir ou adquirir, por compra, edificios que sirvam á installação dos serviços de correio ou de telegraphos, na Capital da Republica, nas capitaes dos Estados ou nas suas cidades mais populosas, onde esses serviços funcionarem em casas alugadas, inclusive um predio na capital do Estado de Goyaz para os serviços de Correios e Telegraphos e pagamento das despesas com a construcção do edificio dos Correios e Telegraphos em S. Paulo e bem assim a adaptar proprios nacionaes ao funcionamento das mesmas repartições.

III — A despende até a quantia de 1.200:000\$ para montar ou adaptar appparelhos destinados ao beneficiamento e á queima do combustivel nacional; para verificar a possibilidade da substituição do carvão estrangeiro, total ou parcialmente, na fabricacção do gaz de illuminacção, de accôrdo com a clausula XIII do contracto firmado com a Société Anonyme du Gaz; e ainda a realizar, de collaboracção com os departamentos technicos do Ministerio da Agricultura, experiencias de caracter industrial, tendo em vista o melhor aproveitamento do carvão brasileiro.

IV — A conceder á Empreza Lloyd Maranhense e á Companhia Fluvial Maranhense, mediante as condições que estipular, a subvenção até 100:000\$ annuaes a cada uma, podendo abrir os necessarios creditos, incluindo-os na tabella.

V — A abrir os creditos, ou realizar operações de credito, até o limite de 3.000:000\$, para aquisição de material de dragagem, de que necessitam os serviços da Inspectoria de Portos.

VI — A abrir o credito, ou realizar as operações de credito necessarias para as obras de que necessita o rio Jequitinhonha, na conformidade do respectivo orçamento, até réis 1.200:000\$, dos quaes poderá destacar a quantia de 120:000\$.

para auxiliar a desobstrucção dos rios Tocantins e Araguaya, de accôrdo com a lei n. 4.443, de 3 de janeiro de 1922.

VII — A ceder, a titulo gratuito, á Municipalidade de Taubaté, dos trilhos usados que possua, a quantidade precisa para a construcção de uma linha que ligue a Estrada de Ferro Central do Brasil ao Porto do Meio, do rio Parahyba, de accôrdo com os estudos já realizados pela Estrada de Ferro Central.

VIII — A despendar por operações de credito (apolicas), podendo abrir os respectivos credits, até o limite das sommas abaixo especificadas, com os serviços que a ellas correspondem:

1. Ramal de Massiambú e prolongamento ao Estreito..	2.500:000\$000
2. Ramal de Tubarão a Araranguá.....	1.800:000\$000
3. Ramal de Urussanga..	200:000\$000
4. Ramal de Paranapanema e linha do Rio do Peixe..	5.276:000\$000
5. Ramal de Barra Mansa a Angra dos Reis	3.000:000\$000
6. Rêde de Viação da Bahia..	6.800:000\$000
7. Para a construcção de uma estrada de ferro a partir da cidade de Itajahy, ligando este porto á linha ferrea da E. F. Santa Catharina, primeiro trecho..	3.000:000\$000
	<hr/>
	22.576:000\$000

IX — A concluir o trecho da estrada de rodagem de Cortez a Bonito, no Estado de Pernambuco, podendo despendar até a quantia de tresentos contos de réis.

X — A mandar effectuar a dragagem e realizar as obras de caracter urgente, de fórma a permittir o restabelecimento da navegação pela barra de Icapara e canal do Mar Pequeno, ligando Iguape a Cananéa, no Estado de S. Paulo.

Para realização de taes obras, que serão effectuadas de accôrdo com os estudos feitos e projectos organizados pela Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, será aberto o credito necessario, até o maximo de 2.088:000\$000.

XI — A continuar a auxiliar o Estado de Minas nas obras de desobstrucção do rio Parahybuna, na cidade de Juiz de Fora, com a quntia de 200:000\$, podendo abrir os necessarios credits.

XII — A despendar com o proseguimento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, de Patrocínio a Catalão, de Catiára a Patos, ramal de Abaeté e ligação de Aguas Santas ou Penedo a Camaquã, na Estrada de Ferro Central do Brasil, até a importancia de 3.000:000\$, podendo abrir os necessarios credits.

XIII — A arrendar ao Estado do Pará a Estrada de Ferro Norte do Brasil.

XIV — A despendar até 500:000\$ para melhoramentos da linha nos pantanaes e construcção da ponte de Salobra, sobre o rio Miranda, e para conclusão das obras novas já iniciadas, sendo:

Pessoal..	300:000\$000
Material..	200:000\$000

XV — A mandar proceder a estudos para o prolongamento do ramal do Bomfim, da Estrada de Ferro Central do Brasil até a cidade de Jambeiro.

XVI — A fazer as operações de credito que forem necessarias, até a quantia de 6.000:000\$, para ser construída a variante de Araçatuba a Jupia, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

XVII — A, nas mesmas condições e termos determinados neste dispositivo, contractar com a Prelazia do Rio Branco, mediante prévio estudo e orçamento, a construção de uma estrada de rodagem, margeando o Rio Branco (Estado do Amazonas), na zona encachoeirada, desde Boa Vista até um ponto conveniente a juzante da Caracarahy, na extensão approximada de cento e trinta kilometros, dentro nos limites de 10:000\$ (dez contos de réis) em média por kilometro construído.

§ 1.º Encarregando-se dessa construção até final, essa Prelazia, si for preciso, a juizo do Governo Federal, dará em garantia do seu compromisso todos os bens do Mosteiro de S. Bento, na Capital Federal, sem direito a quaesquer percentagens ou vantagens sobre o custeio do serviço effectuado e sujeitando-se á fiscalização que lhe for prescripta.

§ 2.º A despesa total com essa construção poderá, a juizo do Governo, ser repartida por tres exercicios.

XVIII — A abrir os creditos e fazer as operações de credito necessarias, até o total de quarenta mil contos de réis, para adquirir o material fixo (trilhos, accessorios, material para desvios, abrigos e officinas) e o material rodante (locomotivas, carros, vagões e accessorios), necessarios ás estradas de ferro de propriedade e administração federal, afim de acudir á actual crise de transportes, inclusive para transformação das actuaes locomotivas, afim de poderem queimar combustivel nacional.

§ 1.º O Governo poderá contractar o fornecimento directamente com as fabricas ou seus representantes legaes e fazer as combinações financeiras convenientes para realizar os pagamentos no prazo e pela fórma que se convencionarem.

§ 2.º Poderá tambem o Governo, além do disposto neste dispositivo, contractar o fornecimento e a reparação do material rodante com empresas interessadas no transporte de seus productos, de modo a ser a importancia da respectiva despesa amortizada pela dos fretes a pagar por esse transporte.

XIX — A contractar a electrificação do trecho de Barra Mansa a Augusto Pestana e de Bello Horizonte a Divinópolis, na Estrada de Ferro Oeste de Minas, com quem mais vantagens offerecer, de accôrdo com as leis em vigor, mediante pagamento de annuidades, correspondentes á despesa de combustivel no referido trecho e á economia que for verificada na verba «Pessoal».

Paraphrasis unico. Nas futuras propostas orçamentarias deverão ser destacadas as correspondentes parcelas das respectivas verbas.

XX — A rever os contractos a que se referem os decretos n. 15.151, de 1 de dezembro de 1921, e n. 15.450, de 25 de abril de 1922, podendo reunil-os em um só, celebrado com as mesmas empresas com que o foram aquelles, ou com outra que a estas substitua, e deslocar as obras, que delles são objecto, para constituirem o prolongamento da parte actualmen-

te em trafego do caes do porto do Rio de Janeiro, sendo os pagamentos effectuados pelo credito aberto pelo decreto numero 15.039, de 6 de outubro de 1924, e pelo saldo do deposito feito em virtude do decreto n. 14.198, de 2 de junho de 1920, os quaes ficam revigorados.

XXI — A rever o contracto de 4 de abril de 1921, celebrado em virtude do decreto n. 14.589, de 30 de dezembro de 1920, para as obras do saneamento e dragagem dos rios que desaguam na bahia do Rio de Janeiro, para o fim de reduzir as mesmas obras e a despesa respectiva, podendo modificar ou substituir o regimen de concessão adoptado pelo mesmo contracto.

XXII — A providenciar, dentro da dotação fixada na verba 4^a, para o serviço de navegação do rio Amazonas e seus afluentes, pelo modo que julgar mais conveniente, no sentido de assegurar a continuação do actual serviço que vem realizando a The Amazon River Steam Navigation Company (1911) Limited, até ser a mesma navegação contractada, na conformidade do que dispõe o decreto n. 4.679, de 24 de janeiro de 1923.

XXIII — A tomar ou promover as medidas que julgar necessarias a baixar o custo do transporte do carvão nacional dos centros de produção aos mercados consumidores, inclusive auxiliando a construção do porto de Imbituba e o aparelhamento do porto do Rio de Janeiro, de modo a permittir carga e descarga, pelo menos 3.000 toneladas em 24 horas, podendo fazer operações de credito e abrir os necessarios creditos.

XXIV — A rever o contracto de arrendamento da Estrada de Ferro D. Thereza Christina e seus ramaes, de fôrma a apparellar essa estrada para o trafego intenso de carvão com locomotivas pesadas, reforçando ou substituindo as pontes, modificando trechos de linha e collocando lastro de pedra.

XXV — A abrir creditos em apolices, até a importancia de 2.750 contos, para occorrer ao pagamento da construção dos ultimos trechos de Alegrete a Quarahy e de Basilio a Jaguarão, das estradas de ferro do Rio Grande do Sul, de accordo com a clausula IV do contracto a que se refere o decreto n. 14.204, de 4 de junho de 1920.

XXVI — A elevar a Administração dos Correios de Campanha, em Minas Geraes, á classe immediatamente superior, modificando-se na tabella a respectiva verba e abrindo para esse fim o necessario credito.

XXVII — A contractar com o Dr. Miguel Couto Filho, ou empresa por elle organizada, e pelo processo que o Governo julgar mais acertado, sem onus para a União, a construção e exploração de um caes de embarque e desembarque e do respectivo porto e sua exploração, na «Praia do Forno» e immedições, municipio de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, sem onus para o Thesouro e com os favores da legislação em vigor.

Paragrápho unico. Fica o Governo igualmente autorizada a contractar com o mesmo Dr. Miguel Couto Filho, ou empresa por elle organizada, sem onus para o Thesouro, com os favores da legislação em vigor, a construção e exploração da linha ferrea necessaria para estabelecer a ligação desse caes e porto com as «Salinas Perynas» e outras, bem como a

cidade de Cabo Frio e com rêde ferro-viaria já existente na região, resalvados os direitos de terceiros.

XXVIII — A praticar, por intermedio da Inspectoria de Seccas, todos os actos que considerar necessarios á incorporação aos trabalhos da mesma inspectoria das obras de construção da estrada de rodagem, entre Alagoinhas e Inhambupe, no Estado da Bahia, comtanto que não despenda, inclusive com a terminação das referidas obras, quantia superior a 490.000\$, por conta da verba 25ª do presente orçamento.

XXIX — A providenciar no sentido da conclusão das obras do porto da Bahia, entre a construção da chamada Avenida Jequitia, podendo fazer os accôrdos, abrir os creditos ou realisar as operações de credito, que considerar necessarias, inclusive no tocante ao ajuste celebrado com a Associação Commercial de S. Salvador, para a desapropriação do seu edificio, ajuste que poderã modificar da fôrma por que entender mais compativel com as condições actuaes.

XXX — A reorganizar os serviços e repartições do Ministerio da Viação e Obras Publicas, podendo reunir em uma só duas ou mais dependencias do mesmo e transferir de umas para outras verbas do mesmo orçamento, ou consignação da mesma verba, podendo para execução de cada reforma abrir os creditos necessarios, sem augmento da despesa total do orçamento do Ministerio da Viação.

XXXI — A conceder aos navios pertencentes a Prates & Comp. as mesmas vantagens e regalias de que gosam os navios da Companhia Nacional de Navegação Costeira, excepto a subvenção.

XXXII — A conceder aos cegos da Liga do Auxílios Mutuos dos Cegos no Brasil, com pessoa juridica e sede nesta Capital, passe livre de 1ª classe, para qualquer ponto do paiz, nas vias ferreas e maritimas, administradas pelo Governo Federal, ou a elle subordinadas, quando os referidos cegos andem em propaganda da instrução e productos manufacturados nas officinas da precitada Liga.

Paragrapho unico. O favor de que trata este dispositivo será exclusivo aos cegos dos Estados e arrabaldes desta Capital, que desejarem instruir-se ou aprender qualquer officio nas escolas e officinas da referida Liga.

XXXIII — A pagar á Companhia Nacional de Navegação Costeira pelo serviço contractual realizado na nova linha Rio Grande-Pará, a que se refere o termo de accôrdo, de 9 de novembro de 1922, autorizado pelo decreto n. 15.755, de 26 de outubro do mesmo anno, as quotas de subvenção que lhe forem devidas, relativas ás viagens contractuales executadas em dezembro de 1922 e em todo o anno de 1923, de accôrdo com o aviso do Ministerio da Viação e Obras Publicas n. 102, de 23 de julho de 1923; podendo abrir os necessarios creditos ou realisar as operações de credito que julgar convenientes para o alludido fim.

XXXIV — A realisar, neste exercicio, operações de credito até 3.000 contos de réis, para a construção do prolongamento de Pirapora a Belém do Pará, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

XXXV — A construir o prolongamento do ramal do Matadouro, da Estrada de Ferro Central do Brasil, até Sepetiba, effectuando para esse fim as operações de credito necessarias.

XXXVI — A fazer as necessarias operações de credito para desapropriar, por utilidade publica, incorporando-os á Estrada de Ferro Central do Brasil, os primeiros quinze (15) kilometros do ramal ferreo que a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power construiu, a partir da estação de Lages, em direcção ao logar denominado Fontes.

XXXVII — A abrir os creditos e a fazer as operações de credito até quinze mil contos de réis para a execução das obras urgentes para a melhoria do abastecimento de agua da Capital Federal.

§ 1.º O Governo poderá contractar o fornecimento dos tubos e seus accessorios necessarios a esse serviço directamente com as fabricas ou seus representantes legaes e fazer as combinações necessarias para realizar os pagamentos pela forma que se convençionar.

§ 2.º Poderá tambem o Governo contractar os serviços da construcção das obras com firmas ou empresas idoneas, com quem realize directa ou indirectamente a respectiva operação de credito.

XXXVIII — A elevar á 1ª classe a Administração dos Correios do Estado do Espirito Santo.

XXXIX — A abrir credito ou creditos até 2.892:000\$ para occorrer ás despesas realizadas em 1923, em virtude da autorização constante do n. 6 do art. 94 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro daquelle anno.

XL. A entrar em accôrdo com a Companhia Estrada de Ferro Goyaz, afim de concluir a liquidação de suas contas, podendo fazer as operações de credito e abrir os creditos necessarios.

XLI. A realizar, mediante concorrência publica, a conclusão da Estrada de Ferro de Piquete a Itajubá, que deverá ser electrificada em todo o seu percurso, inclusive o trecho de Lorena a Piquete. A concorrência publica abrangerá tambem o fornecimento de material fixo e rodante.

Paragrapho unico. Para a execução de taes serviços o Governo abrirá os creditos necessarios ou fará operações financeiras, dentro ou fóra do paiz.

XLII. A abrir o credito de 1.491:557\$402, para saldar compromissos de pagamento de pessoal, material e desapropriações, relativos ás obras de duplicação do ramal de São Paulo do trecho suburbano da linha Auxiliar; melhoramentos nas linhas e supressão de passagens de nivel nos subúrbios, todas das Estradas de Ferro Central do Brasil, realizadas em 1923, excedentes das autorizações constantes dos ns. 1 a 4 do art. 94 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

XLIII. A abrir os creditos necessarios para pagar ao Estado de Minas Geraes o preço das obras por este adquiridas da Companhia de Estradas de Ferro Federaes Brasileira, Réde Sul-Mineira, no trecho de Carmo da Cachoeira a Lavras, do ramal de Lavras, segundo escriptura de 31 de agosto de 1921, e de accôrdo com o despacho do Ministerio da Viação e Obras Publicas de 28 de novembro de 1923, e com a clausula XIII das annexas ao decreto n. 16.229, de 1923, bem assim para pagar as obras de conclusão do mesmo ramal e do de Itajubá á Soledade de Itajubá, a que se referem o citado decreto e os paragraphos 3º e 4º da clausula II do de n. 15.406, de 22 de março de 1922. Poderá o Governo, para cumprimento do dis-

posto neste dispositivo, compensar debitos e creditos reciprocos e fazer as necessarias operações de credito.

XLIV. A entrar em accôrdo com o Estado da Parahyba do Norte para execução das obras do porto e estrada de ferro de penetração de Alagôa Grande a Patos, mediante as clausulas que entenderem convenientes, inclusive a de transferir o material já adquirido, observando-se, sempre que for conveniente, as disposições estabelecidas em accôrds analogos, firmados com outros Estados.

Paragrapho unico. O Governo Federal proseguirá na execução das referidas obras com as verbas consignadas nesta lei, pelo regimen de administração mesmo durante o tempo em que forem estabelecidas as negociações para a assignatura do accôrdo, até firmar com o Estado os respectivos contractos.

XLV. A conceder privilegio durante setenta annos, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que, partindo da Barra do Rio de Contas no Estado da Bahia, se dirija a Sítio da Abbadia no Estado de Goyaz, ou em suas proximidades, sem onus para o Thesouro e mediante as clausulas que o Governo estabelecer, respeitadas sempre os direitos de terceiros, ao engenheiro Carlos Augusto de Miranda Jordão ou á empresa que for pelo mesmo organizada, ou a quem maiores vantagens offerecer.

XLVI. A mandar proceder aos estudos de um ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Guaratinguetá a Cunha, no Estado de S. Paulo, podendo abrir o credito necessario até cem contos de réis.

XLVII. A mandar proceder aos estudos definitivos de uma variante entre Belém e Itaguahy da Estrada de Ferro Central do Brasil, especialmente destinada ao trafego dos trens de gado para o Matadouro, correndo a despesa pela verba ordinaria.

XLVIII. A subvencionar com 80 contos annuaes a empresa que se propuzer a explorar a navegação em deslizadores (hydro-glisseurs) de Porto Esperança a Cuyabá, no Estado de Matto Grosso, desde que a mesma se obrigue a fazer uma viagem redonda por semana, conduzindo as malas do Correio, em combinação com os trens mais rapidos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sem exceder de 30 horas o percurso em uma mesma direcção.

XLIX. A abrir ao trafego de passageiros o ramal da Penha, da Estrada de Ferro Rio d'Ouro, abrindo para esse fim o necessario credito.

L. A entrar em accôrdo com a Municipalidade do Rio de Janeiro para a execução das obras necessarias á rectificação e calçamento da ladeira do Peixoto e immediações, no Sylvestre e Aguas Ferreas, podendo fazer as necessarias operações de credito.

Art. 202. Fica revigorado o saldo do credito aberto pelo decreto n. 15.664, de 5 de setembro de 1922, para a aquisição da superestrutura metallica destinada á ponte da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sobre o rio Paraná.

Art. 203. Dentro das verbas para construcções, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, poderá o Governo effectuar o proseguimento dos serviços do ramal de Barbacena, nos districtos de Santa Barbara do Tugurio — Velho Desterro, conforme estudos feitos, limitando a 200:000\$ a respectiva despesa.

Art. 204. Fica revigorado o n. 52 do art. 97 do decreto n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, que autorizou a execução das obras urgentes para melhorar o abastecimento de agua da cidade do Rio de Janeiro; limitada, porém, a 5.000:000\$ a importancia dos creditos que poderão ser abertos no exercicio de 1924.

Art. 205. O serviço de navegação a vapor do rio São Francisco, de que trata a consignação n. 4, da verba 4^a, continuará a effectuar-se nos termos do contracto celebrado com o Governo do Estado da Bahia, até que o mesmo contracto seja innovado, ou revisto, para o que se concede ao Executivo a autorização necessaria, inclusive a de fundir em um só os serviços dos Estados da Bahia e de Minas e abrir creditos até a importancia de 100:000\$ para auxiliar a navegação por hydro-deslizadores.

Art. 206. Estenderá o Governo ao pessoal titulado da Repartição de Aguas e Obras Publicas, em exercicio nos 1^o e 2^o districtos, o abono de diarias para despesas de viagem, de accordo com o art. 83 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, adoptando a equivalencia de cargos do regulamento em vigor e destacando a importancia necessaria ao abono do n. 76 — Consignação — Pessoal — II, da verba 21^a.

Art. 207. Ficam revigorados os ns. LXXV e LVI do artigo 97 e os arts. 98, 117 e 125, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 208. Para cumprimento do artigo unico do decreto n. 13.179, de 6 de setembro de 1918, fica o Governo autorizado a abrir o credito necessario para a construcção do prolongamento do ramal de Urussanga, na extensão maxima de oito kilometros, partindo do ponto conveniente do valle do rio Caethé, até ás minas de carvão do rio America, cabeceiras do rio Urussanga, e contractar a construcção deste trecho com a Companhia Carbonifera de Urussanga, já contractante da construcção do ramal de Urussanga, em virtude do decreto n. 13.627, de 28 de maio de 1919.

Art. 209. Fica concedido ao Collegio da Immaculada Conceição da Comunidade de S. Vicente de Paulo o terreno situado nas fraldas da serra da Tijuca, á margem esquerda do rio Maracanã, nos fundos da casa n. 314, da Estrada Velha da Tijuca, com a área de 10.810 metros quadrados e com a forma de um parallelogrammo.

Paraphrasis unico. A referida Comunidade obriga-se a não desviar de seu curso natural as aguas de uma pequena nascente existente no mesmo terreno.

Art. 210. Continuam em vigor os paragraphos 1^o e 2^o do art. 3^o do decreto legislativo n. 3.296, de 10 de julho de 1917, ficando revogado o art. 1^o do decreto n. 4.262, de 13 de janeiro de 1921, até que o Governo regulamente o serviço radiotelegraphico internacional, regulamento que será submettido á approvação do Congresso antes de entrar em execução.

Art. 211. Continúa em vigor o n. II do art. 97 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, que autoriza o Governo a prolongar a Estrada de Ferro Central do Brasil, de Santa Barbara, a Itabira de Matto Dentro, com um ramal que, partindo das proximidades de Santa Barbara, vá a S. José da

Lagôa, podendo para esse fim fazer quaesquer combinações financeiras necessarias áquelle fim.

Art. 212. No intuito de salvaguardar os interesses da União, facilitando a cobrança do imposto de consumo sobre o sal, fica o Governo autorizado a promover, junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e á companhia arrendataria da Estrada de Ferro Maricá, o prolongamento das linhas dessa estrada de ferro, desde Iguaba Grande até Cabo Frio, nos termos do contracto approved pelo decreto n. 7.942, de 7 de abril de 1910, limitada, porém, ao maximo de oitenta contos de réis, papel, por kilometro, a importancia de que trata a clausula II do alludido contracto, podendo, para isso, fazer as operações de credito necessarias.

Paragrapho unico. O Governo providenciará igualmente, no sentido de promover o serviço de trafego mutuo, ou, de preferencia, o de percurso mutuo de vagões, entre a Companhia arrendataria, a que se refere o presente dispositivo, e a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina.

Art. 213. Fica em vigor no exercicio de 1924 o saldo do credito aberto pelo decreto n. 16.228, de 28 de novembro de 1923, afim de ser utilizado para as necessidades do trafego da The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd., durante o anno de 1924.

Art. 214. Fica em vigor no exercicio de 1924 o saldo do credito aberto pelo decreto n. 15.659, de 2 de setembro de 1923, para adaptação do novo predio da Administração dos Correios de Pernambuco.

Art. 215. Substitua-se o n. XIV do art. 97 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, pelo seguinte:

O Governo Federal contractará com a Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo a construcção e arrendamento do prolongamento da sua estrada de ferro do kilometro 22, na direcção das bacias carboníferas, de minerios de ferro e cobre da serra do Herval, seguindo pelo valle do Camaquan, até encontrar-se com a Estrada de Ferro de Bagé a Cacequy, no ponto mais conveniente, de accôrdo com os estudos definitivos e plantas approved pelos decretos n. 883, de 30 de novembro de 1892, e 1.389, de 6 de maio de 1893, no regimen do decreto n. 12.478, de 23 de maio de 1917, que autorizou o contracto de construcção da Estrada de Ferro Tubarão a Araranguá para servir ás minas de carvão de Santa Catharina, abrindo para esse fim os necessarios creditos e emitindo a totalidade das apolices e depositando-as no Banco do Brasil, tudo dentro das seguintes condições:

a) a Companhia São Jeronymo cederá ao Governo todos os estudos definitivos approved pelos decretos ns. 883, de 30 de maio de 1892, e 1.389, de 6 de maio de 1893, dessistindo a companhia da respectiva concessão privilegio, bem como ficando sem direito algum a reclamação da garantia de juros de 6 % ao anno, sobre o capital empregado na construcção de 200 kilometros, concedida pelo decreto n. 906, de 18 de outubro de 1890, complemento do decreto n. 600, de 24 de julho de 1890, pagando o Governo Federal sómente o valor dos estudos e concessão, pelo preço, conforme consta dos balanços da companhia, em apolices emitidas para esse fim;

b) o Governo Federal contractará tambem com o concessionario o ramal de ligação de suas minas com a Rede da

Viação Ferrea no municipio de Santo Amaro, na margem esquerda do rio Jacuhy, afim de eliminar o frete fluvial, que pesa hoje sobre o carvão consumido por aquella via ferrea.

Art. 216. Ficam revigorados os arts. 101 e 106 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, determinando que as sobras dos creditos destinados a vencimentos fixos dos funcionarios dos Telegraphos e dos Correios poderão ser applicadas nos pagamentos dos auxiliares admittidos para supprirem as faltas dos empregados afastados do serviço por licenças ou por outros motivos; ficando essa disposição extensiva á Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 217. O material, cuja despesa tenha sido regularmente empenhada, encomendado durante o anno financeiro e recebido até 30 de abril do anno seguinte, será considerado pertencente ao anno do empenho da despesa.

Art. 218. A fiscalização das empresas radio-telegraphicas e das de cabos submarinos será exercida por empregados em comissão, cujas attribuições serão definidas em instrucções expedidas pelo Ministerio da Viação e cuja remuneração será paga pelas quotas com que contribuirem, para esse fim, as mesmas empresas.

Art. 219. Para execução do art. 137 do decreto n. 15.673, de 7 de setembro de 1922, é o Governo autorizado a crear a Contadoria Central Ferroviaria, com o encargo de liquidar as contas dos transportes em trafego mutuo das estradas de ferro de propriedade da União ou por esta fiscalizadas, entre si ou com outras, e representar aquellas perante a Contadoria Central de S. Paulo.

§ 1.º A Contadoria Central Ferroviaria será custeada pelas estradas em trafego mutuo, na proporção da importancia total dos respectivos transportes.

§ 2.º O pessoal necessario aos serviços da Contadoria Central Ferroviaria será fornecido pelas proprias estradas a ella filiadas, salvo as excepções que forem estabelecidas no regulamento, sendo que o chefe será de livre escolha das estradas em trafego mutuo.

§ 3.º Junto á Contadoria Central Ferroviaria e sob a presidencia do seu chefe, funcionará uma «Commissão de Tarifas», composta de um representante de cada estrada de ferro, com a missão principal de estudar as questões relativas aos regulamentos de transportes e tarifas ferroviarias.

§ 4.º O Ministerio da Viação e Obras Publicas baixará instrucções para o serviço da Contadoria Central, ouvidas as administrações das estradas interessadas.

§ 5.º Para occorrer á quota de custeio que couber ás estradas de ferro da União, fica o Governo autorizado a abrir os necesarios creditos.

Art. 220. Ficam descentralizados, na verba 2ª — Correios, os creditos distribuidos ao Thesouro Nacional e ás respectivas delegacias fiscaes nos Estados, para attender ao pagamento das despesas do titulo «Pessoals», he massim, tambem os referentes ás sub-consignações ns. 3, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 22 do titulo «Materials».

Atr. 221. Continúa em vigor o numero III do art. 97 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, accrescentando-se *in fine*:

«Podendo abrir para esse fim os creditos e fazer as ne-

cessarias operações de credito que forem necessarias até 1.500 contos.

Art. 222. Continúa em vigor a alinea XXI, do art. 97, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, mantida a autorização ao Governo Federal para entrar em accôrdo com os successores do concessionario da linha ferrea de Bom-Jardim a Sertãozinho, Estado de Pernambuco, no sentido de ser concluida a construcção da mesma linha dentro do regimen geral de construcção de estradas de ferro e inclusive a construcção do prolongamento de Barreiros a Tamandaré, na extensão approximada de 15 kilometros.

Art. 223. Na vigencia desta lei, fica o Governo autorizado a subvencionar com a quantia de cem contos de réis, annuaes, mediante concorrência publica e repartidamente, o serviço de navegação regular nacional para passageiros e cargas que se estabelecer no alto e baixo Paraná e seus affluentes, sendo naquell'e trecho, entre os portos Tybiriçá e Guayara, e neste, entre Porto Mendes e a Foz do Iguassú, no Estado do Paraná e Posadas, na Republica Argentina, sendo cincoenta contos para cada trecho, e devendo a empresa subvencionada realizar duas viagens mensaes entre os dous primeiros portos e quatro tambem mensaes entre os dous ultimos.

Art. 224. As linhas de Montevideo a Corumbá, Corumbá a Porto Esperança e Corumbá a Cuyabá serão todas contractadas com o Lloyd Brasileiro ou com quem mais vantagens offerecer pelo prazo de cinco annos, podendo o Governo, para esse fim abrir os creditos e realizar as operações de credito que forem necessarias.

Art. 225. Fica prorogado por dois annos o prazo fixado para inicio das obras de melhoramento do porto de Paranaguá, de que trata a clausula VI do contracto celebrado, em virtude do decreto legislativo n. 4.404 de 22 de dezembro de 1921.

Art. 226. Fica revigorado o credito, aberto pelo Poder Executivo, de 60.000\$, em execução ao n. 66 do art. 97 da lei n. 4.555, de 1922.

Art. 227. A execução de obras por ordem de serviço, ou por ajustes a titulo precario nas estradas de ferro da União, include-se nas excepções estabelecidas pelo art. 246 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, aprovado pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, mas obedecerá a condições geraes prescriptas pelo Ministerio da Viação, nas quaes ficará estabelecido rigorosamente o criterio da idoneidade dos executores e a liberdade da administração para suspender a obra e substituir o encarregado desta.

Art. 228. Ficam em vigor no exercicio de 1924 as seguintes disposições da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923: art. 97. ns. XIV (supprimindo na lettra / as palavras finais «que será igual, etc.»). XXVI, substituindo-se o § 2º pelo seguinte: «O Governo fica autorizado a dividir a importancia global da subvenção á navegação da Amazonia pelas diversas linhas subvencionadas, podendo contractar o serviço destas com uma só ou com diversas*empresas, conforme for mais conveniente». XXVII. XLIV. XLVII, XLIX. LIV e artigos 103, 107, 109 (sendo a subvenção correspondente ao n. 24 paga na razão de 2/3 ouro e 1/3 papel, e podendo o Governo abrir os creditos necessarios para o pagamento das subvenções referentes aos annos de 1922 e 1923). 110, 111. 112. 113. 114, 115, 119, 127, ns. 14 e 97, ns. 21 e 53, supprimindo-se no

art. 112 as palavras de por conta desta, accrescentando-se no fim do n. 14 do art. 127 as palavras «mantidas as actuaes linhas, sem prejuizo da creação e restabelecimento de outras», substituindo-se o paragrapho unico pelo seguinte: «No contracto a firmar-se, a companhia obriga-se a conceder passagens gratuitas em todas as suas linhas: a) aos funcionarios publicos, quando em objecto de serviço; b) aos membros do Governo, ao Vice-Presidente da Republica e aos membros do Congresso Nacional, e, emfim, accrescentando-se ao n. XIV do art. 97 «inclusive o prolongamento de Barreiros a Tamandaré».

Art. 229. E' permittido aos funcionarios e diaristas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que fizerem parte da Sociedade Cooperativa dos Empregados da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil consignar mensalmente a esta até dous terços dos seus ordenados ou diarias, para pagamento dos fornecimentos que tiverem recebido, na forma dos respectivos estatutos.

Paragrapho unico. Os empregados da Sociedade Cooperativa dos Empregados da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil terão direito ás mesmas vantagens que gosam os funcionarios das estradas, com relação ás passagens.

Art. 230. Ficam revigorados em 1924 os saldos dos exercicios de 1922 e 1923 existentes nas verbas destinadas á construcção da Ponte Benedicto Leite, na Estrada de Ferro São Luiz a Therezina, sendo com os ditos saldos tambem liquidados os compromissos contrahidos naquelles exercicios.

Art. 231. Fica revigorado o credito de 5.060:000\$, aberto pelo decreto n. 15.911, de 29 de dezembro de 1922, que depois de ser registrado pelo Tribunal de Contas, deverá occorrer ás despesas empenhadas á sua conta e já relacionadas para pagamento por depositos do exercicio de 1922, podendo o Governo fazer as necessarias operações de credito.

Art. 232. Para o exacto cumprimento do que dispõe o art. 89, da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, as associações de classe de funcionarios da E. F. Central do Brasil, que já vinham prestando fianças em favor de seus associados perante aquella Estrada, poderão continuar a fazer os descontos relativos ás obrigações contrahidas por seus associados, em folhas de pagamentos.

Art. 233. Continuam em vigor os arts. 94 e 95 da lei numero 4.632, de 6 de janeiro de 1923, na parte relativa ao prolongamento do ramal que parte do kilometro 110 da linha do Sitio (art. 94) e da Estrada de Ferro Oeste de Minas (art. 95).

Art. 234. O cargo de porteiro de E. F. C. do Brasil será de acesso para os continuos e os logares de continuos serão preenchidos pelos serventes mais antigos de cada Divisão e que tenham aptidão para o desempenho do cargo.

Art. 235. Os actuaes despachantes geraes da Estrada de Ferro Central do Brasil, nesta capital, poderão, por si ou seus prepostos devidamente autorizados, exercer as funções decorrentes de seus cargos, concomitantemente nas estações Maritima, S. Diogo e Alfredo Maia.

Nenhum individuo que não seja despachante official poderá representar mais de uma firma commercial e isso mesmo provada a sua qualidade perante os agentes das estações onde hajam de exercer essas funções.

Art. 236. Em observancia ao decreto n. 15.674, de 7 de setembro de 1922, que cêa a Caixa de Pensões do Pessoal Jornalheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, ficam extensivas aos funcionarios da mesma que não contribuem para o montepio os favores da alludida instituição, mediante requerimento destes, até que seja approvada a nova lei do Montepio, sendo neste caso transferidos para o novo instituto todos os empregados titulados e suas respectivas quotas.

Aos mesmos serão cobrados as joias, demais emolumentos e respectivas contribuições mensaes.

Art. 237. Ficam prorogados por mais dous annos os prazos do contracto da «Agencia Americana», baseado no decreto Legislativo n. 4.262, de 13 de janeiro de 1921, e estabelecido que os accôrdos de trafego mutuo, e outros que a contractante está autorizada a effectuar com as emprezas telephonicas existentes, de modo a ligar o seu serviço radiotelephonico interior ás rêdes distribuidoras das diversas ciçades do paiz, comquanto sujeitos ás «disposições dos regulamentos que vierem a ser adoptados sobre a radiotelephonia ou que se applichem a esta materia (decreto n. 15.841, de 14 de novembro de 1922), não serão os serviços da Agencia Americana sujeitos a onus superiores aos constantes dos contractos das emprezas telephonicas que obtiveram ligações interestaduaes, na fórma do art. 59, da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915.

Art. 238. Continuam em vigor os ns. XXV e XLIII do artigo 97 e art. 123 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, accrescentando-se no n. XLVII do art. 97, após as palavras: «e outros serviços», as palavras: — e fixar as responsabilidades que daquelles resultam para a União.

Art. 239. Nas estradas de ferro e outros serviços industriaes da União poderão ser admittidos, nos limites das verbas respectivas, funcionarios extranumerarios ou extraordinarios para o provimento dos novos trechos e das linhas postaes ou telegraphicas que forem creadas ou entregues ao trafego, bem como os operarios e trabalhadores que forem necessarios aos serviços das mesmas repartições, sem quo as respectivas diarias excedam de 15\$ para os operarios especialistas; podendo, outrossim, ser pagas, conforme as exigencias dos serviços, as diarias estabelecidas nas leis ou regulamentos, independentemente das restricções desta lei.

Art. 240. Ao art. 12 da lei n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923, accrescente-se o seguinte:

Paragrapho unico. O ferroviario que contar mais de 35 annos de serviço na mesma estrada de ferro terá direito á aposentadoria completa com ordenado por inteiro, sem a restricção de que trata o art. 11, quanto á média dos ultimos cinco annos.

Art. 241. O Presidente da Republica é autorizado a despender pelo Ministerio da Fazenda as quantias de 64.829:004\$017, ouro, e..... 227.609:979\$509, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

Verbas	Total
1ª — Serviço da divida externa fundada:	
Fixa-ouro.....	64.177 :870\$769
2ª — Serviço da divida interna fundada:	
Fixa-papel.....	101.685 :689\$000

Verbas	Total
3ª — Juros diversos:	
Variavel-papel.....	20.350 :000\$000
4ª — Inactivos:	
Fixa-papel.....	11.769 :000\$000
5ª — Pensionistas:	
Fixa-papel.....	19.432 :000\$000
6ª — Thesouro Nacional:	
Fixa-ouro.....	56 :400\$000
Variavel-ouro.....	22 :233\$248
Fixa-papel.....	2.603 :599\$560
Variavel-papel.....	984 :900\$000
7ª — Tribunal de Contas:	
Fixa-ouro.....	48 :400\$000
Fixa-papel.....	2.027 :900\$000
Variavel-papel.....	1.466 :400\$000
8ª — Contadoria Central da Republica:	
Fixa-papel.....	324 :000\$000
Variavel-papel.....	293 :500\$000
9ª — Recebedoria do Districto Federal:	
Fixa-papel.....	687 :520\$000
Variavel-papel.....	679 :509\$232
10ª — Caixa de Amortização:	
Fixa-papel.....	500 :560\$000
Variavel-papel.....	170 :760\$000
11ª — Casa da Moeda:	
Fixa-papel.....	851 :354\$560
Variavel-papel.....	3.912 :412\$000
12ª — Directoria de Estatistica Commercial:	
Variavel-ouro.....	14 :000\$000
Fixa-papel.....	535 :120\$000
Variavel-papel.....	294 :000\$000
13ª — Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i> :	
Fixa-papel.....	3.180 :786\$000
Variavel-papel.....	2.854 :340\$000
14ª — Inspectoria Geral de Bancos:	
Fixa-papel.....	963 :000\$000
Variavel-papel.....	93 :000\$000
15ª — Inspectoria de Seguros:	
Fixa-papel.....	441 :120\$000
Variavel-papel.....	28 :900\$000
16ª — Laboratorio de Analyses:	
Fixa-papel.....	419 :750\$000
Variavel-papel.....	588 :300\$000
17ª — Delegacias Fiscaes:	
Fixa-papel.....	3.509 :193\$500
Variavel-papel.....	518 :284\$000
18ª — Alfandegas:	
Fixa-papel.....	9.203 :280\$152
Variavel-papel.....	4.388 :706\$112

Verbas	Total
19ª — Agencias aduaneiras e Mesas de Rendas, Postos e Registros Fiscaes:	
Fixa-papel.....	1.503 :987\$391
Variavel-papel.....	718 :832\$000
20ª — Colectorias:	
Fixa-papel.....	4 :200\$000
Variavel-papel.....	7.014 :640\$000
21ª — Administração e custeio dos proprios nacionaes:	
Fixa-papel.....	71 :416\$000
Variavel-papel.....	619 :280\$000
22ª — Fiscalização dos impostos de consumo trans- portes e sellos:	
Fixa-papel.....	1.477 :800\$000
Variavel-papel.....	5.300 :000\$000
23ª — Inspeção das Repartições de Fazenda e outros serviços extraordinarios:	
Variavel-papel.....	1.000 :000\$000
224ª — Ajudas de custo :	
Variavel-papel.....	350 :000\$000
5ª — Commissões e corretagens:	
Variavel-ouro.....	100 :000\$00
Variavel-papel.....	128 :000\$00
26ª — Despesas eventuaes:	
Variavel-ouro.....	200 :000\$000
Variavel-papel.....	500 :000\$000
27ª — Exercicios findos:	
Variavel-papel.....	500 :000\$000
28ª — Obras:	
Variavel-papel.....	5.200 :000\$000
29ª — Reposições e restituições:	
Variavel-ouro.....	200 :000\$000
Variavel-papel.....	1.000 :000\$000
30ª — Substituições:	
Variavel-papel.....	100 :000\$000
31ª — Empregados addidos:	
Variavel-papel.....	2.364 :940\$002
32ª — Creditos supplementares:	
Variavel-papel.....	5.000 :000\$000

Art. 242. E' o Presidente da Republica autorizado:

I, a transferir os saldos das quotas lotericas do Instituto Salesiano do Districto Federal e do Collegio Salesiano de Therezina, no Piahy, do anno de 1923 em deante, para a Escola Agricola Salesiana e Santa Casa de São Gabriel, no Rio Negro, Amazonas;

II, a transformar em collectoria a actual mesa de rendas de Mamanguape, no Estado da Parahyba;

III, a nomear uma commissão de funcionarios publicos e representantes das classes mais interessadas, para ser feita

a consolidação dos varios regulamentos sobre cobrança de impostos, podendo ser modificadas as respectivas disposições no sentido de simplificar as formalidades estabelecidas principalmente quanto aos menores contribuintes de industria e commercio, que deverão ser divididos em classes, conforme o capital ou o movimento da industria ou commercio a que se dediquem;

IV, a collocar directamente no estrangeiro, desde que a capacidade do mercado nacional não comporte o risco ou torne o contracto por demais oneroso, o seguro do café da valorização e seus armazens;

V, a reorganizar, na vigencia do actual exercicio financeiro, o serviço da cobrança amigavel e judicial da divida activa da União, no sentido de tornal-o mais effizaz, podendo, para esse fim, tomar todas as providencias que entender necessarias, sem qualquer augmento de encargos ao Thesouro;

VI, a rever os regulamentos da Imprensa Nacional e *Diario Official*, consolidando todos os dispositivos vigentes e modificando-os no sentido de melhorar a organização dos respectivos serviços, sem augmento de despesa;

VII, a reorganizar a Inspectoria de Seguros e expedir novo regulamento para o serviço de fiscalização das companhias nacionaes e estrangeiras, sem augmento de despesa e sem prejuizo dos actuaes funcionarios, conforme o art. 1º do decreto n. 9.208, de 8 de setembro de 1910;

VIII, a ceder á Prefeitura de Recife, Estado de Pernambuco, os terrenos do antigo edificio da delegacia fiscal, necessarios ao prolongamento da rua do Imperador até encontrar a rua da Praia, naquella cidade;

IX, a reorganizar todos os serviços de fiscalização subordinados ao Ministerio da Fazenda, no sentido de unifical-os e tornal-os mais efficientes, sem augmento de encargo ao Thesouro;

X, a abater um por cento no valor arrecadado sobre o imposto de sellos, inclusive de contas assignadas, para custear a despesa com o pessoal que for incumbido da venda dos mesmos sellos;

XI, a fixar o aforamento do terreno concedido ao Club Sportivo de Equitação, de accôrdo com o decreto n. 4.686, de 6 de fevereiro de 1923, na quantia que pagava anteriormente o club á Fazenda Nacional, em virtude do contracto lavrado na Procuradoria Geral da Fazenda Publica em 10 de outubro de 1910;

XII, a supprimir os postos fiscaes da Villa de Oyapock e de Montenegro, no municipio de Amapá, no Estado do Pará, substituindo-os por uma mesa de rendas alfandegada, que deverá ser installada em Clevelandia, séde da Colonia Nacional de Cleveland, á margem direita do rio Oyapock;

XIII, a transformar em collectoria a actual mesa de rendas do Itapemirim, no Estado do Espirito Santo;

XIV, a entrar em accôrdo com o Estado de Minas Geraes para transferir a este o dominio privado sobre o proprio denominado «Fazenda do Chumbo», situado no municipio de Patos, do mesmo Estado, por desnecessario aos serviços da União, mediante as seguintes condições:

a) obrigação por parte do Estado de, por sua vez, transferir o alludido dominio aos occupantes das respectivas terras, de accôrdo com a sua legislação;

b) resalva expressa da propriedade da União sobre o respectivo sub-solo;

XV, a admitir que pelos servidores da União, civis e militares, activos e inactivos, sejam feitas consignações em folhas de pagamento do Thesouro e repartições que lhe são subordinadas, de accordo com os dispositivos legais vigentes, em favor das sociedades de classes e dos estabelecimentos idoneos que o requererem, durante o exercicio de 1924;

XVI, a abrir os creditos necessarios para adquirir por compra todo o ouro e a prata de produção nacional;

XVII, a conceder á Associação Beneficente dos Praticantes da Estrada de Ferro Central do Brasil o desconto em folha de pagamento da importancia de 2% de mensalidades de seus associados;

XVIII, a reintegrar no cargo de 3º escriptuario da Alfandega do Rio de Janeiro o bacharel em sciencias juridicas e sociaes Eduardo Reis da Gama Cerqueira, exonerado, a pedido, por decreto de 31 de agosto de 1921, contando-se-lhe todo o tempo anterior de serviço federal.

Art. 243. Aos directores das Secretarias do Senado e da Camara dos Deputados, Mordomia do Palácio da Presidencia da Republica e Secretaria do Supremo Tribunal Federal serão entregues em quatro prestações iguaes, adeantadas, no começo dos mezes de janeiro, abril, julho e outubro, mediante requisição competente as quantias destinadas ao «Material» das mesmas repartições incluídas na presente lei, e, integralmente, as concedidas em creditos concernentes á mesma verba «Material».

Art. 244. São prohibidos os estornos de verbas com o objectivo de supprir-se deficiencias de umas com concurso de outras consignações ou sub-consignações orçamentarias.

Art. 245. Durante o exercicio de 1924 não serão admittidos funcionarios extranumerarios ou extraordinarios; e como diaristas só serão admittidos operarios ou trabalhadores, aos preços correntes dos seus serviços, não podendo exceder de 10% a diaria para nenhum delles.

Art. 246. Durante o anno de 1924, os trabalhos das repartições publicas ficarão adstrictos aos funcionarios constantes dos respectivos quadros, salvo o aproveitamento de addidos, ou de technicos de contabilidade por partidas dobradas.

Art. 247. São prohibidas as diarias chamadas corridas ou de todo o mez, não podendo nenhum funcionario receber a esse titulo mais de 120 dias em um anno, salvo em função de fiscalização de arrecadações no Ministerio da Fazenda, e por prazo previamente determinado pelo Ministro.

Art. 248. Durante o anno de 1924 nenhum funcionario civil ou militar poderá receber, sob pretexto algum, mais de uma ajuda de custo, salvo decreto especial, referendado pelo Presidente da Republica, em casos em que algum texto legal permitta a concessão.

Art. 249. Os serviços das repartições ficarão limitados aos recursos consignados nas tabellas orçamentarias, cabendo aos respectivos directores ou chefes, sob pena de responsabilidade, limitar a actividade dos trabalhos dessas repartições aos recursos de cada consignação, restringindo ou supprimindo tudo o que possa occasionar exigencia de supplementação, incluídos nesta regra os serviços de colectividade civil ou militar.

Art. 250. Durante o exercicio de 1924 não serão concedidas a pretexto algum gratificações que não resultem de texto expresso de lei e regulamento, não sendo permittidas as concedidas em virtude de outros actos administrativos, salvo as gratificações previstas pelos respectivos regulamentos para o pessoal dos Gabinetes dos Ministros de Estado.

Art. 251. Durante o anno de 1924 não se farão novos contractos, nem se renovarão os existentes, para admissão de pessoal, salvo professores e technicos especialistas.

Art. 252. O Governo fará a revisão das quotas das recebedorias e collectorias para reduzir equitativamente a despesa a este titulo.

Art. 253. Todos os vencimentos, gratificações, ajudas de custo e quaesquer outras despesas com o pessoal no estrangeiro serão pagos ao cambio de 27 d. por mil réis.

Art. 254. Os augmentos de vencimentos *ex-vi* da lei numero 4.555, de 10 de agosto de 1922, são favor especial, de interpretação restrictiva, não podendo servir de base a outros augmentos que na mesma lei sejam expressos, denominados soldos de engajados, reengajados, gratificações de comportamento, additionaes de 10 %, 15 %, etc.

Art. 255. Não são permittidos, nas corporações armadas, os pagamentos de rações em dinheiro por desmuniamento em periodo de licença.

Art. 256. As despesas dos estabelecimentos subvencionados ou auxiliados pela União serão examinadas e julgadas pela directoria de contabilidade do ministerio respectivo, mediante exhibição de balancetes pelos referidos estabelecimentos. Havendo duvida sobre a legitimidade de qualquer despesa, poderá a directoria de contabilidade do ministerio, a que estiver affecto o auxilio ou subvenção, exigir o documento originario comprobatorio da despesa, o qual será devolvido depois de examinado, e não poderá ser pago nenhum auxilio ou subvenção sem que haja sido approvado pelo ministerio respectivo o balancete relativo á applicação do pagamento correspondente ao exercicio anterior.

Art. 257. Aos directores e chefes de repartições e serviços do Ministerio da Fazenda poderão ser feitos supprimentos de fundos necessarios á compra de combustivel, materias primas para officinas e artigos de consumo e de expediente, bem assim o supprimento necessario ás despesas miúdas e de prompto pagamento, devendo ser feita trimestralmente a approvação das respectivas despesas.

Art. 258. O art. 150 e seus paragraphos da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, serão interpretados e executados dentro das seguintes regras:

I. Os augmentos provisionarios, fixados pelo art. 150 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, terão como maximo a importancia de 300\$ mensaes, e não attingirão aos funcçionarios, mensalistas, diaristas e jornaleiros, constantes do § 2º do mesmo artigo, supprimidas neste paragrapho as palavras «nem os que occuparem cargo ou commissão de agora em diante creados», nem ao pessoal contractado, nem ao pessoal pago pela verba «Material», nem ao pessoal extraordinario admittido para execução de obras novas, reparações, construcções de estradas de ferro e melhoramentos de portos, nem ao pessoal das obras do nordéste e do saneamento e prophylaxia.

xia rural dos Estados, sendo sómente applicaveis aos funcionarios, mensalistas, diaristas e jornaleiros, pagos pela verba «Pessoal», das tabellas orçamentarias e não sendo comprehendidas para sua applicação quaesquer gratificações addicionaes, extraordinarias, regulamentares ou especiaes e commissões o as diarias dadas a funcionarios e mensalistas.

II. Os augmentos concedidos nos termos do paragrapho anterior só cabem a funcionarios em effectiva actividade de serviço publico, não podendo ser extensivos aos inactivos, sejam estes de logares extinctos, addidos, em disponibilidade, sem effectivo exercicio por qualquer motivo, ou sejam aposentados, jubilados, ou mesmo simplesmente licenciados, excepto quanto a estes ultimos, os licenciados para tratamento de saude.

III. Os augmentos concedidos pelo n. I não são extensivos a funcionarios aos quaes lei especial haja porventura permittido accumulacão de cargo, ou só federaes, ou federaes com municipaes ou estaduais.

IV. As excepções do § 5º do art. 150 da citada lei numero 4.555 ficam reduzidas exclusivamente aos cargos do chefe de serviço e dos de confiança immediata do Governo.

V. O Governo abrirá os necessarios creditos para cada repartição ou serviço dos diversos Ministerios até o maximo de 75.000:000\$, para pagamento, em 1924, de 75% dos augmentos provisorios de vencimentos, mensalidades, diarias e jornaes, a que se refere o presente artigo; effectuando no primeiro semestre o pagamento dos referidos 75% e sendo no segundo semestre determinada a percentagem de reduções, quando necessaria, para não ser excedido aquelle maximo de 75.000:000\$000.

Art. 259. Logo no começo do exercicio de 1924, o Governo expedirá decreto determinando quaes as repartições que poderão dispor de automoveis officiaes e qual o numero a cada uma necessario para os seus respectivos serviços; e, outrosim, quaes as autoridades que, além dos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Republica, Vice-Presidente do Senado e Presidente da Camara dos Deputados Presidente do Supremo Tribunal Federal e Ministros de Estado, terão direito á conducção nos mesmos automoveis.

§ 1.º O Governo providenciará junto á Policia e á Prefeitura do Districto Federal no sentido de que não seja licenciado ou registrado, nem possa usar a placa de official qualquer carro pertencente a repartições não incluídas no decreto ou que não sejam destinados á conducção das autoridades indicadas neste artigo ou contemplados no referido decreto, por conveniencia ou necessidade do serviço publico.

§ 2.º Quaesquer despesas com automoveis de repartições ou autoridades que delles se não possam utilizar, na conformidade deste dispositivo ou do decreto que fór expedido, serão levadas á conta de quem as autorizar nesta Capital ou nos Estados, não podendo ser pagas no Thesouro ou em quaesquer repartições a elle subordinadas.

§ 3.º Na proposta de orçamento para 1925, as despesas com os automoveis officiaes e quer sejam de pessoal, quer de material, deverão constar de consignações ou sub-consignações especiaes, em cada repartição e em todos os ministerios.

Art. 260. Fica revogado o n. XVI, do art. 2º da lei numero 4.440, de 31 de dezembro de 1921.

Art. 261. O Governo annexará á proposta de orçamento, que é annualmente enviada ao Poder Legislativo, uma demonstração sobre as conversões de moedas, realizadas no exercicio anterior, incluindo na receita ou na despesa do Ministerio da Fazenda, conforme as previsões que as ditas demonstrações e as circumstancias do momento autorizarem, sob a rubrica «Differenças de Cambio», com a estimativa da renda ou despesa sobre taes conversões.

Art. 262. As despesas que devem correr por operações de credito, internas ou externas, não poderão ser em caso algum custeadas pelos recursos ordinarios do Thesouro.

Art. 263. Embora legalmente autorizado, o Poder Executivo não mandará executar qualquer serviço, nem assumirá qualquer encargo ou responsabilidade nova para o Thesouro, enquanto o Congresso Nacional não haja autorizado a abertura do necessario credito ou não tenha consignado na lei de orçamento a respectiva verba.

Art. 264. Quando collidirem quaesquer dispositivos desta lei com os constantes do Codigo de Contabilidade, prevalecerão estes ultimos, desde que não tenham sido expressamente revogados pelos primeiros.

Art. 265. A compra de combustivel para as estradas de ferro federaes poderá ser feita directamente no estrangeiro, por delegados do Governo, fixadas préviamente as condições a que deverá satisfazer o artigo a adquirir; podendo-se celebrar accórdos tendo por base a venda de productos nacionaes nos mercados estrangeiros e a compra do combustivel com os recursos resultantes.

Art. 266. Fica prorogado por mais um anno o prazo estabelecido no art. 925 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922 (Reg.º Cont.) para as alterações que forem necessarias no mesmo regulamento.

Art. 267. Para os effeitos do registro pelo Tribunal de Contas e suas delegações poderão ser homologados pelos ministros de Estado os actos das repartições subordinadas, relativos a fornecimentos ou prestação de serviços executados independente de concorrência e contractos no primeiro exercicio financeiro da vigencia do Codigo de Contabilidade Publica, desde que, porém, as respectivas ordens de pagamento satisfaçam ás exigencias do art. 60 da lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, que estabeleceu a base para o mesmo codigo.

Art. 268. Os vencimentos dos agentes fiscaes do imposto de consumo, de transporte e do sello adhesivo (parte fixa e parte variavel), seja qual fór a renda arrecadada, não poderão exceder, em caso algum, ao limite maximo de vinte quatro contos annuaes.

Paragrapho unico. Fica o Governo autorizado a rever as quotas de percentagens para o abono dos vencimentos dos agentes fiscaes do imposto de consumo, de fórmula que taes vencimentos não ultrapassem o limite consignado neste artigo.

Art. 269. Poderão ser nomeados para as delegações do Tribunal de Contas os quartos escripturarios da mesma repartição que já tenham prestado o concurso de 2ª entrança e cujas habilitações possam recommendal-os para essas comissões.

Art. 270. Continúa em vigor o dispositivo do art. 127, numero 7, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, devendo as despesas decorrentes das publicações a que se refere a autorização correr por conta das consignações orçamentarias da Imprensa Nacional.

Art. 271. Não poderá exceder de dez o numero de praticantes a que se refere a tabella orçamentaria, verba 8ª, «Contadoria Central da Republica», na parte «Pessoal», n. 11, nem lhes poderão ser fixados vencimentos superiores a 4:800\$ annuaes.

Paragrapho unico. Os praticantes de que trata este artigo só serão promovidos depois de tres annos de exercicio, e si, a juizo do contador geral, tiverem demonstrado capacidade para o desempenho do cargo de auxiliar tecnico, passando então a gosar do direito de effectividade, que é assegurado aos funcionarios que actualmente o exercem.

Art. 272. Na proposta do orçamento do Ministerio da Fazenda para 1925, o Governo mencionará o quadro dos funcionarios precisos ao serviço integral da contabilidade publica em todas as repartições da União, de modo a ser custeado por uma só verba, sendo supprimidas as diversas dotações provisoriamente estabelecidas na despesa dos demais ministerios.

Paragrapho unico. No quadro a que se refere este artigo será determinada a classificação dos funcionarios effectivos, imprescindiveis aos serviços interno e externo da Contadoria Central da Republica, que está definitivamente instituida, e dos extraordinarios contractados e em comissão.

Art. 273. Enquanto não forem estabelecidas bases definitivas, é permitido aos funcionarios ou empregados federaes, civis ou militares, activos ou inactivos, inclusive os mensalistas, diaristas e operarios da União, fazer consignações em folha de pagamento de juros e amortizações de empréstimos que os mesmos venham a contrahir com associações e caixas beneficentes, constituídas pelas proprias classes a que pertençam, ou por estabelecimentos de credito e quaesquer sociedades legalmente autorizadas a fazer as ditas operações, observadas as seguintes condições:

a) as consignações não poderão exceder mensalmente a terça parte das remunerações, isto é, dos vencimentos, mensalidades, diarias e jornaes, que perceba cada funcionario, mensalista, diarista ou operario;

b) os juros dos empréstimos, aggravados com todas as comissões ou bonificações, não poderão ser superiores a 12 %, ao anno, sobre a importancia realmente emprestada;

c) o prazo maximo do empréstimo não poderá ultrapassar de dous annos;

d) o archivamento no Thesouro ou repartição a que caiba fazer o pagamento da folha de um exemplar do respectivo contracto de empréstimo, afim de que o mesmo Thesouro ou repartição possa, *ex-officio* ou mediante reclamação do interessado, cancelar a consignação, uma vez decorrido o prazo de duração do empréstimo;

e) a fiscalização, pela fórmula que fôr julgada mais conveniente, do funcionamento de todas as associações, caixas ou estabelecimentos de credito que operarem nos referidos empréstimos.

§ 1.º Os compromissos já tomados com as associações ou estabelecimentos a que se refere este artigo, excedendo a um

terço de vencimentos, mensalidades, diarias ou jornaes, serão regularizados, mediante dilatação dos prazos desde que as consignações não excedam, mensalmente, a um terço das remunerações que percebe cada funcionario ou empregado, e que os juros não sejam superiores a 12 %.

§ 2.º O Governo poderá, reconhecendo conveniencia para os servidores da União, elevar até ao maximo de 18 % annuaes o limite de 12 % estabelecido na lettra *b* e no § 1º deste artigo.

Art. 274. Fica restabelecida a percentagem de 10 % aos cobradores da divida activa, pela cobrança effectuada fóra da legua de accôrdo com a portaria do Ministro da Fazenda, de 11 de setembro de 1890, que mandou abonar aos cobradores percentagem á cobrança effectuada na zona urbana.

Art. 275. A prorrogação de licença de que trata o § 1º do art. 19 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, será concedida, como a licença anterior, com direito ao ordenado ou soldo por inteiro.

Art. 276. Para a promoção dos quartos escripturarios do Tribunal de Contas, quando tiverem igual tempo de serviço, naquelle tribunal, será cortada a antiguidade, computando-se o periodo de exercicio que porventura tenham em outros serviços publicos federaes.»

Art. 277. Continúa em vigor o art. 167 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

(Art. 278) Fica revigorado o art. 172 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 279. Continúa em vigor o art. 174 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 280. Ficam revigoradas para o exercicio de 1924 as autorizações constantes dos ns. XX a XXV do art. 96 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, sem augmento de despesa.

Art. 281. E' permittido aos funcionarios civis federaes, activos ou inactivos, aos militares e aos operarios e diaristas da União continuar a consignar, mensalmente, á Companhia de Seguros «A Mundial» os premios dos seguros de vida a que se obrigarem para com a mesma companhia, na fórmula das tabelas approvadas pela Inspectoria Geral de Seguros.

Art. 282. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1924, 103º da Independência e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

TABELLA B

Verbas do orçamento para as quaes o Governo poderá abrir credito supplementar no exercicio de 1924, de accôrdo com as leis ns. 589, de 9 de setembro de 1850; 2.348, de 25 de agosto de 1873; 429, de 16 de dezembro de 1896, art. 8º, n. 1, art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, art. 54, n. 1

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Soccorros publicos.

Subsidios dos Deputados e Senadores — Pelo que for necessario durante as prorogações, sessões extraordinarias e devido ao preenchimento de vagas.

Secretaria do Senado e da Camara dos Deputados — Pelo serviço stenographico e de redacção e publicação dos debates durante as prorogações e sessões extraordinarias do Congresso.

Ministerio das Relações Exteriores

Extraordinarias no exterior.

Ministerio da Marinha

Hospitales — Pelos medicamentos e utensilios.

Classes inactivas — Pelo soldo de officiaes e praças.

Munições de bocca — Pelo sustento e dieta das guarnições dos navios da Armada.

Munições navaes — Pelos casos fortuitos de avaria, naufragios, alijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

Frete — Para commissão de saque, passagens autorizadas por lei, fretes de volumes e ajudas de custo.

Eventuaes — Para tratamento de officiaes e praças em portos estrangeiros e em Estados onde não ha hospitales e enfermarias e para despesas de enterramento e gratificações extraordinarias determinadas por lei.

Ministerio da Guerra

Serviço de Saude — Pelos medicamentos e utensilios a praças de pret.

Soldo, etapas e gratificações de praças — Pelas que occorrem além da importancia consignada.

Classes inactivas — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformados.

Ajudas de custo — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajam em commissão de serviço.

Material — Diversas despesas pelo transporte de tropas.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Garantia de juros de estradas de ferro e portos — Pelo que exceder ao decretado.

Ministerio da Fazenda

Juros e amortização e mais despesas da divida externa.

Juros da divida interna fundada — Pelos que occorrerem no caso de fundar-se parte da divida fluctuante ou de se fazerem operações de credito.

Juros e amortização dos empréstimos internos.

Juros da divida inscripta, etc. — Pelos reclamados além do algarismo orçado.

Inactivos e pensionistas — Pelas aposentadorias, pensões, meio sodo, montepio e funeral, quando a consignação não fôr sufficiente.

Caixa de Amortização — Pela assignatura de notas.

Recebedoria — Pelas percentagens aos empregados quando as consignações não forem sufficientes.

Alfandegas — Pelas percentagens aos empregados, quando as consignações excederem ao credito votado.

Mesas de rendas e collectorias — Pelas percentagens aos empregados, quando não bastar o credito votado.

Fiscalização e mais despesas de impostos de consumo, de transporte e de sello — Pelas percentagens, diarias, passagens e transporte.

Ajudas de custo — Pelas que forem reclamadas além da quantia orçada.

Juros diversos — Pelas importancias que forem precisas além das consignadas.

Commissões e corretagens — Pelo que for necessario além da somma concedida.

Exercícios findos — Pelas aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei e outras despesas, nos casos do art. 41 da lei n. 3.230, de 3 de setembro de 1884.

Reposições e restituições — Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia delles exceder á consignação.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1924. — R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.793 A — DE 7 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza a abrir pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 51:500\$, para pagamento do premio devido a Vicente dos Santos Caneco & Comp. pela construcção do navio de explosão "Bragança"

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 51:500\$ para occorrer ao pagamento do premio que é devido aos constructores navaes, Vicente dos Santos Caneco & Comp., pela construcção do navio de explosão *Bragança*, destinado a servir de barca-pharol nos baixos de Bragança, no Estado do Pará, de accôrdo com o § 2º do art. 132 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, podendo, para tal fim, realizar a necessaria operação de credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.794, DE 7 DE JANEIRO DE 1924

Fixa a Força Naval para 1924 e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A força naval para o anno de 1924 constará:

§ 1.º Dos officiaes do Corpo da Armada e das classes annexas constantes dos respectivos quadros.

§ 2.º Dos sub-officiaes e assemelhados, de accôrdo com os respectivos quadros.

§ 3.º De 80 alumnos, no maximo, para a Escola Naval.

§ 4.º De 5.500 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, distribuidas pelas diversas classes, de accôrdo com as necessidades do serviço, incluindo inferiores e cabos.

§ 5.º De 2.000 foguistas, marinheiros do Corpo de Marinheiros Nacionais, distribuidos pelas diversas classes, de accôrdo com as necessidades do serviço, incluindo inferiores e cabos.

§ 6.º De 300 foguistas contractados, incluindo cabos.

§ 7.º De 1.200 alumnos das Escolas de Aprendizizes e 300 da de Grumetes.

§ 8.º De 880 praças do Batalhão Naval, incluindo inferiores e cabos. Mais uma companhia de 51 soldados, tres cabos e um sargento para o serviço do presidio militar da ilha das Cobras, escoltas e fachineiros dos presos militares alli existentes.

Art. 2º. Em tempo de guerra a força naval compor-se-ha do pessoal que for necessario.

Art. 3º. O tempo de serviço na Armada será:

- a) de dous annos de instrucção para os sorteados;
- b) de tres annos para os engajados, reengajados e voluntarios;
- c) de nove annos para os procedentes das Escolas de Aprendizizes ou de Grumetes, contados da data do assentamento de praça no Corpo de Marinheiros Nacionaes.

Art. 4º. Os claros que se abrirem no pessoal da Armada serão preenchidos pela Escola Naval, pelas de Aprendizizes Marinheiros ou de Grumetes, pelo voluntariado sem premio e, na falta deste, pelo sorteio geral para a Armada, na fórma da organização e regulamentação que lhe for dada, para o que fica o Poder Executivo autorizado a providenciar, de accôrdo com art. 87, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 5º. As praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes e do Batalhão Naval que, findo o tempo de serviço, se reengajarem por tres annos, receberão soldo e meio, e aquellas que, concluido esse prazo, se reengajarem por mais tres annos, receberão soldo dobrado.

Art. 6º. As praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes e do Batalhão Naval que completarem tres annos de serviço com exemplar comportamento terão uma gratificação igual á metade do soldo simples da classe em que estiverem, sem prejuizo das demais gratificações a que tiverem direito.

Art. 7º. As praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes e do Batalhão Naval que se engajarem ou se reengajarem terão direito em cada engajamento ao valor em dinheiro das peças de fardamento gratuitamente distribuidas por occasião de verificarem a primeira praça.

Art. 8º. As praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes e do Batalhão Naval approvadas nos cursos das diversas especialidades e as que exercerem cargos definidos no decreto n. 7.399, de 14 de maio de 1909, e as que se acharem incluídas em outras disposições em vigor, terão direito ás respectivas gratificações especiaes, além das demais vantagens que lhes competirem.

Art. 9º. A Armada se subdivide em:

- a) Marinha de Guerra;
- b) reservas.

A Marinha de Guerra compõe-se do pessoal a que se refere o art. 1º.

As reservas compõem-se das de 1ª, 2ª e 3ª categorias, constituidas de accôrdo com o regulamento do sorteio.

Art. 10. O Poder Executivo proporcionará a instrucção technica e pratica adequada á obtenção de caderneta por parte dos reservistas.

Art. 11. Continúa em vigor a autorização contida no artigo 13 do decreto n. 4.015, de 9 de janeiro de 1920.

Art. 12. Para o preenchimento das vagas abertas até 31 de dezembro de 1924, ficam dispensadas as exigencias de dias de viagem e as de tempo de commando em navio prompto a

navegar no oceano, nos termos da lei de promoções ora em vigor.

Art. 13. Poderão ser excluídos da relação do sorteio para composição dos conselhos de justiça militar os officiaes que, a juizo do ministro da Marinha, não devam ser afastados das commissões que estiverem desempenhando.

Art. 14. Serão considerados como de embarque em navios de guerra, para effeitos de promoção, os serviços prestados na Aviação Naval, sendo os dias de vôo considerados como dias de viagem em navio de guerra.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a rever o actual "guia" para o abono de gratificações a praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, uniformizando as actuaes gratificações e estabelecendo as que julgar necessarias.

Art. 16. Fica reduzido a seis mezes consecutivos o tempo fóra da séde exigido pelo art. 9º, letra *d*, do decreto n. 4.018, de 9 de janeiro de 1920.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a remodelar os quadros de capitães tenentes e capitães de corveta do Corpo da Armada, podendo conceder reforma, durante a vigencia da presente lei, com os vencimentos integraes e graduação no posto immediato, áquelles que o requererem e contarem mais de 40 annos de idade e 25 de serviço, sem augmento de despeza.

Paragrapho unico. As vagas que se derem em virtude deste artigo, no quadro de capitães-tenentes, não serão preenchidas até que esse quadro fique reduzido a duzentos.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a guardas-marinha para o respectivo corpo os aspirantes que, na vigencia do regulamento de 1920, se matricularam no curso de machinas e que foram approvados no 3º anno da Escola Naval e que para tal fim tiverem requerido.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a passar para o Corpo de Saude da Armada, com os postos que tiverem, e na vigencia da presente lei, os primeiros-tenentes e capitães-tenentes do Corpo da Armada formados em medicina.

Paragrapho unico. Os officiaes assim transferidos para o Corpo de Saude serão collocados na escala do respectivo quadro ao lado dos medicos que lhes corresponderem em antiguidade, contada do posto de 1º tenente graduado o mesmo criterio observado no Q. F.

Art. 20. Os officiaes na reserva com licença para se empregarem na marinha mercante e industrias relativas á Marinha contam pela metade o tempo de serviço que exceder de dous annos e começam a perder antiguidade após esse prazo.

Art. 21. Para os effeitos do artigo 10 do regulamento de promoções da Armada, annexo ao decreto n. 14.250, de 7 de julho de 1920, será contado aos capitães de fragata, como de exercicio effectivo de commando, o tempo em que exercerem a função de segundos commandantes a bordo dos navios typo *Minas Geraes*, na conformidade do decreto de 6 de junho de 1923.

Art. 22. Aos officiaes pertencentes aos quadros reorganizados em 1922 será, na vigencia desta lei, concedida promoção, desde que tenham um anno de embarque ou condição equivalente na lei de promoções, para os officiaes das classes annexas.

Art. 23. Continuam em vigor os arts. 13 e 23 do decreto n. 4.626, de 3 de janeiro de 1923.

Art. 24. Ao 1º tenente Helvecio Coelho Rodrigues contar-se-ha como tempo de embarque o periodo em que esteve á disposição do Ministerio da Agricultura, estudando no estrangeiro o problema do aproveitamento do combustivel nacional.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.794 A — DE 7 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 150:000\$, complementar á verba 22ª do orçamento de 1923, e que se refere á ajuda de custo aos funcionarios do mesmo ministerio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 150:000\$, complementar á verba 22ª do orçamento vigente, e que se refere á ajuda de custo aos funcionarios do mesmo ministerio, podendo, caso seja necessario, fazer operações de credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.795 — DE 7 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito necessario para pagar differenças de vencimentos ao engenheiro José Antonio Martins Romeu

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito necessario para pagar ao engenheiro Dr. José Antonio Martins Romeu a importancia de 12:464\$558 (doze contos quatrocentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e oito réis), a que tem direito por differença de vencimentos

por serviços prestados na ex-commissão administrativa das obras do porto do Rio de Janeiro, sendo 8:693\$884, em virtude de sentença judiciaria e 3:770\$674, já reconhecidos pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, em processo regular.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.795 A — DE 7 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 174:231\$203, para pagamento a D. Marianna Cunha de Vasconcellos e filhos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 174:231\$203, para attender ao pagamento do que é devido a D. Marianna Cunha de Vasconcellos e seus filhos, correspondente ás percentagens a que tinha direito o seu fallecido marido e pae Manoel de Vasconcellos, desde a data em que foi illegalmente demittido do lugar de collecter federal de S. Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, até a de seu fallecimento; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.796 — DE 7 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de réis 247:050\$503, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, para pagamento de indemnizações á Companhia de Seguros Anglo Sul-Americana

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 247:050\$503 (duzentos e quarenta e sete contos cincoenta mil

e quinhentos e tres réis), podendo para esse fim, fazer as necessarias operações de credito, para pagamento de indemnizações á Companhia de Seguros Anglo Sul-Americana, por mercadorias incendiadas em transporte na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.797 — DE 8 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os creditos especiaes de 76:157\$500 e 529\$331, respectivamente, para liquidação dos compromissos assumidos pelo Governo com a realização dos funeraes e das exequias do senador Ruy Barbosa e para pagamento de addicionaes sobre seus vencimentos a um empregado da Secretaria da Camara dos Deputados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 76:157\$500, para liquidação dos compromissos assumidos pelo Governo com a realização dos funeraes e das exequias do senador Ruy Barbosa, nos termos da lettra a do art. 3.º do decreto n. 15.977, de 2 de março de 1923, e podendo, para esse fim, fazer as necessarias operações de credito.

Art. 2.º Fica o Presidente da Republica igualmente autorizado a abrir, pelo mesmo ministerio, o credito especial de 529\$331, para o pagamento de addicionaes sobre os seus vencimentos, de 23 de novembro de 1922 a 31 de dezembro de 1923, a que tem direito o empregado da Secretaria da Camara dos Deputados, Leonardo do Amaral Teste.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.798 — DE 8 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 2:593\$548, ou a fazer as necessarias operações de credito, até essa quantia, para pagamento da pensão que compete a D. Iréne Pas dos Santos, no periodo de 23 de julho de 1922 a 31 de dezembro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 2:593\$548, ou a fazer as necessarias operações de credito até essa quantia, para pagamento da pensão que, no periodo de 23 de julho de 1922 a 31 de dezembro de 1923, compete a D. Irene Pas dos Santos, viuva do guarda Civil de 1ª classe, Avelino Climaco dos Santos, fallecido por ferimentos recebidos, quando em exercicio de suas funcções.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.799 — DE 8 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 976\$, ou a fazer as necessarias operações de credito, para pagamento de pensões a D. Maria Pereira Toja, no periodo de 27 de abril a 31 de dezembro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 976\$, ou fazer as necessarias operações de credito afim de occorrer ao pagamento relativo ao periodo de 27 de abril a 31 de dezembro de 1923, da pensão devida, nos termos do art. 1º da lei n. 3.605, de 11 de dezembro de 1918, e na conformidade dos arts. 114 e 117 do regulamento approved pelo decreto n. 13.878, de 14 de novembro de 1919, a D. Maria Pereira Toja, viuva do guarda civil de 2ª classe, Manoel Toja Na-

varro, fallecido em 27 de abril de 1923, em consequencia de ferimentos recebidos, quando em exercicio de suas funções.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica,

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves,

DECRETO N. 4.800 — DE 9 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os creditos especiaes de 1:059\$677 e 580\$645, para pagamento, no anno de 1923, das pensões que competem, respectivamente, aos guardas civis Bartholomeu Araponga e Amaro Jacome de Araujo

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os creditos especiaes de 1:059\$677 e 580\$645, para pagamento, no anno de 1923, das pensões que competem, respectivamente, aos guardas civis Bartholomeu Araponga e Amaro Jacome de Araujo, nos periodos de 30 de maio a 31 de dezembro e de 6 de agosto a 31 de dezembro, nos termos do art. 4º da lei n. 3.605, de 11 de dezembro de 1918, e do art. 114 do regulamento aprovado pelo decreto n. 13.878, de 14 de novembro de 1919.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.800 A — DE 9 DE JANEIRO DE 1924

Concede a D. Anna de Serpa, viuva do Dr. Justiniano de Serpa, uma pensão mensal de um conto de réis

Estacio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado Federal:

Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º E' concedida á D. Anna de Serpa, viuva do Dr. Justiniano de Serpa, uma pensão mensal de um conto de

réis (1:000\$000), a qual, por sua morte, reverterá á sua filha solteira, enquanto permanecer nesse estado civil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 9 de janeiro de 1924.

ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA,

Presidente.

DECRETO N. 4.801 — DE 9 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a amparar a exploração industrial siderurgica e carbonifera existente e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a amparar a exploração industrial siderurgica e carbonifera existente, a facilitar o seu maior desenvolvimento e a fundar novas usinas adequadas á producção moderna de aço, nos termos das bases abaixo especificadas, podendo, para esse fim, realizar as necessarias operações de credito.

I. Prorogar até 31 de dezembro de 1926 os prazos dos decretos ns. 12.943 e 12.944, de 30 de março de 1918, limitando-se o total dos auxilios permittidos nesses decretos ao maximo de 50.000 contos, computados os já concedidos.

II. Promover, mediante concurrencia publica, a construcção de tres usinas modernas com capacidade para a producção annual de 50.000 toneladas de aço cada uma; a primeira, no valle do Rio Doce, preferindo-se ahi o emprego de altos fornos electricos; outra, no valle do Paraopeba, para altos fornos, a coke mineral, preferindo-se o de carvão nacional; e a terceira, nas proximidades da região carbonifera de Santa Catharina, para altos fornos, consumindo coke nacional.

Paragrapho unico. Para a escolha das pessoas ou emprezas que hajam de construir essas usinas, além da idoneidade industrial e financeira, exigirá o Governo que o contractante seja brasileiro e possua mina de ferro ou de carvão em logar adequado, dentro da região designada, com os elementos necessarios ao trabalho e á vida de um centro de industria, verificada, no primeiro caso, a capacidade necessaria a uma longa exploração e o teor do minerio de ferro; e, no segundo caso, a importancia da jazida carbonifera, com a possibilidade de produzir coke metallurgico.

O contractante demonstrará tambem a sua capacidade financeira para contribuir, em tempo opportuno, com 20% da quantia que o Governo reconheça, mediante a approvação de planos e orçamentos, exclusivamente para occorrer ao custo da usina, seu aparelhamento e dependencia indispensaveis.

III. Para essa construcção o Governo, depois de fixado o custo para a tonelada de producção annua, que não poderá exceder de 600\$ por tonelada de aço, accrescida de 100\$ por tonelada de coke para a usina especial de cokeificação e de mais 600\$ por KW, até o maximo de 15.000 KW, para a

usina electro-siderurgica, o Governo se obrigará a emprestar 80 % do orçamento que approvar, ao juro de 6 %. As contribuições do Governo e as dos contractantes serão simultaneamente depositadas em uma caixa especial, que seja creada para a defesa e auxilio da industria siderurgica e de combustiveis mineraes, ou no Banco do Brasil, em conta especial. O primeiro deposito será de 50 % da somma que a cada um couber realizar na proporção já dita de 80 % de emprestimo do Governo e 20 % realizado pelo contractante, e os ultteriores na forma que fôr determinada no contracto. No caso do orçamento exceder o maximo que o Governo fica autorizado a subvencionar, correrá por conta do contractante o excesso que houver, devendo essa differença ser addicionada á quota de 20 %, podendo ser feitos em titulos da divida publica federal, pela cotação média, os depositos relativos ao excesso do orçamento.

O emprestimo não vencerá juros nos cinco primeiros annos, contados da data da primeira prestação, e só começará a ser amortizado 10 annos depois da mesma data, por annuidades uniformes durante vinte annos, computado o juro de 6 %. Das quantias assim depositadas, nenhuma poderá ser retirada sem o visto do fiscal ou delegado do Governo, que exigirá a comprovação da applicação das sommas já retiradas.

IV. As usinas assim construidas, minas que as sirvam, terrenos, quédas de agua e bemfeitorias que as completem, serão préviamente hypothecadas ao Governo Federal, acautelando-se os direitos e interesses deste, por meio de clausulas adequadas.

V. No contracto será estipulado que a propriedade das usinas auxiliadas e demais bens hypothecados seja brasileira de direito e de facto, obrigando-se os contractantes, por si, herdeiros ou successores, a manter essa obrigação emquanto ellas existirem ou forem por qualquer forma exploradas as suas minas. Os titulos de sua propriedade, quando em acções, quinhões ou outros, serão nominativos.

VI. O Governo dará preferencia de consumo para os productos das usinas; isenção de impostos, tarifas reduzidas de transportes terrestres e maritimos; construirá os trechos de estrada de ferro indispensaveis; melhorará e apparelhará os portos de embarque e desembarque de productos siderurgicos e de combustiveis; e melhorará as vias ferreas existentes e regularizará a navegação fluvial e maritima ligada ao problema da siderurgia e dos combustiveis.

Promoverá, além disso, por todos os meios ao seu alcance, facilidades ao fabrico, transporte e consumo de productos dessas usinas.

VII. O Governo fará as desapropriações necessarias á execução do disposto nas clausulas anteriores e outras que, por utilidade ou necessidade publica, acautelem, no presente e no futuro, os interesses superiores da União e os da sua defesa ou que dependam da posse de quédas de agua, jazidas de ferro, de manganez e de combustiveis quasquer.

VIII. O Governo poderá construir a usina do valle do Rio Doce, directamente, providenciando ulteriormente sobre a melhor forma de exploração.

IX. A's usinas siderurgicas que já tenham obtido os auxilios do decreto n. 12.944, de 30 de março de 1918, poderá

o Governo conceder os favores estatuidos no n. III para a criação das tres usinas de que trata a clausula II, sobre o augmento de producção não excedente a 30.000 toneladas de aço para cada uma e rever, uma vez realizado o augmento, os contractos anteriores para serem uniformizados quanto ao valor do emprestimo, juros e amortização com os constantes da clausula III.

X. Para occorrer aos onus resultantes das disposições anteriores, além das consignações orçamentarias adequadas ao pagamento de algumas das providencias mencionadas e de outros recursos que o orçamento consigne, será creado um fundo especial com estes recursos e com o de taxas ou sobre taxas que lhe forem especialmente destinadas, perfeitamente escolhidas entre as que incidam sobre a importação.

Paragrapho unico. Por conta desse fundo, a cargo da caixa especial, si esta fôr creada, ou depositado no Banco do Brasil, fará o Governo as necessarias despesas e satisfará os juros e amortizações das operações de credito que haja de realizar.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

R. A. Sampaio Vidal.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.801 A — DE 9 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza a abertura do credito de 36:685\$833, para pagamento ao collector federal Augusto de Azevedo, em virtude de sentença judiciaria

Estacio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado Federal:

Faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 36:685\$853, ou a fazer as operações de credito que forem necessarias, para atender ao pagamento decretado por sentença judiciaria em favor de Augusto de Azevedo, collector federal em Jardinopolis, Estado de S. Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 9 de janeiro de 1924.

ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA,
Presidente.

DECRETO N. 4.802 — DE 9 DE JANEIRO DE 1924

Regulá a importação de adubos e fertilizantes para applicação na agricultura

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º A importação de adubos com applicação na agricultura, ou fertilizantes da terra, quer naturaes, quer artificiaes, corpos simples ou resultado de misturas, se fará mediante o unico pagamento de 2 %, papel, de expediente, calculando o valor pela factura consular.

Art. 2.º No momento actual a nomenclatura dos adubos ou fertilizantes da terra deve comprehender os seguintes productos em estado impuro: chlorureto de potassio, sulphato de potassio, kainit, phosphato de calcio, superphosphato de calcio, escorias Thomas, nitrato de sodio ou salitre do Chile, sulphato de ammoniaco, guanos, misturas de adubos contendo potassa, acido phosphorico e azoto.

Art. 3.º De futuro, qualquer outro producto que venha a ter applicação na agricultura, como adubo, deverá ser incorporado aos enumerados no art. 2º, por acto do ministro da Fazenda, em aviso ás repartições fiscaes, em virtude de requisição do ministro da Agricultura.

Art. 4.º A importação póde ser realizada indistinctamente, por syndacatos ou sociedades agricolas, agricultores, sociedades anonymas ou commerciaes ou por simples commerciantes.

Art. 5.º Na isenção completa de direitos alfandegarios e de consumo especificados no art. 1º se comprehendem tambem os saccos que servem de envoltorio aos adubos, quer sejam elles singelos ou duplos, pela imprestabilidade desse material, após essa utilização.

Art. 6.º Os productos como adubos especificados no artigo 2º devem ser comprehendidos entre os generos da tabella H da tarifa alfandegaria ou na classificação que de futuro venha a ser praticada para o effeito de terem prompta sahida, livre de armazenagem, e como tal serem despachados sobre agua.

Art. 7.º Quando o inspector da alfandega ou o agente fiscal, a quem compete a verificação do producto, tiver duvidas sobre a sua natureza ou composição chimica, poderá deferir um volume dentre os importados, afim de submettel-o a verificação e analyse qualitativa pelo laboratorio respectivo, dando sahida immediata aos demais, mediante termo de responsabilidade, com as cautelas usuaes ou com deposito prévio do valor correspondente ao direito, no caso de importador originario, não esfahelecido na praça da respectiva alfandega.

Art. 8.º No caso de qualquer divergencia sobre a opinião do laboratorio alfandegario de analyse, não acceita esta pelo importador, deve o caso ser levado ao conhecimento do ministro da Agricultura, cuja solução definitiva deverá ser firmada em laudo do Instituto de Chimica do seu ministerio.

Art. 9.º Não será mistér para os despachos alfandegarios qualquer audiencia do Tribunal de Contas.

Art. 10. Fica o Governo autorizado a suspender a execução da presente lei quanto aos similares que forem produzidos no paiz e nos termos do art. 8º do decreto n. 8.592, de 8 de março de 1911.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.803 — DE 9 DE JANEIRO DE 1924

Fica revelada a prescripção em que incorreu o direito do major reformado Justiniano Fausto de Araujo, á contagem em dobro do tempo de serviço decorrido de 2 de abril de 1867 a 14 de maio de 1869, para os efeitos da melhoria de reforma

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica relevada a prescripção em que incorreu o direito do major reformado Justiniano Fausto de Araujo á contagem em dobro do tempo de serviço decorrido de 2 de abril de 1867 a 14 de maio de 1869.

Art. 2.º O referido tempo de serviço será contado em dobro sómente para effeito de melhoria de reforma daquello official, nos termos do art. 16 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DÉCRETO N. 4.803 A — DE 9 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, um credito de 100:000\$, suplementar á verba 31ª, "Substituições", do orçamento passado e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, um credito de 100:000\$, supple-

mentar á verba 31ª, "Substituições", do orçamento vigente, podendo, para esse fim, fazer as operações necessarias.

Art. 2.º Fica igualmente o Presidente da Republica autorizado a abrir, os necessarios creditos para pagamento da differença de vencimentos a que teem direito os ministros togados do Supremo Tribunal Militar, os ministros da Tribunal de Contas, e os representantes do Ministerio Publico junto ao mesmo tribunal, que estão equiparados por lei, aos desembargadores da Côrte de Appellação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.804 — DE 11 DE JANEIRO 1924

Os sargentos aos quaes se refere o art. 1º do decreto n. 4.653, de 17 de janeiro de 1923, ficam considerados reformados no posto de 2º tenente

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Os sargentos aos quaes se refere o art. 1º do decreto n. 4.653, de 17 de janeiro de 1923, ficam considerados reformados no posto de 2º tenente, com as vantagens concedidas aos officiaes no citado decreto.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os creditos necessarios á execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 4.805 — DE 11 DE JANEIRO DE 1924

Manda contar ao engenheiro civil Conrado Alvaro de Campos Penafiel, o tempo em que esteve afastado do cargo de ajudante de chefe de linha da Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguayana

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a mandar contar ao engenheiro civil Conrado Alvaro de Campos Penafiel, para os effeitos tão sómente de sua aposentado-

ria, o tempo em que esteve afastado de seu antigo cargo de ajudante de chefe da linha da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, a contar de 31 de junho de 1892 até a data em que foi novamente aproveitado pelo Governo Federal; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco S

DECRETO N. 4.806 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Approva os Protocollos relativos ás emendas aos artigos 6°, 16° e 26° do Pacto da Liga das Nações

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.° Ficam approvados os Protocollos relativos ás emendas aos arts. 6°, 16° e 26° do Pacto da Liga das Nações, votadas pela segunda assembléa da mesma Liga.

Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.807 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Approva o Tratado de 3 de Maio de 1923, assignado em Santiago, tendo por fim evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.° Fica approvado o Tratado de 3 de Maio de 1923, assignado em Santiago, tendo por fim evitar ou prevenir conflictos entre Estados Americanos.

Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.808 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Approva a Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros, assignada na cidade de Santiago em 3 de maio de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvada a Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros, assignada na cidade de Santiago, em 3 de maio de 1923, pelos delegados plenipotenciarios do Brasil á Quinta Conferencia Internacional Americana.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.809 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 527:283\$869, ouro, suplementar ás verbas 6ª, 7ª, 8ª, 11ª e 13ª, do orçamento de 1923.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito suplementar de 527:283\$869, ouro, assim distribuido por diferentes verbas do orçamento vigente: Verba 6ª, "Congressos e Conferencias", 2ª consignação, 100:000\$000; Verba 7ª, "Serviço telegraphico", 150:000\$000; Verba 8ª, "Repartições internacionaes", contribuição para a Liga das Nações, mais 324.277,92 francos, ouro — 127:283\$969; Verba 11ª, "Ajudas de custo", 50:000\$000; Verba 13ª, "Expansão economica", 2ª consignação, 100:000\$000.

Art. 2.º Fica outrosim, o Poder Executivo autorizado a realizar, para os fins do art. 1º, a necessaria operação de credito.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.810 — DE 12 DE JANEIRO DE 1924

Approva a Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e dos nomes commerciaes, assignada em Santiago do Chile, em 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvada a Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio ou agricultura e dos nomes commerciaes, assignada na Conferencia Internacional Americana, em Santiago do Chile, em 1923.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.811 — DE 16 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de \$ 87.250 (oitenta e sete mil duzentos e cincoenta dollars), ouro americano, para pagamento á The Baldwin Locomotive Works

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de \$ 87.250 (oitenta e sete mil duzentos e cincoenta dollars), ouro americano, para pagamento de igual quantia á The Baldwin Locomotive Works, pelo fornecimento de quatro locomotivas, em 1922, á Estrada de Ferro Central do Piahy; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.812 — DE 16 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2.000:000\$, ouro, e o de 22.000:000\$, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2.000:000\$, ouro, e o de 22.000:000\$, papel, ou a fazer as necessarias operações de credito, para satisfazer ao pagamento das dividas de exercicios findos já apuradas e das que forem até 31 de dezembro de 1923, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.813 — DE 16 DE JANEIRO DE 1924

Isenta do pagamento de direitos aduaneiros e quaesquer taxas o material importado pelo Estado do Maranhão, destinado á installação de varios serviços

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica isento do pagamento de direitos aduaneiros e quaesquer taxas o material importado pelo Estado do Maranhão, para construção dos esgotos e abastecimento de agua e installações publicas e domiciliaries de sua capital, restituindo-se ao Estado o que, porventura, já foi pago durante o corrente exercicio.

Art. 2.º Fica igualmente isento de pagamento de direitos aduaneiros e quaesquer taxas o material importado pelo Estado de Pernambuco, para os serviços de esgotos e obras complementares do porto de Recife.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.814 — DE 17 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, creditos supplementares, na importância total de 420:018\$165, para supprir deficiencias dos consignados nas verbas 20, 28, 17, 18 e 41 do art. 2º da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, e os creditos especiaes de 70:186\$, para pagamento da reimpressão dos Annaes da Constituição Republicana, e de 270\$, 105\$ e 58\$500, para pagamento de addicionaes sobre os respectivos vencimentos a tres empregados da Secretaria da Camara dos Deputados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito supplementar de 420:018\$165, para supprir deficiencias dos creditos consignados nas verbas 20, 28, 17, 18 e 41 do art. 2º da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a abrir, pelo mesmo ministerio, o credito especial de 70:186\$, que será posto á disposição da Mesa da Camara dos Deputados, para pagamento da reimpressão dos *Annaes da Constituinte Republicana*, ordenada em resolução da mesma Camara e mandada executar, podendo ser feitas, para esse fim, as necessarias operações de credito.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo, ainda, autorizado a abrir, pelo mesmo ministerio, os creditos especiaes de 270\$, 105\$ e 58\$500, para o pagamento, respectivamente, a Manoel Alves de Magalhães, Paulo Pereira da Silva e Francisco Fernandes Braga, empregados da Secretaria da Camara dos Deputados, de 15 %, mais 5 % e 15 % de addicionaes sobre os seus vencimentos, a partir de 1 de abril, 1 de junho e 22 de novembro a 31 de dezembro de 1922.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.815 — DE 18 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 3:209\$037, ouro, para pagamento d The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited, dos juros de 9 % ao anno, sobre o capital empregado nos trabalhos de esgoto de Copacabana, Leme e Ipanema, relativos aos sete ultimos dias do mez de dezembro de 1922

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de tres contos duzentos e nove mil e trinta e sete réis (3:209\$037), ouro, para pagamento á The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited, dos juros de 9 % ao anno, sobre o capital empregado nos trabalhos de esgoto de Copacabana, Leme e Ipanema, juros estes correspondentes aos sete ultimo dias do mez de dezembro de 1922.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1924, 103º da Independência e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.816 — DE 19 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito especial de 649:114\$913 (seiscentos e quarenta e nove contos cento e quatorze mil novecentos e treze réis), para pagamento do resgate da Estrada de Ferro do Bananal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 649:114\$913 (seiscentos e quarenta e nove contos cento e quatorze mil novecentos e treze réis), destinado ao pagamento, a quem de direito, do resgate da Estrada de Ferro do Bananal, occupada pelo Governo Federal em virtude do decreto numero 13.206, de 25 de setembro de 1918.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1924, 103º da Independência e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

da verba 15ª do art. 2º da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923: "Condução de enfermos, alienados e cadáveres", 22:401\$483; "Para pagamento a peritos e despesas com a expulsão de estrangeiros, extradição e passagens, via marítima", 13:975\$; "Iluminação e força motriz", 27:107\$468; "Linhas telegraphicas e telephonicas", 22:484\$100; "Objectos de expediente, livros, etc.", 18:240\$101; "Acquisição e custeio de material de transporte da Policia, etc.", 5:452\$153, e "Para sustento dos presos do Depósito da Policia", 4.007\$988.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.826 — DE 27 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um crédito de 20:000\$000, supplementar ao da consignação "Material — Custeio e conservação de dous automoveis", da verba n. 12 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito de 20:000\$, papel, supplementar á consignação "Material — Custeio e conservação de dous automoveis", da verba 12ª do art. 2º da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.826 A — DE 31 DE JANEIRO DE 1924

Corrige enganos com que foi publicada a lei n. 4.793, de 7 do corrente, que fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1924.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em vista do que expoz a Mesa da Camara dos Deputados em mensagens de 10 e 29 do corrente, encaminhadas ao Minis-

terio de Estado dos Negocios da Fazenda com os officios ns. 9 e 25, das mesmas datas, da secretaria daquella Camara:

Faço saber que a lei n. 4.793, de 7 do corrente, que fixa a despesa geral da Republica para o exercicio de 1924, deve ser executada com as seguintes correções:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores -- Artigo 2º, verba 6ª, Secretaria do Senado, supprimam-se as palavras: "para pagamento de vencimentos a funcionarios nomeados em 1920, relativos aos mezes de novembro e dezembro"; verba 12ª, Justiça Federal, Secretaria do Supremo Tribunal Federal, onde se lê: "no total de 368:200\$", leia-se: "no total de 375:400\$"; sub-consignação 27ª, onde se lê: "4.080\$", leia-se: "6:600\$", ficando para 2.758:875\$200 a dotação fixa e para 1.018:430\$118 a dotação variavel; verba 13ª, Justiça do Districto Federal, nas dotações fixa e variavel, onde se lê: "2.979:150\$ e 385:056\$118", leia-se respectivamente: "2.929:350\$ e 376:449\$118"; verba 15ª, Policia do Districto Federal, na dotação fixa, onde se lê: "5.711:704\$950", leia-se: "6.411:704\$950"; verba 16ª, Policia Militar, na dotação fixa, onde se lê: "8.182:950\$669", leia-se "8.177:951\$069"; verba 21ª, Departamento Nacional de Saude Publica, substitua-se a discriminação do pessoal da Inspectoria de Engenharia Sanitaria pela que se segue: um inspector, ordenado 10:800\$, gratificação 5:400\$, 16:200\$; tres engenheiros chefes de secção, a ordenado 10:000\$, gratificação 5:000\$, 45:000\$; cinco engenheiros de 1ª classe a, ordenado 8:000\$, gratificação 4:000\$, 60:000\$; quatro engenheiros de 2ª classe a, ordenado 6:400\$, gratificação 3:200\$, 38:400\$; tres conductores de serviço a, ordenado 4:000\$, gratificação 2:000\$, 18:000\$; um desenhista de 1ª classe, ordenado 4:000\$, gratificação 2:000\$, 6:000\$; dous desenhistas de 2ª classe a, ordenado 3:600\$, gratificação 1:800\$, 10:800\$; um segundo official, ordenado 4:800\$, gratificação 2:400\$, 7:200\$; um contador, ordenado 4:000\$, gratificação 2:000\$, 6:000\$; quatro terceiros officiaes a, ordenado 3:600\$, gratificação 1:800\$, 21:600\$; cinco escripturarios a, ordenado 2:400\$, gratificação 1:200\$, 18:000\$; quatro auxiliares a, ordenado 2:400\$, gratificação 1:200\$, 14:400\$; dous continuos a, ordenado 1:600\$, gratificação 800\$, 4:800\$; cinco serventes (salario annual) a, gratificação 1:800\$, 9:000\$, total 275:400\$". Na rubrica X, Inspectoria de Hygiene Infantil -- consignação -- 6 medicos, onde se lê: "ordenado", leia-se: "gratificação". Na rubrica XXII, Hospital Paula Candido, onde se lê: "um praticante de pharmacia com 2:880\$", leia-se: um praticante de pharmacia com 1:440\$". Na rubrica II, "Material", Inspectoria de Demographia Sanitaria e Propaganda, Aluguel de machinas de apuração, onde se lê: "5:500\$", leia-se: "5:100\$". Na rubrica III, Inspectoria de Engenharia Sanitaria, no total da parte "material", onde se lê: "54:900\$", leia-se: "56:900\$". Na rubrica XVIII, Inspectoria de Prophylaxia Maritima, na somma das dotações do material, onde se lê: "172:072\$500", leia-se: "173:072\$500". Rubrica XXII, Hospital Paula Candido, nas dotações referentes ás consignações "Diétas" e "Serviços Industriais do Estado", onde se lê: "43:480\$" e "150\$", leia-se: "43:680\$" e "100\$", respectivamente. Na consignação destinada ao serviço de Prophylaxia Rural no Estado do Maranhão, rubrica XXV (Serviço nos Estados), onde se lê: "550:600\$", leia-se "550:000\$". Na mesma rubrica XXV, Direcfloria de

Saneamento Rural, Serviços nos Estados, onde se lê: "Pará 400:000\$" leia-se: "Paraná 400:000\$". Os tolaes geraes da verba 21ª do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores ficam sendo, portanto, os seguintes: Ouro, variavel, 3.356:617\$855, papel, fixo, 11.720:956\$450 e variavel 11.610:633\$000. Verba 25ª, Instituto Nacional de Musica, na dotação fixa, onde se lê: "376:920\$", leia-se: "376:980\$"; verba 26ª, Instituto Benjamin Constant, na dotação fixa, onde se lê: "338:748\$100", leia-se: "338:848\$100"; verba 28ª, Bibliotheca Nacional, na dotação fixa, onde se lê: "453:871\$500", leia-se: "453:471\$500"; verba 31ª, Corpo de Bombeiros, nas dotações fixa e variavel, onde se lê: "2.275:043\$966" e "2.298:003\$350", leia-se, respectivamente: "2.221:352\$008" e "2.286:992\$350"; verba 32ª, Administração, Justiça e outras despesas, no Territorio do Acre, na dotação variavel, onde se lê: "1.502:619\$168", leia-se: "1.475:018\$168"; na verba 37ª, Subvenções, Districto Federal, supprima-se a segunda consignação de 60:000\$ para o Orphanato Ozorio, passando a somma para 1.866:000\$; no Estado de São Paulo, na somma, onde se lê: "181:370\$", leia-se: "188:870\$", ficando para o total da verba 5.173:620\$000.

Ministerio das Relações Exteriores — Art. 37, verba 1ª, "Secretaria de Estado", onde se lê: "reduzida de 251:513\$500", leia-se: "reduzida de 261:513\$500", ficando a dotação variavel para 619:500\$; verba 7ª, "Repartições Internacionais", onde se lê: 398:220\$073", leia-se: "398:200\$403"; verba 9ª, "Extraordinarias no Exterior", na dotação, onde se lê: "400:000\$", leia-se: "470:000\$"; verba 10ª, "Expansão Economica" (2ª consignação ouro), diga-se: 240:000\$, passando o total geral da despesa papel para 2.745:644\$, a dotação variavel ouro para 3.240:138\$181, e o total ouro para 5.866:938\$181: Artigo 40, fica redigido da seguinte forma: "A partir de 1 de fevereiro de 1924, ficam sem vencimentos e sob as penas legais todos os funcionarios do Corpo Diplomatico e do Corpo Consular que se acharem no Brasil fóra do disposto no artigo 41 do decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920 (férias extraordinarias) ou do artigo 17 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921 (licença especial de 10 e 20 annos de serviço publico), exceptuando-se os que se acharem servindo no gabinete da Presidencia da Republica e no Gabinete do ministro do Exterior, dentro dos respectivos quadros regulamentares, os quaes terão os seus vencimentos integraes, descontados apenas da gratificação que couber aos seus substitutos"; onde se lê: "Artigo 43", leia-se: "Artigo 42 bis".

Ministerio de Estado dos Negocios da Guerra — Artigo 57ª, diga-se: "arts. 57 a 157"; verba 15ª, "Serviços Geraes", onde se lê: "reduzida de 5.620:000\$", leia-se: "reduzida de 6.078:000\$", passando o total da verba para 171.953:896\$240.

Ministerio de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio — Artigo 174, no total da verba papel, onde se lê: "46.053:460\$322", leia-se: "46.069:140\$322"; verba 5ª, "Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas", onde se lê: "augmentada de 232:560\$", leia-se: "augmentada de 41:560\$"; verba 11ª, "Museu Nacional", Pessoal, na sub-consignação n. 14, onde se lê: "1:800\$", leia-se: "1:600\$"; verba 14ª, "Serviço de Industria Pastoral", onde se lê: "augmentada de 393:680\$", leia-se "augmentada de 411:760\$", accrescentando-se no final da verba, depois de 240:000\$, o seguinte: "augmentada a somma da despesa fixa de 18:080\$,"

proveniente de erro existente na proposta, da seguinte fórma: 18:000\$, erro na somma das parcelas referentes ás consignações componentes da despesa fixa, e 80\$, erro na somma das parcelas componentes da parcella referente á consignação II, «Posto Experimental de Veterinaria do Districto Federal»; em consequencia, na somma da despesa fixa, em vez de: «3.063:256\$», diga-se: «3.081:336\$»; verba 18ª, «Directoria de Meteorologia», onde se lê: «reduzida de 80:000\$», leia-se: «reduzida de 82:400\$», accrescentando-se, no final da verba, depois de «80:000\$», o seguinte: «reduzidos a somma da rubrica 1, a somma da despesa fixa e o total da verba, de 2:400\$, proveniente de erro da proposta na somma das parcelas daquella rubrica»; e, em consequencia, na despesa fixa, em vez de: «864:362\$», diga-se: «861:982\$» na somma da despesa fixa no final desse orçamento, em vez de «12.979:028\$», diga-se: «12.994:708\$000».

Ministerio de Estado dos Negocios da Viação e Obras Publicas — Art. 196, verba 2ª, «Correios», onde se lê: «augmentada de 812:415\$», leia-se: «augmentada de 792:415\$»; verba 3ª, «Telegraphos — Material», onde se lê: «sub-consignação n. 1ª», leia-se: «sub-consignação n. 2ª» e supprima-se a palavra «conservação», corrigindo-se a dotação fixa papel para 12.924:940\$ e a dotação variavel papel para 19.437:078\$, passando a somma geral para 282.863:996\$806, papel.

Ministerio de Estado dos Negocios da Fazenda — Artigo 241, o total ouro passa a ser de 64.818:904\$017; verba 6ª, «Thesouro Nacional», onde se lê: «Augmentada de 122:160\$», leia-se: «Augmentada de 118:665\$, passando a dotação fixa para 2.600:104\$560»; verba 7ª, «Tribunal de Contas», na sub-consignação n. 22, onde se lê: «414:400\$», leia-se: «411:600\$», passando a dotação variavel para 1.463:600\$; verba 17ª, «Delegacias Fiscaes», onde se lê: «518:284\$», leia-se, na dotação variavel: «418:284\$»; verba 18ª, «Alfandegas», na dotação variavel, onde se lê: «4.388:706\$112», leia-se «4.488:706\$112»; verba 19ª, «Agencias aduaneiras», na dotação variavel, onde se lê: «718:832\$», leia-se: «716:332\$000».

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.826 B — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1924

Autoriza a conceder a D. Clara Brand, e a seus filhos, viuva do photographo Ehrard Brand, morto no desastre do encouraçado "Aquidaban", uma pensão mensal de 165\$, nos termos da lei n. 3.505, de 29 de janeiro de 1918

Antonio Francisco de Azeredo, vice-presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder, repartidamente, a D. Clara Brand, viuva do photographo

Ehrard Brand, morto com seu filho Victor Brand, no desastre que afundou o encouraçado *Aquidaban* na noite de 21 de janeiro de 1906, e ás suas filhas, ainda solteiras, a pensão mensal de 165\$, nos termos da lei n. 3.505, de 29 de janeiro de 1918.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 6 de fevereiro de 1924.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-presidente.

DECRETO N. 4.826 C — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1924

Manda pagar a D. Maria Luiza Machado da Costa o meio soldo a que tem direito e dá outras providencias

O Dr. Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado:

Faço saber aos que presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Da data desta lei em diante D. Maria Luiza Machado da Costa, filha do coronel João Machado da Costa, morto em combate em 1866, passará a receber o meio soldo a que tem direito e que já percebe, pela tabella A, de lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, relativo ao posto de coronel.

Art. 2.º O meio soldo de coronel, que esta lei lhe concede, torna sem effeito a pensão que lhe é dada, revertida por morte de sua mãe e por concessão do ex-Imperador D. Pedro II.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, em 6 de fevereiro de 1924.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO.

Vice-Presidente.

DECRETO N. 4.826 D — DE 31 DE JANEIRO DE 1924

Corrige engano com que foi publicada a lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, que fixa a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1924.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Em vista do que expoz a mesa da Camara dos Deputados em mensagem de 29 do corrente, encaminhada ao Ministerio de Estado dos Negocios da Fazenda com officio n. 26, da mesma data:

Faço saber que a lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, que fixa a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1924, deve ser executada com as seguintes correções:

Artigo 1º, n. 1 — Onde se lê: "N. 233, extractos fluidos e liquidos, de qualquer qualidade, de plantas brasileiras, kilo-

gramma 6\$, razão 50 %"; leia-se: "N. 233, extractos fluidos e liquidos, de qualquer qualidade, de plantas estrangeiras, kilogramma 6\$, razão 50 %".

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.827 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1924

Reorganiza os registros publicos instituidos pelo Codigo Civil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os registros publicos instituidos pelo Codigo Civil, para a authenticidade, segurança e validade dos actos juridicos ou tão sómente para os seus effeitos com relação a terceiros, comprehendem:

- I, o registro civil das pessoas naturaes;
- II, o registro civil das pessoas juridicas;
- III, o registro de titulos e documentos;
- IV, o registro de immoveis;
- V, o registro da propriedade litteraria, scientifica e artistica.

Art. 2.º No registro civil das pessoas naturaes far-se-ha:

a) a inscripção:

- I, dos nascimentos, casamentos e obitos (Codigo Civil, artigo 12, n. 1);
- II, da emancipação por outorga do pae, ou mãe ou por sentença do juiz (Codigo Civil, art. 12, n. 2);
- III, da interdição dos loucos, surdos-mudos e dos prodigos (Codigo Civil, art. 12, n. 3);
- IV, da sentença declaratoria da ausencia (Codigo Civil, art. 12, n. 4);

b) a averbação:

I, das sentenças que decidirem a nullidade ou annullação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal;

II, das sentenças que julgarem illegitimos os filhos concebidos na constancia do casamento (Codigo Civil, art. 344) e das que provarem a filiação legitima (art. 350);

III, dos casamentos de que resultar legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente (Codigo Civil, art. 353);

IV, dos actos judiciais ou extra-judiciaes de reconhecimento de filhos illegitimos (Codigo Civil, arts. 355 e 363);

V, das escripturas de adopção e dos actos que a dissolverem (arts. 373 e 375).

Art. 3.º No registro Civil das pessoas juridicas far-se-ha a inscripção:

I, dos contractos, dos actos constitutivos, estatutos ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, Moraes,

DECRETO N. 4.817 — DE 23 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito especial de 1.537:258\$030, ou fazer as necessarias operações de credito, para attender ao pagamento de despezas realizadas por esse ministerio, nos exercicios de 1920, 1921 e 1922

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito especial de 1.537:258\$030, ou a fazer as necessarias operações de credito, para attender ao pagamento de despezas realizadas por esse ministerio, nos exercicios de 1920, 1921 e 1922.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 4.818 — DE 23 DE JANEIRO DE 1924

Approva a Convenção Especial sobre a propriedade litteraria e artistica entre o Brasil e Portugal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvada a Convenção Especial sobre a propriedade litteraria e artistica entre o Brasil e Portugal, assignada nesta capital no dia 26 de setembro de 1922.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.,

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.819 — DE 23 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Governo a offerecer ao Mexico um monumento de Gonçalves Dias, abrindo para isso os necessarios creditos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a, por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores, offerecer ao Mexico um monumento de Gonçalves Dias, abrindo para isso os necessarios creditos.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1924, 103^a da Independencia e 36^a da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.820 — DE 26 DE JANEIRO DE 1924

Fixa os vencimentos de todos os funcionarios da Policia do Districto Federal

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado Federal, faço saber aos que o presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Os escrivães da Policia terão iguaes vencimentos aos dos funcionarios da secretaria da Policia, observada a equiparação que entre elles existia pela lei n. 1.631, de 3 de janeiro de 1907, e o que dispõe o decreto n. 3.681, de 8 de janeiro de 1919, como se segue: escrivães das delegacias auxiliares, ao sub-secretario, outr'ora official de gabinete; escrivães de 3^a entrancia, aos officiaes; escrivães de 2^a entrancia, aos escripturarios; escrivães de 1^a entrancia aos amanuenses.

Art. 2.º Os delegados terão os vencimentos seguintes: delegados auxiliares (annuaes), 13:000\$; delegados de 3^a entrancia (annuaes), 14:400\$; delegados de 2^a entrancia (annuaes), 10:800\$; delegados de 1^a entrancia (annuaes), 8:400\$; commissario de 1^a classe, 7:800\$; commissarios de 2^a classe, 6:600\$000.

Art. 3.º Os vencimentos dos escreventes serão de 4:800\$ e os dos officiaes de justiça, de 3:600\$, annuaes.

Art. 4.º O Governo abrirá os necessarios creditos.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 26 de janeiro de 1924.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

DECRETO N. 4.821 — DE 26 DE JANEIRO DE 1924

Reconhece de utilidade publica a sociedade "Deus e Mar"

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado Federal:

Faço saber, aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º E' reconhecida de utilidade publica a sociedade "Deus e Mar", com séde em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 26 de janeiro de 1924.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,
Vice-Presidente.

DECRETO N. 4.822 — DE 26 DE JANEIRO DE 1924

Considera de utilidade publica a Associação dos Merceeiros

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado Federal:

Faço saber, aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Artigo unico. E' considerada de utilidade publica a Associação dos Merceeiros, com séde em Fortaleza, capital do Ceará; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 26 de janeiro de 1924.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,
Vice-Presidente.

DECRETO N. 4.823 — DE 26 DE JANEIRO DE 1924

*Autoriza a concessão de um premio de 100:000\$ aos aviadores
Pinto Martins e Walter Hinton*

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado Federal:

Faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a conceder, por intermedio do Ministerio da Fazenda, um premio no valor de cem

contos de réis (100:000\$000) aos aviadores Pinto Martins e Walter Hinton, pela tenacidade e coragem de que deram provas na travessia aerea Nova York-Rio de Janeiro.

Art. 2.º O Governo fará as operações de credito que julgar necessarias.

Senado Federal, 26 de janeiro de 1924.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEVEDO.

Vice-Presidente.

DECRETO N. 4.824 — DE 27 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 1.761:183\$851, para liquidação das dividas contrahidas pelo Fluminense Football-Club

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 1.761:183\$851, para liquidação das dividas contrahidas pelo Fluminense Football-Club, nos termos do ajuste celebrado em 24 de maio de 1922, para a realização dos jogos e festejos athleticos e desportivos do programma official das festas commemorativas do Centenario da Independencia do Brasil; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.825 — DE 27 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, do credito supplementar de 113:668\$193, a diversas consignações da verba 15ª do art. 2º da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito supplementar de 113:668\$193 ás seguintes consignações

scientificas ou litterarias, das associações de utilidade publica, e das funcções (Codigo Civil, art. 16, n. I e § 1º, e artigos 18 e 19);

II, das sociedades civis que revestirem as fórmias estabelecidas nas leis commerciaes (Codigo Civil, arts. 16, n. 2, e 1.364).

Art. 4.º No registro de titulos e documentos far-se-ha:

a) a transcripção:

I, dos instrumentos particulares para prova das obrigações convencionaes de qualquer valor, hem como da cessão de credito e de outros direitos por elles creados, para valer contra terceiros, e do pagamento com subrogação (Codigo Civil, artigos 135, 1.067, 1.078 e 987);

II, de penhor commum sobre cousas moveis, feita por instrumento particular (Codigo Civil, art. 771);

III, da caução de titulos de credito pessoal, e da divida publica federal, estadual ou municipal, ou de bolsa, ao portador;

IV, do contracto, por instrumento particular, de penhor de animaes, não comprehendido nas disposições do art. 181, n. 5, do Codigo Civil;

V, do contracto, por instrumento particular, de parceria agricola ou pecuaria (Codigo Civil, arts. 1.414 e 1.423);

VI, facultativa de documentos para a conservação dos mesmos;

b) averbação de prorrogação do contracto particular de penhor de animaes (Codigo Civil, art. 788);

Paragrapho unico. O registro que não fôr attribuido, expressamente, a outro officio, pertencerá a este.

Art. 5.º No registro de immoveis far-se-ha:

a) a inscripção:

I, do instrumento publico da instituição do bem de familia (Codigo Civil, art. 73);

II, do instrumento publico das convenções ante-nupciaes (Codigo Civil, art. 261);

III, do descobrimento de minas (decreto n. 4.265, de 15 de janeiro de 1921, art. 12 e paragrapho unico);

IV, da hypotheca marítima (Codigo Civil, art. 810, numero VII);

V, das hypothecas legaes ou convencionaes (Codigo Civil, arts. 831 e 852);

VI, dos emprestimos por obrigações ao portador (lei numero 177 A, de 1893);

VII, das penhoras, arrestos e sequestros de immoveis;

VIII, das citações de acções reaes ou pessoas reipersecutorias, relativas a immoveis;

b) a transcripção:

I, da sentença de desquite e de nullidade ou annullação do casamento, quando nas respectivas partilhas existirem immoveis, ou direitos reaes sujeitos a transcripções (Codigo Civil, art. 267, ns. 2 e 3);

II, do contracto de locação no qual tenha sido consignada clausula de sua vigencia, no caso de alienação da coisa locada (Codigo Civil, art. 1.197);

III, dos titulos translativos da propriedade immovel, entre-vivos, para sua acquisição e extinctão (Codigo Civil, artigos 530, n. 1, e 589, § 1º);

IV, dos julgados nas acções divisorias, pelos quaes se põem termos á divisão (Codigo Civil, art. 532, n. 1);

V, das sentenças que nos inventarios e partilhas adjudicarem bens de raiz em pagamento das dividas da herança (Codigo Civil, art. 532, n. 2);

VI, da arrematação e adjudicação em hasta publica (Codigo Civil, art. 532, n. 3);

VII, da sentença declaratoria da posse do immovel por 30 annos, sem interrupção, nem opposição para servir de titulo ao adquirente por usucapião (Codigo Civil, art. 560);

VIII, da sentença declaratoria da posse incontestada e continua de uma servidão apparente por dez ou vinte annos, nos termos do art. 351 do Codigo Civil, para servir de titulo acquisitivo (Codigo Civil, art. 698);

IX, para a perda do dominio da propriedade immovel, dos titulos transmissiveis, ou dos actos renunciativos (Codigo Civil, art. 589, ns. 1 e 2, § 1º);

X, dos titulos ou a inscripção dos actos inter-vivos relativamente aos direitos reaes sobre immoveis, quer para a acquisição do dominio (Codigo Civil, arts. 533 e 676), quer para a validade contra terceiros (Codigo Civil, arts. 789, 796, paragrapho unico, 848 e 850);

XI, dos titulos das servidões não aparentes para a sua constituição, bem assim a averbação, na transcripção, do cancellamento dessas servidões (Codigo Civil, arts. 697 e 708);

XII, do usufructo e do uso sobre immoveis, e da habilitação quando não resultem do direito de familia (Codigo Civil, artigos 715, 745 e 748);

XIII, das rendas constituidas ou vinculadas a immoveis por disposição de ultima vontade (Codigo Civil, art. 753), do contracto de penhor agricola.

c) a averbação:

I, na inscripção da sentença de separação do dote (Codigo Civil, art. 309, paragrapho unico);

II, do julgado sobre o restabelecimento da sociedade conjugal (Codigo Civil, art. 323);

III, da clausula de inalienabilidade imposta a immoveis pelos testadores e doadores;

IV, por cancellamento da extinctão dos direitos reaes.

Art. 6.º Os registros enumerados no art. 1.º desta lei ficarão a cargo de officiaes privativos e vitalicios, providos no Districto Federal, pelo Presidente da Republica, mediante concurso, e nos Estados, na fórma estabelecida pelas respectivas leis de organização judiciaria, e serão feitos:

§ 1.º O de n. I, nos officios privativos ou nos cartorios do registro de nascimentos, casamentos e obitos.

§ 2.º Os de ns. II e III, nos officios privativos ou nos cartorios do registro especial de titulos e documentos creado pela lei n. 973, de 2 de janeiro de 1903, e, na falta, nos cartorios e officios privativos do registro geral, creado pelo decreto numero 169 A, de 1890.

§ 3.º O de n. IV, nos officios privativos, ou nos cartorios do registro geral.

§ 4.º O de n. V, na Bibliotheca Nacional, no Instituto Nacional de Musica, ou na Escola Nacional de Bellas Artes do Districto Federal, conforme a natureza da producção, e sendo esta de character mixto, no estabelecimento que for mais compativel com a natureza predominante da mesma producção.

Art. 7.º Serão averbadas na Caixa de Amortização e nas repartições estaduais e municipaes competentes, as cauções de

titulos nominativos da divida publica (Codigo Civil, arts. 789 e 797), nas sedes das sociedades emissoras as accções nominativas de sociedades anonymas (decreto n. 434, de 1891, artigos 23 e 37 e Codigo Civil 797).

Art. 8.º O registro em regra será feito por extracto e voluntariamente, *verbo ad verbum*, quando os interessados o requeriram.

Art. 9.º As despesas com o registro incumbem ao interessado requerer.

Art. 10. Os serventuários ou officiaes encarregados dos registros estabelecidos nesta lei ficam responsaveis pela ordem e conservação dos respectivos livros, documentos e papéis, sob as penas legais.

Art. 11. Fica o Presidente da Republica autorizado a:

a) a consolidar todas as disposições relativas á organização destes registros, conforme a legislação vigente, e no regulamento que expedir estabelecerá a ordem, modo de processo estabelecido na legislação federal com as modificações feitas pelo Codigo Civil, e modelo para escripturação dos respectivos livros;

b) a expedir novo regulamento para execução do decreto n. 169 A.-de janeiro de 1890, observando as modificações feitas pelo Codigo Civil e fazendo, no Districto Federal, uma divisão equitativa das circumscripções para os effeitos dos actos do registro geral de immoveis.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.828 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1924

Autoriza a abertura de um credito especial até 30:000\$, para auxiliar o tenente Gastão Goulart no aperfeiçoamento de um aparelho, destinado a contensão de animaes.

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado:

Faço saber aos que o presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra um credito especial até 30:000\$, para auxiliar o tenente Gastão Goulart nos seus trabalhos para o aperfeiçoamento de um aparelho destinado á contensão de animaes; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 13 de fevereiro de 1924.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO.

Vice-Presidente

DECRETO N. 4.829 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1924

Concede a D. Julieta de Lamare o montepio deixado por seu fallecido irmão, o capitão de mar e guerra Rodrigo Antonio de Lamare

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado:
Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Artigo unico. E' concedida a D. Julieta de Lamare, emquanto solteira, o montepio deixado por seu fallecido irmão, o capitão de mar e guerra Rodrigo Antonio de Lamare, da data desta lei em diante; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 20 de fevereiro de 1924.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,
Vice-Presidente.

DECRETO N. 4.830 — DE 3 DE JUNHO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de frs. 32.816,80, para pagamento do material e consumo existente a bordo dos navios mineiros adquiridos ao governo francez.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, fazendo para isso as operações necessarias, o credito especial de trinta e dous mil oitocentos e sessenta e um francos e oitenta centimos, para occorrer ao pagamento de material de consumo existente a bordo dos navios mineiros *Commandante Heitor Perdigão* e *Tenente Mo-niz Freire*, recentemente adquiridos ao Governo Francez.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.
Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.831 — DE 6 DE JUNHO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 30:000\$000 para o custeio do Congresso Medico Luso-Brasileiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º O Governo fica autorizado a abrir o credito de 50:000\$ para o custeio do Congresso Medico Luso-Brasileiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.832 — DE 9 DE JUNHO DE 1924

Publica a resolução do Congresso Nacional que approva o estado de sitio decretado pelo Poder Executivo e por elle prorogado até 31 de dezembro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º São approvados os actos do Poder Executivo declarando, pe'o decreto n. 15.913, de 10 de janeiro de 1923, o estado de sitio até 30 de abril deste anno em todo o territorio do Districto Federal e no Estado do Rio de Janeiro, e prorogando-o pelo decreto n. 16.015, de 23 de abril, tambem deste anno, até 31 de dezembro de 1923.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.833 — DE 9 DE JUNHO DE 1924

Publica a resolução do Congresso Nacional que approva os actos do Poder Executivo praticados na constancia do estado de sitio decretado pelo Poder Legislativo e por elle mesmo prorogado, até á data da mensagem daquelle primeiro Poder de 14 de novembro de 1922

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Ficam approvedos os actos praticados pelo Poder Executivo na constancia do estado de sitio decretado pelo Poder Legislativo a 5 e por elle mesmo prorogado a 29 de julho de 1922, até á data da mensagem daquelle primeiro Poder, de 14 de novembro do mesmo anno; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.834 — DE 22 DE JUNHO DE 1924

Approva a prestação de contas feita pela Estrada de Ferro Central do Brasil, da quantia de 9.999:933\$447, para pagamento de compromissos com a aquisição urgente de combustivel

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica approveda a prestação de contas feita pela Estrada de Ferro Central do Brasil, da quantia de 9.999:933\$447, pedido ao Thesouro Nacional, para satisfação de compromissos de prompto pagamento com aquisição urgente de combustivel e em virtude do aviso n. 443, de 22 de fevereiro de 1921, do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.834 A — DE 27 DE JUNHO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a mandar construir, na capital do Estado do Maranhão, um edificio, dependencias e armazens apropriados para o serviço da Alfandega e de outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar construir, na capital do Estado do Maranhão, um edificio, dependencias e armazens apropriados para o serviço da Alfandega, podendo, para esse fim, despendar até a quantia de 600:000\$, inclusive mobiliarios e machinismos que forem necessarios, abrir os necessarios creditos para pagamento pela forma que entender mais conveniente, em dinheiro ou em apolices da divida publica, pela forma que entender mais conveniente aos interesses da União.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.835 — DE 30 DE JUNHO DE 1924

Declara feriado nacional, no corrente anno, o dia 2 de julho

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' declarado feriado nacional o dia 2 de julho de 1924, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.836 — DE 5 DE JULHO DE 1924

Declara o estado de sitio por 60 dias, na Capital Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e de S. Paulo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' declarado o estado de sitio, por 60 dias, na Capital Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, ficando o Presidente da Republica autorizado a prorrogal-o, a estendel-o a outros pontos do territorio nacional e a suspendel-o no todo ou em parte; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.837 — DE 10 DE JULHO DE 1924

Estabelece as condições para a aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal Federal

/ O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º A aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal Federal será concedida mediante as seguintes condições:

a) contando o ministro menos de 20 annos de serviço publico terá direito a tantas vigesimas partes do ordenado quantos forem os annos do dito serviço;

b) contando mais de 20 annos ser-lhe-ha abonado todo o ordenado;

c) si o tempo de serviço exceder de 25 annos, ficará com a totalidade dos vencimentos.

§ 1.º Para o effeito do disposto neste artigo, os vencimentos serão os percebidos pelo ministro ao tempo em que requerer a aposentadoria, submettendo-se apenas a um exame medico para a prova de invalidez.

§ 2.º Aos ministros que tiverem, pelo menos, quatro annos de exercicio effectivo no Supremo Tribunal será

computado para a aposentadoria o tempo de serviço prestado na magistratura estadual.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.838 — DE 17 DE JULHO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito especial de 196:260\$, para occorrer, no exercicio de 1923, ao pagamento das vantagens permanentes de que trata o § 1º, do art. 150, da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, aos funcionarios publicos que percebem vencimentos inferiores a 180\$ mensaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' autorizado o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito especial de 196:260\$, para occorrer, no exercicio de 1923, ao pagamento das vantagens permanentes de que trata o § 1º do art. 150 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, aos funcionarios publicos que percebem vencimentos inferiores a 180\$ mensaes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 4.838 A — DE 18 DE JULHO DE 1924

Autoriza o Govêrno a mandar fazer o lastramento do trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil de Murtinho a Bello Horizonte

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a mandar fazer o lastramento do trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil,

bitola larga, de Murtinho a Bello Horizonte, empregando o cascalho ou a pedra britada, a juízo da administração da estrada, despendendo até 500:000\$000.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1924, 105.º da Independencia e 36.º da Republica,

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.839 — DE 21 DE JULHO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 42:054\$217, para indemnizar a Administração dos Correios de Joazeiro e varias collectorias federaes os supprimentos de dinheiro que lhes eram dirigidos e foram subtrahidos na Administração Postal da Bahia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' autorizado o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 42:054\$217, para ser destinada essa importancia a indemnizar a Administração dos Correios de Joazeiro e a varias collectorias federaes os supprimentos de dinheiro que lhes eram dirigidos e foram subtrahidos na Administração Postal da Bahia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.840 — DE 22 DE JULHO DE 1924

Proroga até 31 de dezembro de 1924 o prazo a que se refere o art. 1.º do decreto n. 4.624, de 28 de dezembro de 1922, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica prorogado até 31 de dezembro de 1924 o prazo a que se refere o art. 1.º do decreto n. 4.624, de 28 de dezembro de 1922.

Paragrapho unico. O prazo estabelecido no citado artigo vigorará também para as casas de locações de residencia, cujos contractos se vencerem no decurso do corrente anno e até 31 de dezembro de 1924.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.841 — DE 23 DE JULHO DE 1924

Considera de utilidade publica a Sociedade Entomologica do Brasil

Estacio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado:
Faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica considerada de utilidade publica a Sociedade Entomologica do Brasil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 23 de julho de 1924.

ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA,

Presidente.

DECRETO N. 4.842 — DE 28 DE JULHO DE 1924

Releva da prescripção em que incorreu o direito de D. Maria Emilia Martins Carvalho, para receber a pensão de meio soldo, deixada por seu marido o tenente do Exercito Anacleto Anapuri Alves de Carvalho

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica relevada a prescripção em que incorreram as pensões de meio soldo (19\$600), deixadas de receber por D. Maria Emilia Martins Carvalho, viuva do tenente do Exercito, Anacleto Anapuri Alves de Carvalho, nos annos de 1887 a 1894, e em diversos mezes dos annos de 1895 a 1917, abrindo-se para o seu pagamento o necessario credito; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.842 A — DE 31 DE JULHO DE 1924

Approva a Convenção sobre a uniformidade da nomenclatura para a classificação de mercadorias, assignada em Santiago em 1923.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' approvada a Convenção sobre a uniformidade da nomenclatura para a classificação de mercadorias, assignada na Conferencia Internacional Americana, em 1923, na cidade de Santiago do Chile.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.842 B — DE 31 DE JULHO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 60:000\$ para pagamento á Empresa Fluvial Piauhyense, pelo augmento de sua subvenção

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 60:000\$, ou a fazer as necessarias operações de credito até essa importancia, para pagamento de igual importancia devida á Empresa Fluvial Piauhyense, pelo augmento da sua subvenção, e correspondente ao periodo de 1 de junho de 1911 a 14 de setembro de 1912, *ex-vi* do disposto nos arts. 44, da lei n. 2.356, de 30 de dezembro de 1910, e 38, da lei numero 2.544, de 4 de janeiro de 1912; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.843 — DE 5 DE AGOSTO DE 1924

Estabelece a moratoria no Estado de S. Paulo por 45 dias e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam suspensos, pelo prazo de quarenta e cinco dias, contados do respectivo vencimento desde que este occorra depois de 4 de julho do corrente anno, até o fim do referido prazo:

a) a exigibilidade de obrigações commerciaes, incluídos os contractos de bolsas de mercadorias ou de prestações de dividas hypothecarias ou pignoralicias, pagaveis no Estado de S. Paulo, ou mesmo em qualquer praça do paiz, desde que um dos co-obrigados resida no mencionado Estado.

Não se incluem nesta suspensão:

I, as retiradas de depositos bancarios e saldos de contas correntes do Estado e municipios em geral e os dos particulares que não vençam juros;

II, os depositos e contractos dos bancos entre si;

III, os de industriaes, commerciantes ou lavradores que tenham de pagar operarios, até o limite da respectiva folha de pagamento, de adquirir materia prima ou de pagar fretes e transportes, segundo a média mensal anterior á revolta;

IV, as retiradas, até 33 % quinzenaes, dos saldos de contas correntes e depositos, de particulares, com juros, inclusive os de prazo fixo;

b) os protestos, recursos em garantia e prescripções dos titulos mencionados na lettra a;

c) a exigibilidade de quaesquer titulos vencidos, mesmo de natureza civil, e o andamento de qualquer acção ou execução, ainda que de natureza fiscal, desde que um dos co-obrigados ou réos se tenha incorporado ás forças organizadas para a defesa do Governo legal ou cujos bens tenham sido sequestrados, requisitados, destruídos ou damnificados gravemente pelas forças em operações.

Art. 2.º Não são abrangidos pelos efeitos desta lei:

a) as obrigações contrahidas depois da sua publicação;

b) os devedores que praticaram qualquer dos actos mencionados nos ns. 3 a 7 do art. 2.º da lei n. 2.024, de 17 de dezembro de 1908.

Art. 3.º Os titulos que não vencem juros convencionaes ficarão sujeitos ao de 10 % ao anno durante a moratoria.

Art. 4.º Constitue materia relevante para excluir a declaração de fallencia, em qualquer parte do territorio nacional, a prova dada por qualquer negociante ou sociedade de que a sua impontualidade resultou da moratoria concedida por esta lei a um ou mais de seus devedores.

Art. 5.º Ficam approvados os decretos ns. 16.525, 16.526, 16.528 e 16.530, respectivamente de 7, 12, 18 e 26 de julho do corrente anno, que estabeleceram as férias no Estado de S. Paulo, de 5 de julho a 6 de agosto de 1924, apenas sustados os despejos, acções executivas, as execuções e as de-

clarações de fallencia e relevadas as prescripções de quaesquer prazos que durante sua applicação tenham occorrido. Com a publicação desta lei, cessam os feriados alludidos.

Paragrapho unico. São validos os contractos, escripturas e mais actos judiciaes e forenses praticados durante os dias feriados, a que se refere este artigo.

Art. 6.º Fica a Caixa de Amortização autorizada a trocar, pelo seu valor integral, as cédulas de emissão do Thesouro Nacional que o Banco do Brasil foi obrigado a inutilizar, para evitar o saque de suas agencias, pelas forças revoltosas, desde que lhe sejam apresentadas as parcellas das mesmas cédulas, pelas quaes se possam verificar as respectivas séries, numeros e estampas.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Paragrapho unico. O Poder Executivo providenciará para que seja o respectivo texto transmittido por via telegraphica ou radio-telegraphica ao Presidente e aos juizes do Estado de S. Paulo, afim de que seja immediatamente publicada e entre em execução no mesmo dia nas comarcas do mesmo Estado.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.843-A — DE 7 DE AGOSTO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 465 pesos, ouro uruguayo, ou a fazer as necessarias operações de credito, para pagamento á Companhia de Minas e Viação de Matto-Grosso; e bem assim o de 688:755\$267, para pagamento definitivo de vencimentos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de quatrocentos e sessenta e cinco pesos, ouro uruguayo, ou a fazer as necessarias operações de credito, para occorrer ao pagamento devido á Companhia de Minas e Viação de Matto-Grosso, pelos serviços de soccorro que prestou, em junho de 1920, no porto de Montevideo ao rebocador nacional *Laurindo Pitta*, para o salvamento do conteúdo da canhoneira nacional *Iniciadora*, que alli naufragara.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a abrir, pelo mesmo ministerio, o credito especial de seiscientos e oitenta e oito contos setecentos e cincoenta e cinco mil duzentos e sessenta e sete réis (688:755\$267), para occorrer no exercicio de 1923, á despeza proveniente do augmento definitivo de vencimentos concedidos pelo art. 150, § 1º da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.844 — DE 5 DE AGOSTO DE 1924

Considera de utilidade publica a Associação Beneficente do Corpo de Sub-Officiaes da Armada, a Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino e a Pró-Matre

Estacio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado:

Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Artigo unico. São consideradas de utilidade publica, a Associação Beneficente do Corpo de Sub-Officiaes da Armada, a Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino e a Pró-Matre, todas com séde nesta Capital; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 5 de agosto de 1924.

ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA,

Presidente.

DECRETO N. 4.845 — DE 9 DE AGOSTO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 209:642\$431, para liquidação de despesas com o material e pessoal da Estrada de Ferro de S. Luiz a Therczina, relativas ao exercicio de 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ou a fazer as operações de credito, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 209:642\$431, para attender á liquidação de despesas com o material e pessoal da

Estrada de Ferro de S. Luiz a Therezina, relativas ao exercício de 1921.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.845 A — DE 9 DE AGOSTO DE 1924

Autoriza a contagem de tempo, sómente para effeitos da aposentadoria a funcionarios da Secretaria do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Estacio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado:

Faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar contar, sómente para os effeitos da aposentadoria, o tempo em que serviram como addidos, na antiga Secretaria da Justiça, os funcionarios da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, José Francisco Kahl, Oscar Orlando Mouren e Luciano Augusto de Oliveira: o primeiro, de 15 de junho de 1887 a 11 de abril de 1890; o segundo, de 8 de junho de 1885 a 11 de junho de 1888, e, o terceiro, de 1 de abril de 1882 a 4 de maio de 1887.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 9 de agosto de 1924.

ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA,

Presidente.

DECRETO N. 4.846 — DE 11 DE AGOSTO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, nelo Ministerio da Marinha, o credito especial de oitenta contos de réis (80:000\$), ou a fazer as necessarias operações de credito, para reforço da verba 8.ª — Material — sub-consignação "Expediente, impressões e encadernações, para a esquadra", no orçamento do mesmo ministerio para o exercicio de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de oitenta contos

de réis (80:000\$)), ou a fazer as necessarias operações de credito, para reforço da verba 8ª — Material — sub-consignação “Expediente, impressões e encadernações, para a esquadra”, no orçamento do mesmo ministerio para o exercicio de 1923.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.847 — DE 11 DE AGOSTO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de noventa e sete contos e trinta e cinco mil duzentos e dezeseite réis (97:035\$217) á verba 13ª do orçamento de 1923, ou a fazer as necessarias operações de credito até aquella importancia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de noventa e sete contos e trinta e cinco mil duzentos e dezeseite réis (97:035\$217), á verba 13ª do orçamento de 1923, ou a fazer as necessarias operações de credito até aquella importancia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.848 — DE 13 DE AGOSTO DE 1924

Providencia sobre o processo e julgamento dos crimes de sedição

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os crimes definidos nos arts. 107 a 118 do Código Penal, e bem assim os que com elles forem connexos, serão processados pela forma estabelecida nos arts. 40 e seguintes do decreto n. 4.780, de 27 de dezembro de 1923, com as modificações adeante indicadas.

Art. 2.º Tratando-se desses crimes, o juiz de secção será substituído, na sua falta ou impedimento, pelo da secção cuja sede fôr de mais rápida communicação. Neste caso, enquanto durar o processo, o juiz passará o exercicio de seu cargo ao substituto legal, abonando-se-lhe a quantia necessaria á viagem e estada, de accôrdo com as leis e regulamentos em vigor, salvo, quanto a esta, si a substituição se der entre os juizes da secção da Capital Federal e o da secção do Estado do Rio de Janeiro.

Paragrapho unico. Onde houver mais de uma vara, a competência para o processo e julgamento é do juiz da 1ª vara, fazendo-se a substituição na ordem respectiva.

Art. 3.º No caso de impedimento do procurador da Republica na secção, o Governo designará o seu substituto, podendo tambem, quando convier aos interesses da Justiça, designar, em commissão, com os vencimentos de seu cargo, qualquer membro do Ministerio Publico Federal de outra secção, diversa da da culpa, para funcionar exclusivamente nos processos de que trata esta lei.

§ 1.º Ao membro do Ministerio Publico assim designado será fornecida quantia necessaria para a viagem e estada, durante o processo, de accôrdo com as leis e regulamentos em vigor.

§ 2.º O Governo nomeará substituto interino ao membro do Ministerio Publico assim designado e com remuneração igual á do effectivo.

Art. 4.º Na denuncia poderá o procurador arrolar até 10 testemunhas, numerarias, mantido o disposto no art. 181 da parte 2ª do decreto n. 3.084, de 1898. Ser-lhe-ha igualmente permitido prescindir da indicação de testemunhas, quando considere sufficientes para prova da imputação os documentos que offerecer.

Art. 5.º Recebendo a denuncia, fará o juiz intimar os denunciados, que não estiverem presos ou não forem encontrados na sede da secção, por edital publicado na referida sede, com o prazo de oito dias, e dará curador aos que não comparecerem.

Paragrapho unico. Quando militar em serviço, o seu chamamento será feito por meio de requisição dirigida á autoridade competente, fazendo-se a citação por edital, pelo mesmo modo e prazo, si a requisição não fôr attendida dentro de cinco dias.

Art. 6.º Concluida a produção das provas e interrogados todos os accusados, aos quaes o juiz poderá fazer as perguntas que julgar convenientes, terão elles, conjuntamente, o prazo de cinco dias para apresentar cada um a defesa escripta e offerecer documentos.

Na hypothese de accusado ausente, caberá ao curador, que lhe houver sido nomeado, produzir, dentro do mesmo termo, a sua defesa. Igual prazo será concedido ao representante do Ministerio Publico para offerecer as suas razões.

Art. 7.º Pela mesma fórma do art. 5º e com o prazo de 20 dias, serão intimados para julgamento os réos que, depois de pronunciados, continuarem ausentes.

Art. 8.º Findo o prazo do artigo anterior, serão estes réos julgados á revelia, em audiencia publica.

Art. 9.º Ao curador nomeado ao denunciado revel serão feitas as intimações recommendadas pelas leis, cabendo-lhe contrariar o libello em cartorio, no prazo de tres dias, arrolar testemunhas, produzir a defesa do seu curatelado, tanto no summario como no plenario, e interpôr os recursos legais.

Art. 10. Concluídos os autos ao juiz da secção, este ordenará, dentro de 24 horas, as diligências necessárias para supprir as faltas de formalidade legal, que induzam nullidade, ou as que prejudiquem o esclarecimento da verdade.

Não havendo diligências a decretar, ou concluídas as ordenadas, o juiz proferirá, no prazo de 15 dias, o despacho de pronuncia, ou de não pronuncia, do qual caberá recurso voluntario, com effeito meramente devolutivo, para o Supremo Tribunal Federal, a cuja instancia subirão os autos em original.

Art. 11. São applicaveis aos processos pelos crimes de que trata a presente lei as disposições dos arts. 50 e 51 do citado decreto n. 4.780, de 1923.

Art. 12. Os crimes de que trata a presente lei são inafiançaveis e em tempo algum prescreverão em favor do réo domiciliado ou homisiado em paiz estrangeiro.

Art. 13. Quando os réos forem em tal numero que o julgamento não possa terminar dentro de 24 horas, poderá o juiz interromper a audiencia quantas vezes forem necessarias para descanso e ordenação do serviço.

Art. 14. A leitura do processo será dispensada a requerimento de uma das partes, concordando a outra.

Art. 15. Ficam creadas as seguintes varas da Justiça Federal, com os respectivos juizes, substitutos e serventuarios: 2ª Vara da secção de S. Paulo; 2ª Vara da secção de Minas Gerais; 3ª Vara da secção do Districto Federal.

Art. 16. Fica o Governo autorizado a abrir o necessario credito para as despesas resultantes desta lei.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor desde a data da sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.849 — DE 27 DE AGOSTO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito especial até a quantia de 3.000:000\$, destinado a soccorros publicos nos Estados ultimamente assolados por inundações e cujos governos solicitarem o auxilio da União

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, um credito especial até a quantia de 3.000:000\$, destinado a soccorros publicos nos Estados ultimamente assolados por inundações e cujos governos solicitarem o auxilio da União.

Art. 2.º Os soccorros da União consistirão em serviços de prophylaxia rural e assistencia medica e na reparação ou execução de obras publicas de caracter permanente.

Art. 3.º Para execução da presente lei, é o Governo autorizado a fazer as necessárias operações de credito.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.849 A — DE 29 DE AGOSTO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2:467\$741, para attender ao pagamento a que tem direito o agente fiscal do imposto de consumo da circumscripção do Districto Federal José Borges Ribeiro da Costa Junior

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2:467\$741, podendo fazer operações de credito até essa importância para effectuar o pagamento da gratificação, referente ao prazo de 17 de julho a 31 de dezembro do corrente anno, a que tem direito o agente fiscal do imposto de consumo da circumscripção do Districto Federal José Borges Ribeiro da Costa Junior, nos termos da desistencia assignada na Directoria Geral do Thesouro em 13 de julho de 1923; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.849 B — DE 29 DE AGOSTO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a obrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito de 2:628\$, para pagamento ao operario Francisco Alfredo Pires, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito de 2:628\$, ou a fazer

as necessarias operações de credito, para cumprimento da sentença do juiz federal da 1ª Vara do Districto Federal que homologou o accôrdo firmado pelo representante do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio com o operario Francisco Alfredo Pires, para indemnização a que o mesmo tem direito; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 4.850 — DE 30 DE AGOSTO DE 1924

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até 3 de novembro do corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolve prorrogar a actual sessão legislativa até 3 de novembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.851 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1924

Autoriza a abrir o credito especial necessario para occorrer ás despesas com a recepção do principe herdeiro da Italia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito especial necessario para occorrer ás despesas com a recepção do principe herdeiro da Italia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.851 A — DE 5 DE SETEMBRO DE 1924

Autoriza a abertura do credito especial de 6:909\$077, para occorrer ao pagamento dos vencimentos devidos ao Dr. Rodolpho Chapot Prevost

Estacio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado.
Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 6:909\$077, para occorrer ao pagamento dos vencimentos devidos ao cirurgião dentista Dr. Rodolpho Chapot Prevost, reintegrado, por sentença judiciaria, no cargo de cirurgião-dentista do Hospital Nacional de Alienados e, posteriormente, aproveitado em identico cargo do Collegio Pedro II, correspondentes aos periodos de 17 de agosto de 1921 a 17 de agosto do corrente anno.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 5 de setembro de 1921.

ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA,

Presidente.

DECRETO N. 4.852 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1924

Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 2:535\$085, para pagamento da differença de vencimentos ao 1º tenente-machinista reformado Antonio Carlos de Siqueira

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 2:535\$085, para pagamento da differença de vencimentos a que tem direito o 1º tenente engenheiro-machinista reformado Antonio Carlos de Siqueira, em virtude do decreto legislativo n. 1.691, de 19 de fevereiro de 1923.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.853 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1924

Veda a aposentadoria ou reforma em mais de um cargo e com vencimentos maiores que os da actividade

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os funcionarios, civis ou militares, só podem ser aposentados ou reformados em um só cargo ou posto, não lhes sendo concedida, em caso algum, aposentadoria ou reforma com vantagens pecuniarias ou vencimentos excedentes dos que remuneravam o cargo ou posto por elles exercido no momento de serem aposentados ou reformados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

Fernando Setembrino de Carvalho.

Alexandrino Faria de Alencar.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Francisco Sá.

Sampaio Vidal.

Felix Pacheco.

DECRETO N. 4.854 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1924

Autoriza a abertura do credito de 42:000\$, ouro, para o resgate de quarenta e duas apolices, ouro, pertencentes ao interdito Luciano Arnaldo Teixeira Leite

Estacio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso decreta e promulga a seguinte lei:

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 42:000\$, ouro, para o resgate de quarenta e duas apolices, ouro, pertencentes ao interdito Luciano Arnaldo Teixeira Leite.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 15 de setembro de 1924.

ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA,

Presidente.

DECRETO N. 4.855 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1924

Isenta, por tres annos, de direitos de importação, nas regiões do Amazonas e Matto Grosso, banhadas pelos rios Madeira e Mamoré, o gado vaccum procedente da Bolivia

Estacio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º. Nas regiões do Amazonas e Matto Grosso, banhadas pelos rios Madeira e Mamoré, fica livre de direitos de importação, durante o triennio contado de 11 de setembro de 1924, o gado vaccum procedente da Bolivia.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 15 de setembro de 1924.

ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA,
Presidente.

DECRETO N. 4.856 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 52:605\$989, para pagamento a D. Delmira de Souza Almeida, viuva do ex-collector federal de Tatuhy, Francisco Xavier de Almeida

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, um credito especial de 52:605\$989, para pagamento a D. Delmira de Souza Almeida, viuva de Francisco Xavier de Almeida, ex-collector federal de Tatuhy, Estado de S. Paulo, a que foi condemnada a União, por sentença judicial; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.857 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 1:028\$160, para pagamento ao operario do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul Mathias Fortunato Corrêa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 1:028\$160, para pagamento da diaria de 3\$360, que compete, no periodo de 1 de março a 31 de dezembro de 1923, ao operario de 3ª classe do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul Mathias Fortunato Corrêa, dispensado do serviço, podendo, para isso, fazer as necessarias operações de credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 4.858 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1924

Approva os decretos ns. 16.526 A, de 14 de julho, 16.535, de 27 de julho, 16.536, de 26 de agosto, 16.579, de 3 de setembro, e 16.602, de 17 de setembro, todos do corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Ficam approvados os decretos ns. 16.526 A, de 14 de julho, 16.535, de 27 de julho, 16.536, de 26 de agosto, 16.579, de 3 de setembro, e 16.602, de 17 de setembro, todos do corrente anno, que prorogaram e estenderam a diversos pontos do territorio nacional, até 31 de dezembro proximo vindouro, o estado de sitio; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.859 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1924

Declara feriado nacional o dia 4 de maio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' considerado feriado nacional o dia 4 de maio, consagrado á confraternidade universal das classes operarias e á commemoração dos martyres do trabalho; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.860 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1924

Autoriza a intervenção do Governo Federal no Estado do Amazonas e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º. O Governo Federal intervirá no Estado do Amazonas nos termos do n. 2 do art. 6º da Constituição Federal para manter a forma republicana federativa.

Art. 2º. O interventor governará o Estado até que sejam eleitos e empossados o novo governador e a Assembléa Legislativa, em época que será fixada pelo decreto, uma vez normalizada a situação, a juizo do Governo Federal, que expedirá as necessarias instruções para execução desta lei.

Art. 3º. O Governo fica autorizado a abrir os necessarios creditos para a execução desta lei.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1924, 103ª da Independencia, 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.861 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1924

Dispõe sobre a prescrição da acção e da condemnação nos crimes políticos e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os crimes politicos e os que lhes são connexos, todos definidos nos arts. 107 a 118 do Código Penal, serão processados e julgados pelo juiz federal, tal como dispõe o art. 1.º do decreto n. 4.848, de 13 de agosto ultimo, e o seu regulamento publicado com o decreto n. 16.561, do mesmo mez.

Art. 2.º Nas secções porventura servidas por mais de um juiz, a respectiva jurisdição se exercerá por tantas varas quantas forem os juizes, funcionando todos mediante distribuição dos feitos, menos quanto ás attribuições referidas no artigo anterior, que serão exercidas privativamente pelo juiz da primeira vara.

Art. 3.º A acção penal e a condemnação pelos crimes referidos no art. 1.º desta lei não prescreverão em tempo algum em favor do réo domiciliado ou homisiado em paiz estrangeiro.

Art. 4.º Fica abrogado o art. 15 da citada lei numero 4.848, na parte em que creou novos serventuarios nas secções de S. Paulo e Minas Geraes, continuando os actuaes escrivães a funcionar nas varas que lhes forem designadas pelo juiz da primeira destas, mantido quanto ao escrivão privativo do crime e serviço eleitoral o que se contém nas leis vigentes.

Art. 5.º Fica creado na secção do Estado de S. Paulo mais um logar de procurador seccional, com os vencimentos concedidos a este cargo pelas leis vigentes, devendo o Governo designar aquelle que terá de funcionar junto ao juiz da primeira vara da referida secção.

Art. 6.º Fica creado tambem nas secções de Minas Geraes e S. Paulo o cargo de distribuidor para a distribuição dos feitos entre as duas varas de juizes federaes.

Art. 7.º Fica o Governo autorizado a abrir os credits necessarios á execução desta lei e do decreto legislativo n. 4.848, de 13 de agosto recem-findo.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1924, 103.ª da Independencia e 36.ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.862 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1924

Concede ao Dr. Alvaro Freire de Vilalba Alvim a medalha de distinção de 1ª classe

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º E' concedida a medalha de distinção, de primeira classe, ao medico brasileiro Dr. Alvaro Freire de Vilalba Alvim, em reconhecimento e homenagem pelos serviços scientificos e humanitarios que tem prestado durante vinte e sete annos, com abnegação e constancia, na sua clinica de electricidade e radiologia.

Paragrapho unico. O ministro da Justiça fica autorizado a tomar as providencias necessarias para cumprimento da presente lei.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.863 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1924

Autoriza a abertura do credito especial de 271:509\$197, para pagamento de differença de soldo a officiaes reformados, beneficiados pelo decreto numero 4.691, de 19 de fevereiro de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de réis 271:509\$197, para pagamento de differença de soldo aos officiaes reformados, beneficiados pelo decreto legislativo numero 4.691, de 19 de fevereiro de 1923.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 4.864 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de francos belgas 1.842.198,33 para pagamento á Sociéte Metallurgique de Sambre-et-Moselle

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, um credito especial de francos belgas 1.842.198,33, para occorrer ao pagamento de fornecimento de 3.506t,947k.372g.8 de trilhos e accessorios e de 20apparelhos de mudanças de via, feito pela Sociéte Metallurgique de Sambre-et-Moselle á Estrada de Ferro Central do Piauh, no anno de 1922, fazendo para esse fim as operações de credito que forem necessarias.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.865 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1924

Publica a resolução do Congresso Nacional, que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até 31 de dezembro do corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17, da Constituição Federal, resolve prorogar a actual sessão legislativa até ao dia 31 de dezembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.865 A — DE 31 DE OUTUBRO DE 1924

Autoriza o Governo a educar, gratuitamente, como alumno interno, no Collegio Militar ou Pedro II, o menor Alvaro Francisco da Silva, e a conceder-lhe matricula gratuita no estabelecimento, de ensino superior, por elle preferido

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a educar, gratuitamente, como alumno interno, no Collegio Militar ou Pedro II, o menor Alvaro Francisco da Silva, que fez a excursão, a pé, ao Chile, e a conceder-lhe matricula gratuita no estabelecimento, de ensino superior, que por elle fôr preferido; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.866 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de réis 200:000\$000, destinado ao Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural no Estado de Sergipe, durante o segundo semestre de 1924

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de duzentos contos de réis (200:000\$), destinado ao Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural no Estado de Sergipe, durante o segundo semestre de 1924.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.866 A — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1924

Approva a applicação dada ao supprimento de 200:000\$, feito ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, em 1921.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1°. Fica approvada a applicação dada ao supprimento de 200:000\$, feito ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, em 1921, de accôrdo com o paragrapho unico do art. 69 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, em virtude do aviso daquelle ministerio sob n. 3.887, de 31 de agosto de 1921, cujo registro foi ordenado pelo Tribunal de Contas, sob protesto.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 4.867 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1924

Institue o dia 12 de outubro para ter lugar em todo o territorio nacional o dia da festa da criança

O Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica instituido o dia 12 de outubro para ter lugar, em todo o territorio nacional, a festa da criança, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.868 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1924

Regula o consumo do café nos mercados internos do paiz

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O Governo Federal assegurará o abastecimento de café no mercado de consumo interno do paiz, empregando as medidas constantes desta lei.

Art. 2.º Para o fim determinado no artigo anterior, fica o Presidente da Republica autorizado:

§ 1.º A prohibir o embarque até 5 % das quantidades destinadas á exportação para mercados estrangeiros, dando preferencia para essa prohibição aos cafés de typo 7 ou inferiores.

§ 2.º A regular a distribuição das quantidades não exportadas e em preços convenientes pelos mercados internos, segundo as necessidades legítimas do consumo verificadas no primeiro semestre do corrente anno.

§ 3.º A entrar em accôrdo com os Estados productores de café sobre a fórmula daquella distribuição e do pagamento do preço aos productores ou exportadores.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Estado de S. Paulo os armazens reguladores do transporte de café pelo preço de seu custo e a receber do mesmo Estado a importancia do seguro pago até agora.

Art. 4.º Uma vez effectuada essa transferencia, ficarão revogados os arts. 6º e seus paragraphos do decreto numero 4.548, de 19 de junho de 1922, e n. IX do art. 2º da lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, e mais disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.869 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1924

Decreta a moratoria de 30 dias para o Estado de Matto Grosso e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica decretada a moratoria de 30 dias para o Estado de Matto Grosso, a começar da data desta lei e nos mes-

mos termos da que foi concedida para o Estado de S. Paulo pelo decreto n. 4.843, de 5 de agosto de 1924.

Art. 2.º O Poder Executivo providenciará sobre as comunicações telegraphicas necessarias á immediata publicidade da presente lei e da de n. 4.843, acima referida, dentro do territorio de Matto Grosso.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.870 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 38:256\$700, para pagamento á Rio de Janeiro Lighterage Company Limited, e dá outra providencia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou o eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito e a fazer as necessarias operações de credito, para occorrer ao pagamento da quantia de 38:256\$700, a que tem direito, em virtude de sentença judiciaria, a Rio de Janeiro Lighterage Company Limited.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.871 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1924

Manda abonar, no exercicio de 1925, aos funcionarios, mensalistas, diaristas e jornaleiros da União, os augmentos provisionarios de que tratam o art. 150 e seus paragraphos, da lei n. 4.555, de 1922, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º No exercicio de 1925 continuarão a ser abonados aos funcionarios, mensalistas, diaristas e jornaleiros da União

os augmentos provisorios de que tratam o art. 150 e seus paragraphos da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, observadas as seguintes regras:

I. Os augmentos provisorios, fixados pelo art. 150, da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, terão como maximo a importancia de 300\$ mensaes, e não attingirão aos funcionarios, mensalistas, diaristas e jornaleiros constantes do § 2º do mesmo artigo, supprimidas neste paragrapho as palavras «nem os que occuparem cargo ou commissão de agora em diante creados» nem ao pessoal contractado, nem ao pessoal pago pela verba «Material», nem ao pessoal extraordinario admittido para execução de obras novas, reparações, construcções de estradas de ferro e melhoramentos de portos, nem ao pessoal das obras do nordeste e do saneamento e prophylaxia rural dos Estados, sendo somente applicaveis aos funcionarios, mensalistas, diaristas e jornaleiros, pagos pela verba «Pessoal» das tabellas orçamentarias e não sendo comprehendidas para sua applicação quaesquer gratificações addicionaes, extraordinarias, regulamentares ou especiaes e commissões e as diarias dadas a funcionarios e mensalistas.

II. Os augmentos concedidos nos termos do paragrapho anterior só cabem a funcionarios em effectiva actividade de serviço publico, não podendo ser extensivos aos inactivos, sejam estes de logares extinctos, addidos, em disponibilidade, sem effectivo exercicio por qualquer motivo, ou sejam aposentados, jubilados, ou mesmo simplesmente licenciados, excepto, quanto a estes ultimos, os licenciados para tratamento de saude.

III. Os augmentos concedidos pelo n. 1, não serão, em caso algum, extensivos aos funcionarios de quaesquer categorias e que por qualquer pretexto accumulem cargos federaes ou federaes com municipaes ou estaduaes.

IV. As excepções do § 5º do art. 150 da citada lei numero 4.555 ficam reduzidas exclusivamente aos cargos de chefes de serviço e dos de confiança immediata do Governo.

V. O Governo abrirá os necessarios creditos para cada repartição ou serviço dos diversos ministerios, até o maximo de 75.000:000\$, para pagamento, em 1925, de 75 % dos augmentos provisorios de vencimentos, mensalidades, diarias e jornaes a que se refere o presente artigo, effectuando no primeiro semestre o pagamento dos referidos 75 % e sendo no segundo semestre determinada a percentagem de reduções, quando necessaria, para não ser excedido aquelle maximo de 75.000:000\$000.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.872 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito supplementar de 8.085:293\$676, destinado á compra de generos alimenticios, verduras, fructas e á dieta do pessoal dos navios, corpos e estabelecimentos da Marinha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito supplementar de 8.085:293\$676, destinado á compra de generos alimenticios, verduras, fructas e á dieta do pessoal dos navios, corpos e estabelecimentos da Marinha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.872-A — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de réis 969:121\$692, para attender, no anno de 1923, ao pagamento do acrescimo definitivo de vencimentos que compete aos empregados das repartições dependentes do mesmo ministerio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 969:121\$692, para attender, no anno de 1923, ao pagamento do acrescimo definitivo de vencimentos que compete aos empregados das repartições dependentes do mesmo ministerio, comprehendidos nas disposições do § 1º do art. 150 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, e que se refere ás verbas seguintes: Justiça Federal, 8:400\$; Justiça do Districto Federal, 31:320\$; Policia do Districto Federal, 109:859\$496; Casa de Detenção, 13:200\$024; Casa de Correção, 13:685\$028; Archivo Nacional, 4:551\$040; Assistencia a Alienados, réis 91:382\$213; Departamento Nacional de Saude Publica, réis 616:617\$675; Conselho Superior do Ensino, 600\$; Universidade do Rio de Janeiro, 360\$; Escola Nacional de Bellas Artes,

3:600\$; Instituto Nacional de Musica, 2:880\$; Instituto Benjamin Constant, 8:760\$; Instituto Nacional de Surdos-Mudos, 2:670\$; Bibliotheca Nacional, 14:262\$; Obras, 360\$; Administração e Justiça do Territorio do Acre, 3:900\$; Instituto Oswaldo Cruz, 7:920\$; Instituto Medico-Legal, 960\$048; Gabinete de Identificação e Estatística, 13:020\$; Escola Premunitoria Quinze de Novembro, 20:814\$168.

Art. 2.º Poderá o Poder Executivo, para os referidos pagamentos, fazer operações de credito, ficando revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1924, 103.º da Independência e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.873 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, dos seguintes creditos especiaes: de 1:440\$, para pagamento da pensão devida ao guarda civil de 2.ª classe Antonio José Fernandes Filho, relativa ao anno de 1923; de 2:700\$, para pagamento de gratificação adicional a Idibaldo Colombo Martins de Souza, revisor-chefe da Secretaria da Camara dos Deputados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito especial de 1:440\$, para occorrer ao pagamento da pensão devida ao guarda civil de 2.ª classe Antonio José Fernandes Filho, relativa ao anno de 1923.

Art. 2.º E' o Poder Executivo igualmente autorizado a abrir o credito especial de 2:700\$, para pagamento da gratificação adicional de 15 % sobre seus vencimentos, a que fez jús, durante os annos de 1921, 1922 e 1923, o Sr. Idibaldo Colombo Martins de Souza, revisor-chefe da Secretaria da Camara dos Deputados.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1924, 103.º da Independência e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.874 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito supplementar de 1.743:528\$035, para pagamento de rações, em dinheiro, ás forças navaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito supplementar de mil setecentos e quarenta e tres contos quinhentos e vinte e oito mil e trinta e cinco réis (1.743:528\$035), para attender ao pagamento de rações, em dinheiro, ás forças navaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.875 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 13:469\$287, ouro, para pagamento á The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, dos juros de 9 % sobre o capital empregado nos bairros de Copacabana, Leme e Ipanema, no segundo semestre do anno de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de treze contos quatrocentos e sessenta e nove mil duzentos e oitenta e sete réis (13:469\$287), ouro, para pagamento a The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, dos juros de 9 % sobre o capital empregado nos bairros de Copacabana, Leme e Ipanema, no 2° semestre do anno de 1923; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.876 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 4:677\$837, para pagamento de vencimentos a que tem direito os Drs. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, João Baptista da Costa Carvalho Filho e Francisco Vieira de Mello, respectivamente, juizes seccionaes em Sergipe e Paraná e substituto tambem em Sergipe

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 4:677\$837, para pagamento de vencimentos a que tem direito os magistrados federaes Drs. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, João Baptista da Costa Carvalho Filho e Francisco Vieira de Mello, respectivamente, juizes seccionaes em Sergipe e Paraná e substituto tambem em Sergipe, nos termos do art. 18 do decreto legislativo n. 4.381, de 5 de dezembro de 1921.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.877 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 767\$741, para pagamento da differença de vencimentos a que tem direito o substituto do juiz federal na secção do Districto Federal, Dr. Henrique Vaz Pinto Coelho

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito especial no valor de setecentos e sessenta e sete mil setecentos e quarenta e um réis (767\$741), para pagamento da differença de vencimentos a que tem direito o substituto do juiz federal na secção do Districto Federal, Dr. Henrique Vaz Pinto Coelho, em virtude do decreto legislativo n. 4.381, de 5 de dezembro de 1921, e decretos de 5 de abril 1922 e 24 de ou-

tubro de 1923, por ter completado 25 annos de effectivo exercicio como juiz federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.878 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de \$ 44.700,00, ouro americano, para attender ao pagamento de duas locomotivas fornecidas á Estrada de Ferro Central do Piauhy

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, um credito especial no valor de \$ 44.700,00 (quarenta e um mil e seicentos dollares), ouro americano, para attender ao pagamento de uma conta da American Locomotive Sales Corporation, correspondente ao fornecimento de duas locomotivas á Estrada de Ferro Central do Piauhy.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.879 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 393:218\$200, para attender ao pagamento de contas de transportes effectuados no anno de 1922, para a construcção da Estrada de Ferro de Goyaz

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de trezentos e noventa e tres contos duzentos e dezoito mil e duzen-

tos réis (393:218\$200), podendo fazer as necessarias operações de credito, até essa importancia, para attender ao pagamento de contas de transportes effectuados no anno de 1922, para a construcção da Estrada de Ferro de Goyaz; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.880 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 85:447\$556, ouro, para pagamento da indemnização devida á The Western Telegraph Company, Limited

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, um credito especial de oitenta e cinco contos quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e cincoenta e seis réis (85:447\$556), ouro, para occorrer ao pagamento da indemnização devida á The Western Telegraph Company, Limited, por despezas feitas pela mesma companhia com a mudança do ponto de aterramento dos seus cabos submarinos e da respectiva estação telegraphica, por exigencia das obras do porto do Recife; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.881 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 3.345:663\$137, para attender aos pagamentos devidos á firma Janot Pacheco & Comp. pelos trabalhos executados na construcção da Estrada de Ferro de Petrolina a Therezina, em 1922 e 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, um credito especial da

quantia de tres mil trescentos e quarenta e cinco contos seiscentos e sessenta e tres mil cento e trinta e sete réis (3.345:663\$137), para attender aos pagamentos ainda não effectuados e que deviam occorrer pelos creditos autorizados nas leis n. 4.555, de 1922, e n. 4.632 de 1923, a Janot Pacheco & Companhia, pelos trabalhos executados na construcção da Estrada de Ferro de Petrolina a Therezina, em 1922 e 1923, sob o regimen de tarefa.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.882 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1924

Approva o Tratado relativo á solução judicial das controversias que venham a surgir entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suissa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' approvedo o tratado assignado no Rio de Janeiro a 23 de junho de 1924, relativo á solução das controversias que venham a surgir entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suissa.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.883 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1924

Approva a despeza registrada sob protesto pelo Tribunal de Contas, referente ao pagamento, em 1922, com a locação de predios para repartições de policia do Districto Federal, e serviços em favor do Instituto Nacional de Musica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica approvada a despeza registrada sob protesto pelo Tribunal de Contas, referente ao pagamento de

5:185\$, realizado em 1922, com a locação de predios para repartições de policia do Districto Federal, e serviços em favor do Instituto Nacional de Musica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES,

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.884 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Proroga até 31 de dezembro de 1925 o prazo estabelecido no art. 1º do decreto n. 4.624, de 28 de dezembro de 1922

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica prorogado até 31 de dezembro de 1925 o prazo estabelecido no art. 1º do decreto n. 4.624, de 28 de dezembro de 1922.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES,

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.885 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.500:000\$, para occorrer ás despesas com a reparação da via-permanente da Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, um credito especial de mil e quinhentos contos de réis (1.500:000\$), para occorrer ás despesas com a reparação da via-permanente da Estrada de Ferro Central do Brasil; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES,

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.886 — Não foi publicado.

DECRETO N. 4.887 — DE 26 DE NOVENBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 19:628\$545, para liquidar reclamações de perdas e avarias de mercadorias no exercicio de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, um credito especial de dezenove contos seiscentos e vinte e oito mil quinhentos e quinze réis (19:628\$515), destinado a liquidar diversas reclamações, resultantes de perdas e avarias de mercadorias, no exercicio de 1923; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.888 — DE 26 DE NOVENBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 4:690\$, para pagamento aos praticantes addidos da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes Virgilio Brandão e Euthalio Cyro de Castro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, fazendo para isso as necessarias operações, o credito especial de quatro contos seiscentos e noventa mil réis (4:690\$), para occorrer aos pagamentos devidos aos praticantes addidos da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes Virgilio Brandão e Euthalio Cyro de Castro, sendo 3:450\$ para o primeiro, e 1:240\$ para o segundo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.889 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Estabelece que o premio almirante Jaceguay deve constar dos assentamentos dos officiaes premiados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. A concessão do «Premio Almirante Jaceguay», conferido pelo Club Naval, deverá constar dos assentamentos e será levada em conta na promoção dos officiaes premiados, que poderão usar a respectiva medalha, conforme a regulamentação que o Governo estabelecer; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.890 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de noventa e sete contos trescentos e vinte e quatro mil setecentos e onze réis (97:324\$711), para pagamento de differença de agio sobre consignações estabelecidas em 1920

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de noventa e sete contos trescentos e vinte e quatro mil setecentos e onze réis (97:324\$711), podendo fazer as necessarias operações de credito, para occorrer ao pagamento das differenças de agio sobre as consignações estabelecidas, durante o anno de 1920, pelos officiaes, sub-officiaes e praças em commissão no exterior; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.891 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir no Ministerio da Guerra um credito especial de 188:753\$200, destinado ao pagamento das vantagens que competem aos sargentos reservistas do Exercito, auxiliares de escripta das juntas permanentes de alistamento militar nesta Capital e nos Estados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pela presente lei, no Ministerio da Guerra, um credito especial de 188:753\$200, destinado ao pagamento das vantagens que competem aos sargentos reservistas do Exercito, auxiliares de escripta das juntas permanentes de alistamento militar nesta Capital e nos Estados, de accôrdo com os avisos ns. 56 a 68, de 7 de fevereiro e 8 de março deste anno, e relações anexas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

LEI N. 4.892 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Fixa as forças de terra para o exercicio de 1925

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As forças de terra para o exercicio de 1925 serão constituídas:

a) dos officiaes do Exercito activo constantes dos differentes quadros das armas e serviços, de accôrdo, quanto ao numero, com as exigencias da organização do mesmo Exercito em tempo de paz e regulamentos dos serviços ora em vigor;

b) dos officiaes dos extinctos corpos de intendentes (decreto n. 14.385, de 1 de outubro de 1920), de dentistas e de picadores (lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1913);

c) dos officiaes da 1ª classe da reserva da 1ª linha em serviço no Ministerio da Guerra, de accôrdo com o decreto n. 3.352, de 2 de outubro de 1917, e mais cinco primeiros ou segundos tenentes de qualquer das reservas para commandarem os destacamentos de fronteira;

d) dos officiaes da 2.^a classe da reserva da 1.^a linha e dos da 2.^a linha, bem como dos aspirantes a official, em commissão das mesmas reservas, convocados para estagios e periodos de instrucção, de accôrdo com o regulamento para o Corpo de Officiaes da Reserva (decretos ns. 15.179, 15.185 e 15.231, respectivamente, de 15, 21 e 31 de dezembro de 1921);

e) dos aspirantes a official do Exercito activo;

f) de 750 alumnos da Escola Militar, inclusive os do curso preparatorio;

g) dos alumnos da Escola de Sargentos de Infantaria, que não pertençam aos corpos de tropa e formações de serviços;

h) de 622 sargentos dos quadros de instructores, de topographos da Carta Geral da Republica e de auxiliares de escripta dos quartéis generaes, repartições e estabelecimentos militares, incluidos nesse numero os amanuenses que restam do quadro extinto pela lei n. 4.028, de 10 de janeiro de 1920;

i) de 40.393 praças, distribuidas pelas unidades da tropa e formações de serviço, de accôrdo com os quadros dos effectivos orçamentarios e de instrucção;

j) de 2.000 praças, destinadas aos serviços especiaes, es-lados-menores e contingentes dos estabelecimentos militares de ensino ou fabris e destacamentos de fronteiras.

Art. 2.^o O effectivo das forças de terra poderá ser elevado:

a) de 15.000 reservistas de 1.^a ou de 2.^a categoria, para as manobras de grandes unidades, ou de 3.^a, para o periodo de instrucção intensiva nas guarnições onde não houver grandes manobras, tudo de accôrdo com o regulamento do serviço militar, e cabendo ao Estado-Maior do Exercito determinar as regiões, circumscripções ou zonas onde deve ser feita a convocação;

b) ao effectivo normal da organização de paz em circumstancias especiaes si a segurança da Republica o exigir, e ao de guerra, em caso de mobilização.

Art. 3.^o Fica supprimido em 1925 o posto de anspeçada; os vencimentos correspondentes são mantidos para os soldados artifices, que ficam equiparados aos cornefeiros e musicos de 3.^a classe.

Art. 4.^o A praça ou ex-praça que, tendo feito concurso para provimento de cargo federal, haja sido julgada habilitada, terá, em igualdade de condições, preferencia na nomeação. Continuará, porém, no serviço militar até a terminação de seu tempo, si estiver na actividade e não for engajada, ficando em condições identicas ás dos que já occupavam cargos antes de sorteados.

Art. 5.^o Os sargentos e cabos engajados terão preferencia sobre os reservistas de qualquer categoria para o preenchimento de empregos que não exijam o provimento por concurso, desde que tenha, pelo menos, os ultimos, cinco, e os outros, oito annos de serviço militar activo.

Paragrapheo unico. O Governo providenciará, por intermedio do Ministerio da Guerra, para que seja organizada a relação dos empregos de todos os ministerios nas condições acima indicadas, com especificação das habilitações exigidas. Tambem providenciará para a regulamentação necessaria.

Art. 6.^o Por occasião das manobras annuaes, o Presidente da Republica poderá convocar, por intermedio do Ministerio da Guerra, o pessoal necessario da 2.^a linha, a juizo do Estado-

Maior, em todas as localidades onde seja possível applicar os convocados nos serviços proprios da mesma linha.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 4.893 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 240:000\$, para attender aos pagamentos, ainda não effectuados, que deviam correr por conta da sub-consignação "Diversos serviços — Vencimentos a officiaes reformados e honorarios, etc.", da verba 8ª — Soldos e gratificações de officiaes — do orçamento de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 240:000\$, para attender aos pagamentos, ainda não effectuados, que deviam correr por conta da sub-consignação "Diversos serviços — Vencimentos a officiaes reformados e honorarios, etc.", da verba 8ª — Soldos e gratificações de officiaes — do orçamento do dito ministerio referente ao exercicio de 1923.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 4.894 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 915:200\$302, para pagamento das gratificações e porcentagens concedidas aos mensalistas e diaristas das repartições desse ministerio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, um credito especial de 915:200\$302,

para occorrer ao pagamento das gratificações e percentagens concedidas aos mensalistas e diaristas das repartições desse ministerio pelo § 1º, do art. 150 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, e pelo art. 151 da lei n. 3.332, de 6 de janeiro de 1923.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

R. A. Sampaio Vidal.

DECRETO N. 4.895 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1924

Fixa a força naval para 1925 e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A Força Naval para o exercicio de 1925 constará:

1º, dos officiaes do Corpo da Armada e das classes annexas constantes dos respectivos quadros;

2º, dos sub-officiaes, de accôrdo com os respectivos quadros;

3º, de 100 alumnos, no maximo, para a Escola Naval;

4º, de 5.500 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, distribuidos pelas diversas classes e especialidades;

5º, de 2.315 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, para os serviços de machinas, distribuidos pelas diversas classes e especialidades;

6º, de 1.500 praças para o Regimento Naval, incluindo uma companhia para o serviço do presidio militar da Ilha das Cobras, escoltas e fachinas dos presos militares alli existentes;

7º, de 1.200 alumnos das Escolas de Aprendizizes Marinheiros e de 300 da de Grumetes.

Art. 2.º Em tempo de guerra a Força Naval compor-se-ha do pessoal que for necessario.

Art. 3.º O tempo de serviço da Armada será:

a) de dous annos de instrucção para os sorteados;

b) de tres annos para os engajados, reengajados e voluntarios;

c) de nove annos para os procedentes das Escolas de Aprendizizes ou de Grumetes contados da data do assentamento de praças do Corpo de Marinheiros Nacionais.

Art. 4.º Os claros que se abrirem no pessoal da Armada serão preenchidos pela Escola Naval, pelas de Aprendizizes Marinheiros ou de Grumetes, pelo voluntariado sem premio e pelo sorteo geral para a Armada, na forma do regulamento approvado pelo decreto n. 16.460, de 7 de maio de 1924.

Art. 5.º As praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e do Regimento Naval que, findo o tempo de serviço, se engaja-

rem por tres annos, receberão soldo e meio, e aquellas que, concluido esse prazo, se reengajarem por mais tres annos, receberão soldo dobrado.

Art. 6.º As praças do Corpo de Marinheiros Nacionais do Regimento Naval que completarem tres annos de serviço com exemplar comportamento terão uma gratificação igual á metade do soldo simples da classe em que estiverem, sem prejuizo das demais gratificações a que tiverem direito.

Art. 7.º As praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e do Regimento Naval que se engajarem ou se reengajarem terão direito em cada engajamento ao valor em dinheiro das peças de fardamento gratuitamente distribuidas por occasião de verificarem a primeira praça.

Art. 8.º As praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e do Regimento Naval, approvadas nos cursos das diversas especialidades, as que exercerem cargos definidos no decreto n. 7.399, de 14 de maio de 1919, e as que se acharem incluídas em outras disposições em vigor, terão direito ás respectivas gratificações especiaes, além das demais vantagens que lhes competirem.

Art. 9.º A Marinha de Guerra comprehende:

- a) a força activa;
- b) as reservas.

A força activa comprehende o pessoal a que se refere o art. 1.º.

As reservas compõem-se das 1.ª, 2.ª e 3.ª categorias constituídas de accôrdo com o regulamento do sorteio.

Art. 10. O Poder Executivo proporcionará a instrução technica e pratica adequada á obtenção da caderneta por parte dos reservistas.

Art. 11. Continúa em vigor a autorização contida no artigo 13 do decreto n. 4.051, de 9 de janeiro de 1920.

Art. 12. Poderão ser excluidos da relação para composição dos conselhos de justiça militar os officiaes que, a juizo do Ministerio da Marinha, não devam ser afastados das comissões que estiverem desempenhando.

Art. 13. Serão considerados como de embarque, em navios de guerra, para effeitos de promoção, os serviços prestados pelos instructores do serviço de aviação e de radio-telegraphia e pelos alumnos da Escola de Aviação Naval, desde que façam seus estudos com aproveitamento, e pelos officiaes e sub-officiaes e praças diplomados pela mesma Escola e que estejam em serviço activo de sua especialidade; e como dia de viagem em navio de guerra, os dias de vôo.

§ 1.º Será contado como «dia de vôo» o periodo minimo de 30 minutos em cada 24 horas.

§ 2.º Quando se tratar de vôo seguido, no desempenho de uma commissão ordenada, cada periodo de duas horas consecutivas será equivalente a um dia de viagem, computadas igualmente ás fracções correspondentes, sómente quando esse tempo exceder de duas horas seguidas.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a rever o actual «guia» para o abono de gratificações a praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, uniformizando as actuaes gratificações e estabelecendo as que julgar necessarias.

Art. 15. Fica reduzido a seis mezes consecutivos ou doze interrompidos o tempo fóra da séde exigido pelo art. 9º, lettra d. do decreto n. 4.018, de 9 de janeiro de 1920.

Art. 16. Os officiaes na reserva, com licença para se empregarem na Marinha Mercante e industrias relativas á Marinha, contam pela metade o tempo de serviço que exceder de dous annos e começam a perder antiguidade após esse prazo.

Art. 17. Para os effeitos do art. 9º do Regulamento de Promoções da Armada, annexo ao decreto n. 14.250, de 7 de julho de 1920, será contado aos capitães de corveta, como de immediaticce, o tempo de exercicio das funções de encarregado de artilharia, do pessoal ou do material, a bordo dos navios typo Minas Geraes.

Art. 18. Para os effeitos do art. 10 do Regulamento de Promoções da Armada, annexo ao decreto n. 14.250, de 7 de julho de 1920, será contado aos capitães de fragata, como de commando, o tempo de exercicio das funções de segundos commandantes a bordo dos navios typo Minas Geraes, na conformidade do decreto de 6 de junho de 1923.

Art. 19. Para os effeitos do art. 96 do Regulamento de Promoções approved pelo decreto n. 14.250, de 7 de julho de 1920, será contado como de segundo machinista o tempo de exercicio das funções de official de machinas do Estado Maior das Forças Navaes e official de reparo nos navios-officinas da esquadra.

Art. 20. Para as promoções aos postos de capitão de mar e guerra dos corpos de engenheiros machinistas e de commissarios será applicada a regra geral, estabelecida para o Corpo da Armada, ficando revogados os arts. 97, 100 e 112 do regulamento approved pelo decreto n. 14.250, de 7 de julho de 1920.

Art. 21. Para as promoções ao posto de contra almirante, nos corpos de engenheiros machinistas e commissarios, será applicada a regra geral estabelecida para o Corpo da Armada, exceptuadas as clausulas de embarque, viagem, commando e serviços fóra da séde.

Art. 22. Continuam em vigor os arts. 13 e 23 do decreto n. 4.626 de 3 de janeiro de 1923.

Art. 23. Fica revogado o art. 19 da lei n. 4.626, de 3 de janeiro de 1923.

Art. 24. É permittido á Sociedade Auxiliar Militar, com séde nesta capital, crear uma Escola de Pilotos e Machinistas da Marinha Mercante, obedecendo ás bases estabelecidas na presente lei.

§ 1.º A escola terá vida propria e será administrada pela Sociedade Auxiliar Militar, sob a fiscalização directa do Ministerio da Marinha, percebendo dos seus alumnos, para sua manutenção, as taxas de matricula, frequencia e exames que o Ministerio da Marinha estabelecer em tabellas para esse fim organizadas.

§ 2.º Os regulamentos, programmas de ensino e pontos de exames das diversas disciplinas, bem como o regimen dos cursos, serão organizados pela Sociedade Auxiliar Militar e submettidos á approvação do Ministro da Marinha.

Art. 25. A carta de piloto ou de machinista só será concedida, definitivamente, depois de um periodo de pratica de bordo nessas funções nunca menor de um minimo estabelecido no regulamento dos cursos.

Art. 26. Substitua-se o art. 10 da lei n. 4.018, de 9 de janeiro de 1920, pelo seguinte: art. 10. As vagas de vice-almirantes serão preenchidas por escolha entre os contra-almirantes que tiverem commando de força naval, em viagem ou em exercicios, ressalvado o caso da graduação, que é dada ao numero um, em antiguidade, da escala dos contra-almirantes.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.895 A — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1924

Approva o acto do Governo Federal, mandando registrar, sob protesto, o credito de 2.695:936\$005, relativo á construcção das obras do porto da Bahia, requisitado pelo aviso do Ministerio da Viação e Obras Publicas, sob n. 1.399, de 8 de julho de 1911

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica approvedo o acto do Governo Federal mandando registrar, sob protesto, o credito de dous mil seiscentos e noventa e cinco contos, novecentos e trinta e seis mil e cinco réis (2.695:936\$005), relativo á construcção das obras do porto da Bahia, requisitado pelo aviso do Ministerio da Viação e Obras Publicas, sob n. 1.399, de 8 de julho de 1911; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.895 B — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de nove mil quatrocentos e quatorze contos oitocentos e cincoenta mil quatrocentos e quarenta e oito réis (9.414:850\$448), para occorrer aos pagamentos devidos aos serventuários da União, com exercicio naquelle ministerio, nos termos do art. 150, § 1º, do decreto n. 4.555, de 10 de agosto de 1922

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de nove mil quatrocentos e quatorze contos oitocentos e cincoenta mil quatrocentos e quarenta e oito réis (9.414:850\$448), para occorrer aos pagamentos devidos aos serventuários da União, com exercicio naquelle ministerio, nos termos do art. 150, § 1º, do decreto n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, fazendo para isso as operações de credito necessarias.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.896 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1924

Perdôa o bacharel José Gonçalves Neves da pena imposta pelo Supremo Tribunal Federal

Estacio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º. E 'perdoado o bacharel José Gonçalves Neves da pena que lhe foi imposta pelo Supremo Tribunal Federal (lei n. 2.110, de setembro de 1909, art. 1º, lettra b, combinado com o art. 18 doCodigo Penal), visto ter indemnizado a Fazenda Nacional (art. 3º, § 2º, do decreto n. 4.780, de 27 de dezembro de 1923).

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 15 de dezembro de 1924.

ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA,

Presidente.

DECRETO N. 4.896 A — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça, o credito especial de 1:569\$774, para pagamento da pensão que compete ao guarda civil Cornelio Soares de Azevedo, no periodo de 12 de março a 31 de dezembro do corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça, no actual exercicio, o credito especial de 1:569\$774, podendo fazer operações de credito até essa importancia, para occorrer ao pagamento da pensão que compete ao guarda civil Cornelio Soares de Azevedo, a contar de 12 de março a 31 de dezembro do corrente anno; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1914, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.896 B — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 492:554\$172, para indemnização d Imprensa Nacional de despesas realizadas, em 1923, com a impressão e publicação dos trabalhos do Congresso Nacional, excedentes aos creditos abertos para aquelle fim

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 492:554\$172, para indemnização, a Imprensa Nacional, de despesas, no exercicio de 1923, realizadas com a impressão e publicação dos trabalhos do Congresso Nacional, excedentes aos creditos orçamentarios, supplementares e extraordinarios abertos para aquelle fim, no exercicio referido, podendo ser applicado em despesas (pessoal e material) com o serviço no exercicio corrente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1924, 103° da Independencia e 36° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

7 DECRETO N. 4.897 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de cento e cincoenta e nove contos cento e quarenta e um mil réis (159:141\$) preciso ás verbas 2ª e 5ª do orçamento do mesmo ministerio, de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, um credito especial na importancia de cento e cincoenta e nove contos cento e quarenta e um mil réis (159:141\$), preciso ás verbas 2ª, "Officiaes e sub-officiaes", o 5ª, "Arsenaes e Directoria do Armamento", do orçamento do anno de 1923.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.898 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, do credito especial de 553\$548, para pagamento de pensão a D.ª Laura Gomes Nogueira, viuva do guarda civil Manoel Joaquim Nogueira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito especial de 553\$548, para pagamento a D.ª Laura Gomes Nogueira, viuva do guarda civil Manoel Joaquim Nogueira, da pensão correspondente ao periodo de 13 de agosto de 1919 a 31 de dezembro do mesmo anno, pensão que, por lei, foi concedida ao alludido guarda; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

DECRETO N. 4.899 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 2:041\$700, para occorrer ao pagamento que é devido a Luiz Macedo & Comp. e manda vigorar, para o exercicio de 1925, os orçamentos de 1924, si até 31 de dezembro corrente não estiverem ultimadas as votações dos Orçamentos da Receita e da Despesa Geraes da Republica e até que o Congresso Nacional ultime as respectivas votações

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 2:041\$700, para occorrer ao pagamento do que é devido a Luiz Macedo & Companhia, de fornecimentos de artigos de expediente feitos em 1924 á 1.ª Circumscripção de Recrutamento, podendo, para tal fim, fazer a necessaria operação de credito.

Art. 2.º Si até 31 de dezembro de 1924, o Congresso Nacional não tiver ultimado as votações dos Orçamentos da Receita ou da Despesa Geral da Republica, vigorarão para o exercicio de 1925 os Orçamentos de 1924, até que o Congresso ultime as respectivas votações.

Parapho unico. A prorogativa não comprehende as autorizações e outras disposições permanentes da Lei da Despesa.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1924, 103.ª da Independencia e 36.ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Fernando Setembrino de Carvalho.

José Felix Alves Pacheco.

Alexandrino Faria de Alencar.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.900 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1924

Determina a substituição de algumas clausulas dos contractos firmados com os Estados do Paraná e de Santa Catharina, respectivamente, para construcção das obras dos portos de Paranaquá e de S. Francisco

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º — As clausulas II, VI, XXI, XXII, XXIII e XXVII do contracto firmado com o Estado do Paraná, para constru-

ção das obras do porto de Paranaguá, serão substituídas pelas seguintes:

Clausula II —As obras de melhoramentos que fazem objecto da presente concessão são as seguintes:

1ª, dragagem para a abertura de um canal na barra do norte, com uma profundidade minima de oito metros abaixo do nivel das marés minimas;

2ª, balisamento do canal de accesso ao porto, por meio de boias illuminadas;

3ª, dragagem de um ancoradouro em frente ao cães de atracação com uma profundidade minima de oito (8) metros abaixo do nivel das marés minimas;

4ª, construcção de uma muralha de cães acostavel com 550 (quinhentos e cincoenta) metros de extensão minima para o calado de 8 (oito) metros de maré minima;

5ª, construcção de dous (2) muros de arrimo, um a léste e outro a oeste do cães acostavel;

6ª, construcção de um cães de sancamento, constituindo prolongamento do cães de atracação para léste e terminando no rio Itiberê;

7ª, execução do aterro atraz das muralhas do cães, utilizando sempre que for possivel as areias ou materiaes dragados no ancoradouro em frente ao cães;

8ª, canalização dos correjos na parte aterrada;

9ª, construcção de armazens com o necessario aparelhamento para mercadorias e materiaes inflammaveis, edificio da administração, officina, casas de guarda e deposito de carvão;

10ª, calçamento da zona do cães de atracação;

11ª, esgotamento das aguas pluvias;

12ª, assentamento de linhas ferreas para o serviço do cães e armazens e fornecimento de material rodante necessario;

13ª, fornecimento e assentamento de guindastes;

14ª, installação electrica para luz e força no recinto da zona do cães;

15ª, abastecimento de agua potavel aos armazens e edificios;

16ª, fechamento da zona alfandegada do cães com gradil de ferro e respectivos portões;

17ª, execução de obras de qualquer natureza e que se relacionem com o estabelecimento e exploração do porto de Paranaguá.

Os projectos das obras, acima mencionados, são os já approvados pelo decreto n. 15.707, de outubro de 1922, podendo, entretanto, ser os mesmos modificados, de accôrdo com a Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, desde que as condições naturaes do local e os interesses do Estado indicarem as vantagens dessa modificação.

Clausula VI —As obras de construcção serão iniciadas até dous annos depois da approvação pelo Tribunal de Contas deste novo contracto, devendo ser realizadas de preferencia as obras que permittam immediata exploração commercial do porto, a qual deverá ser inaugurada effectiva e efficientemente dentro do prazo de tres (3) annos depois de iniciado o serviço de construcção, de modo a permittir a realização integral do projecto como foi descripto na clausula II, com o proprio rendimento do porto.

Clausula XXI — Fica reduzida de 60 para 50 % da renda bruta, a parte considerada renda liquida, "mantido o mais que está disposto na mesma clausula".

Clausula XXII — As taxas approvadas serão revistas de cinco em cinco annos, ficando sujeitas á redução quando os lucros liquidos excederem de 12 % (doze por cento) do capital empregado nas obras, e de accôrdo com o estabelecido na clausula seguinte.

Clausula XXIII — "O producto do imposto de 2 %, ouro, será considerado renda ordinaria do porto e a sua arrecadação em proveito do Estado arrendatario, terá logar desde que as obras sejam iniciadas, cessando ella si as obras forem interrompidas por mais de seis mezes e enquanto durar essa interrupção".

Clausula XXVII — O Governo Federal só poderá resgatar as obras trinta annos após o inicio da exploração do porto.

O preço do resgate será fixado de modo que, reduzido a apólices da divida publica, produza uma renda equivalente a 10 % do capital effectivamente empregado nas obras, com o desconto da importancia que porventura tenha sido amortizada, comtanto que essa importancia não ultrapasse a metade do dito capital, de modo que, resgatadas as obras, o Estado receba pelo menos metade do capital despendido a título de lucros cessantes.

Art. 2.º — No mesmo sentido serão substituidas as clausulas VIII, XVII, XVIII e XXXI do contracto firmado com o Estado de Santa Catharina, para construcção e exploração do porto de S. Francisco, pelos textos, respectivamente, *mutatis mutandi*, das novas clausulas VI, XXII, XXIII e XXVII propostas para o contracto do porto de Paranaguá no art. 1.º da presente lei.

Paragrapho unico — Ao referido contracto firmado com o Estado de Santa Catharina, accrescentar-se-ha com o numero que convier, a seguinte clausula: "O Estado concessionario terá o direito de fazer construir na zona do porto armazens frigorificos, gosando dos favores concedidos em lei".

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.900 A — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito de 19.175:327\$200, suplementar á verba 10º do orçamento de 1924

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução, datada de 27 de dezembro de 1924:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito de 19.175:327\$200, supple-

mentar á verba 10ª — Soldos, etapas e gratificações de praças de pret — “I — Pessoal”, “II — Etapas”, do orçamento de 1924, destinado a occorrer ao pagamento da alludida despesa no corrente anno.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Fernando Setembrino de Carvalho.

DECRETO N. 4.901 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas um credito supplementar de cinco contos quinhentos e vinte mil réis (5:520\$000), para pagamento de vencimentos dos inspectores da rede telegraphica adquirida ao Estado do Rio Grande do Sul, Arthur Gabriel Godinho e Manoel Caetano Pereira

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, um credito supplementar de cinco contos quinhentos e vinte mil réis (5:520\$000), para pagamento de vencimentos dos inspectores da rede telegraphica adquirida ao Estado do Rio Grande do Sul, Srs. Arthur Gabriel Godinho e Manoel Caetano Pereira, correspondentes esses vencimentos aos mezes de julho a dezembro de 1923; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.902 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a dar ao Estado do Rio de Janeiro concessão para construir e explorar os portos de Nitheroy e Angra dos Reis

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a dar ao Estado do Rio de Janeiro concessão para construir e explorar

os portos de Nitheroy e Angra dos Reis, sendo conveniente que o de Angra dos Reis seja dotado do aparelhamento necessario a facilitar e baratear o serviço de carga e descarga de carvão e não podendo estabelecer taxas inferiores ás do porto da cidade do Rio de Janeiro, com as obrigações e direitos estabelecidos na legislação concernente aos serviços publicos dessa natureza, especialmente, pelas leis ns. 1.746, de 13 de outubro de 1869 e n. 3.314, de 16 de outubro de 1886 e pelos decretos n. 4.859, de 8 de junho de 1903 e n. 6.368, de 14 de janeiro de 1907.

Art. 2.º A União transferirá ao Estado do Rio de Janeiro, sem onus algum, o dominio util sobre as áreas dos terrenos de marinhas, bem como dos accrescidos, em qualquer grão, pelos trabalhos de saneamento necesarios á construcção dos referidos portos, comprehendendo os caes, os logradouros publicos e armazens, e ficando o Estado concessionario investido da autoridade para decretar desapropriações.

Art. 3.º E' dispensada a cobrança dos laudemios sobre os terrenos de marinhas que forem adquiridos pelo Estado do Rio de Janeiro, para esses fins, bem como sobre os terrenos de marinhas e os accrescidos beneficiados que o mesmo Estado vender, os quaes continuarão sob o dominio directo da União, que os aforará aos respectivos compradores.

Art. 4.º O prazo dessas concessões é de 75 annos, contados da data desta lei, e á União cabe o direito de encampar cada um dos dous portos, depois de decorridos 40 annos de sua respectiva construcção, indemnizando o Estado de todas as despesas realizadas, de accôrdo com a conta do capital e mais os lucros cessantes, calculados segundo as rendas dos ultimos cinco annos.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1924, 103.º da Independencia e 36.º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Francisco Sá.

DECRETO N. 4.903 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1924

Autoriza a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 4:428\$340, para attender ao pagamento de tres lampadas «Aldis», destinadas ao serviço de aviação naval

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Sr. Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de quatro contos quatrocentos e vinte e oito mil trescentos e quarenta réis (4:428\$340), para attender ao pagamento, effe-

etnuado pelo Banco do Brasil, de despesas com a aquisição de tres lampadas «Aldis», destinadas ao serviço de aviação naval; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 4.904 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1924

Revigora para o exercicio de 1925, e nos exercicios seguintes, até a conclusão dos trabalhos, os saldos dos creditos abertos pelos decretos ns. 14.065, de 16 de fevereiro de 1920, 14.515, de 2 de dezembro de 1920, 14.674, de 16 de fevereiro de 1921, 14.952, de 17 de agosto de 1921 e 15.368, de 15 de fevereiro de 1922, nos termos do decreto legislativo n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920, que autorizou o Governo a proceder ao Recenseamento geral da Republica, até a importancia de 907:633\$216

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Ficam revigorados, no exercicio de 1925, e nos exercicios seguintes, até a conclusão dos trabalhos, os saldos dos creditos abertos pelos decretos ns. 14.065, de 16 de fevereiro de 1920, 14.515, de 2 de dezembro de 1920, 14.674, de 16 de fevereiro de 1921, 14.952, de 17 de agosto de 1921 e 15.368, de 15 de fevereiro de 1922, nos termos do decreto legislativo n. 4.017, de 9 de janeiro de 1920, que autorizou o Governo a proceder ao recenseamento geral da Republica, até a importancia de 907:633\$216.

Parapho unico. Os referidos saldos devem ser applicados ás despesas com o pessoal e material necessarios á apuração e publicação dos resultados censitarios, de accordo com o regulamento approved pelo decreto n. 14.026, de 21 de janeiro de 1920.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1924, 103ª da Independencia e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

APPENDICE

DECRETO N. 4.772 A — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1923

Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 9.508:615\$974, para pagamento de despesas que excederam ás verbas de ns. 13 e 14 do orçamento de 1922

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 9.508:615\$974, ou a fazer as operações de credito que forem necessarias, para atender ao pagamento de despesas que excederam ás verbas de ns. 13 “Obras militares” e 14 “Material”, do orçamento respectivo, em 1922.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1923, 102º da Independencia e 35º da República.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Alexandrino Faria de Alencar.

RIO DE JANEIRO
IMPRESSA NACIONAL
1925